



MERCOCIDADES

**INFORME DA SECRETARIA
EXECUTIVA E DA SECRETARIA
TÉCNICA PERMANENTE DE
MERCOCIDADES**

PERÍODO 2014 - 2015

INFORME DA SECRETARIA EXECUTIVA E DA SECRETARIA TÉCNICA PERMANENTE DE MERCOCIDADES PERÍODO 2014 – 2015

Palavras da Secretária Executiva	5
Capítulo 1 - Contexto	9
Situação Mundial	10
CELAC	14
Unasul	16
Mercosul	17
Capítulo 2 – MERCOSUL desde o local	22
Presidência Pro Têmpore da Argentina, Cupula dezembro de 2014	23
Presidência Pro Têmpore do Brasil, Cúpula julho de 2015	24
O Foro Consultivo de Cidades e Regiões do MERCOSUL (FCCR)	26
Capítulo 3 – XIX Cúpula de Mercocidades	32
A convocatória à Cúpula	33
As conclusões dos 5 eixos	39
Programa Complementar de Atividades	55
Visibilidade da Cúpula na imprensa	58
A Declaração de Rosário	60
Capítulo 4 – Políticas locais com visão regional	64
Prioridades temáticas	65
Montevideu e ao PARLASUL	68
A Comunicação	70
Declaração de Mercocidades sobre Venezuela	75
O Instituto de Turismo de Mercocidades	77
Programa de Cooperação Sul-Sul de Mercocidades	82
III Encontro entre Cidades e Universidades	84
Projeto financiado pelo BID	86
V Mostra de Ciência e Tecnologia de Mercocidades	88
Grupo de Apoio a Mega Eventos de Mercocidades (GAME)	91
Concurso “Mercosul, temas de debate e agenda pendente”	93

Capítulo 5 - Mais além da região	96
IX Fórum Ibero-Americano de Governos Locais	97
Fórum de Autoridades Locais da União Europeia e CELAC	99
Papa Francisco convoca a cinco chefes de governos locais	100
II Assembleia Internacional do Fórum de Autoridades Locais de Periferia	103
Diálogo latino-americano de cidades em Bogotá	106
Cidades Contra o Racismo, a Discriminação e a Xenofobia	107
Cúpula de Cultura de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU)	109
Governos locais pelo direito à cidade	110
Conferência Mundial da ONU sobre a Redução do Risco de Desastres	113
Cúpula do Clima em Bogotá	115
Diálogo regional por uma nova representação da A. Latina nas agendas globais	119
Colóquios MSUR	120
III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (III EMDS)	123
Capítulo 6 – Instâncias de Mercocidades	124
Unidades Temáticas, Grupos de Trabalho e Comissões	125
Avaliação e Ranking	179
Reunião da Comissão Diretiva, março de 2015 em Rosário	181
Reunião de coordenadores e subcoordenadores	183
Reunião do Conselho de Mercocidades, agosto de 2015 em Montevideu	191
Capítulo 7 – Relatório Financeiro	195
Capítulo 8 – Cidades que solicitaram ingresso à Rede	200
Capítulo 9 – Desafios e perspectivas	203
Capítulo 10 – ANEXOS	207
ANEXO I – Estatutos de Criação do Instituto de Turismo de Mercocidades	208
ANEXO II – Carta de Intenções Mercocidades – Fecomércio PR	221
ANEXO III – Declaração IX Fórum Ibero-Americano de Governos Locais	227
ANEXO IV – Declaração Fórum de Autoridades Locais União Europeia – CELAC	232
ANEXO V – Declaração II Assembleia Internacional do FALP	235
ANEXO VI – Declaração de Bogotá, Diálogo Latino-Americano de Cidades	239
ANEXO VII – Declaração Seminário de Governos Locais pelo Direito à Cidade	243
ANEXO VIII – Documento de Formação do Grupo Aberto de Trabalho Permanente	245
ANEXO IX – Declaração de Montevideu, Conselho de Mercocidades, agosto 2015.	249

SECRETARIA EXECUTIVA DE MERCOCIDADES

Mónica Fein

Secretária Executiva de Mercocidades e Intendente de Rosário

Sergio Barrios

Diretor Geral de Relações Internacionais - Rosário

Equipe técnica

Maria del Huerto Romero

Rosalía Aranda

Nidia Garber

Alejandro Monasero

Maria Alejandra Varesi

Gastón Torres

Maria Cecilia Fasola

Tania Lozano

Valeria Miyashiro

Diego Bolero

Maria Silvia Calvo

Municipalidad de Rosário

Endereço: Av. Buenos Aires 711 - 1º andar - Rosário (2000)

Telefones: (54 341) 480 2273 / 74 / 77

rrii@rosario.gov.ar

www.rosario.gov.ar

SECRETARIA TÉCNICA PERMANENTE DE MERCOCIDADES

Daniel Martínez

Intendente de Montevideu

Nelson Fernández

Diretor da Divisão de Relações Internacionais e Cooperação



Juan Carlos Luján

Assessor da Divisão de Relações Internacionais e Cooperação

Jorge Rodríguez

Coordenador da Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades

Secretaria

Tania Paitta

Comunicação

Sabrina Crovetto

Finanças

Cristina Pacheco

Intendência de Montevideú

Luis Piera 1994, Edifício MERCOSUL

CP: 11200, Montevideú, Uruguai

Tel.: +598 2413 6625

E-mail: comunicastpm@gmail.com

Web: www.mercociudades.org



PALAVRAS DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE MERCOCIDADES, INTENDENTE DE ROSÁRIO, MÔNICA FEIN

É um prazer apresentar esta publicação conjunta da Secretaria Técnica Permanente, que realiza a Intendência Municipal de Montevideú, e a Secretaria Executiva de Mercocidades, cuja responsabilidade tenho o prazer de exercer, porque a mesma sintetiza um ano de intenso trabalho de Mercocidades, que se apresenta aqui de um modo resumido e que tenta refletir a vitalidade de suas ações, a pertinência de sua agenda, a referência obtida tanto na América Latina como globalmente e, finalmente seu posicionamento frente a outros atores no cenário internacional e, sobretudo, frente à sociedade civil e a cidadania.

Rosário é uma das cidades fundadoras de Mercocidades, consciente de ser protagonista de uma construção coletiva regional, comprometida desde um primeiro momento com uma integração regional mais ampla e mais profunda, que inclua a dimensão econômica comercial, porém que a supere com um caráter multidimensional e, que dialogue e interaja com a sociedade civil, as universidades, os sindicatos e, sobretudo, com os cidadãos, já que ao final das contas os governos locais somos a instância mais próxima à maioria da população que hoje principalmente, vive nas cidades.

Nossa presença em Mercocidades é o resultado de um processo de planejamento estratégico que concede a Rosário como uma cidade aberta e integrada ao mundo desde uma identidade profundamente ligada ao MERCOSUL e a América Latina.

Por isso, desde que os convocamos à Cúpula em Rosário e durante todo este ano de gestão, priorizamos e instamos a que cada ação de Mercocidades, cada projeto, cada articulação, contribua para o processo de ampliação de direitos cidadãos, convencidos que a validação social do MERCOSUL somente será possível quando se percebera, de um modo efetivo, que o processo de integração em que estamos imersos colabora para a melhora real de sua qualidade de vida.

Assim mesmo, junto a outras importantes cidades da Rede, participamos de um conjunto de articulações de extraordinário valor no cenário mundial, entre as quais sem dúvida se destaca, a convocatória do Papa Francisco a meados do corrente ano a trabalhar juntos contra a Mudança Climática e contra as formas modernas de escravidão, tais como: a insegurança trabalhista, o tráfico de pessoas e de órgãos, a prostituição e o narcotráfico, muitas das quais se derivam das migrações massivas e forçadas.

Também se destaca neste terreno a presença de numerosas cidades da Rede na adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2015/2030, nas quais resultou altamente destacável, ademais da implicância dos governos locais em numerosos ODS, principalmente a adoção do ODS 11 que se refere especificamente que não se pode alcançar o desenvolvimento sustentável se não se o logra nas cidades.

Falta-nos antes que finalize este 2015, o desafio de uma presença protagônica de Mercocidades na COP 21 que, como se tem falado, talvez seja a última chance da humanidade fazer algo realmente efetivo diante da Mudança Climática, a partir da modificação dos padrões dominantes de produção e consumo, somando a ações de mitigação e adaptação ao mesmo.

Não devemos claudicar frente a estes desafios, entre os quais se inclui sem dúvidas Hâbitat III, onde estará em discussão a agenda urbana mundial e nela deveremos plasmar um trabalho que já vem desenvolvendo Mercocidades há um bom tempo e através de vários âmbitos para lograr na mesma, incidência e visibilidade. Dentro desse trabalho



que vem se realizando, queria destacar especialmente os Colóquios MSUR, que coordenados por nossa futura Secretaria Executiva, a Prefeitura de São Paulo, junto a destacadas instituições de produção de conhecimento como CEPAL, ou de coordenação intergovernamental como UNASUL ou o MERCOSUL, que permitirão dotar de conteúdos e evidência empírica a um conjunto de reflexões mais profundas sobre a agenda urbana, com uma visão metropolitana, a temas como: Ecossistemas Urbanos e Sustentabilidade, Desenvolvimento Urbano e Desigualdades Sócio-espaciais; Economia Urbana e Governo e Governança, Cidadania, Educação e Cultura.

E no terreno estratégico também tem sido destacável a ativa participação das cidades da Comissão Diretiva da Rede no que se denominou Grupo Aberto de Trabalho Permanente, dentro do qual Mercocidades vem trabalhando junto a outras redes municipalistas pela melhora da qualidade da representação dos governos locais na América Latina e, especialmente, no capítulo regional de Cidades e Governos Locais Unidos.

Cabe destacar também que no ano passado Mercocidades ganhou um novo logo e uma nova identidade visual, resultado de um longo processo de participação, que envolveu mais de 100 propostas criativas de Argentina, Uruguai, Brasil, Colômbia e Itália. O novo logo simboliza o diálogo da rede com a riqueza da diversidade latino-americana. Também marca um passo para o futuro de Mercocidades, em um contexto de novos desafios e oportunidades.

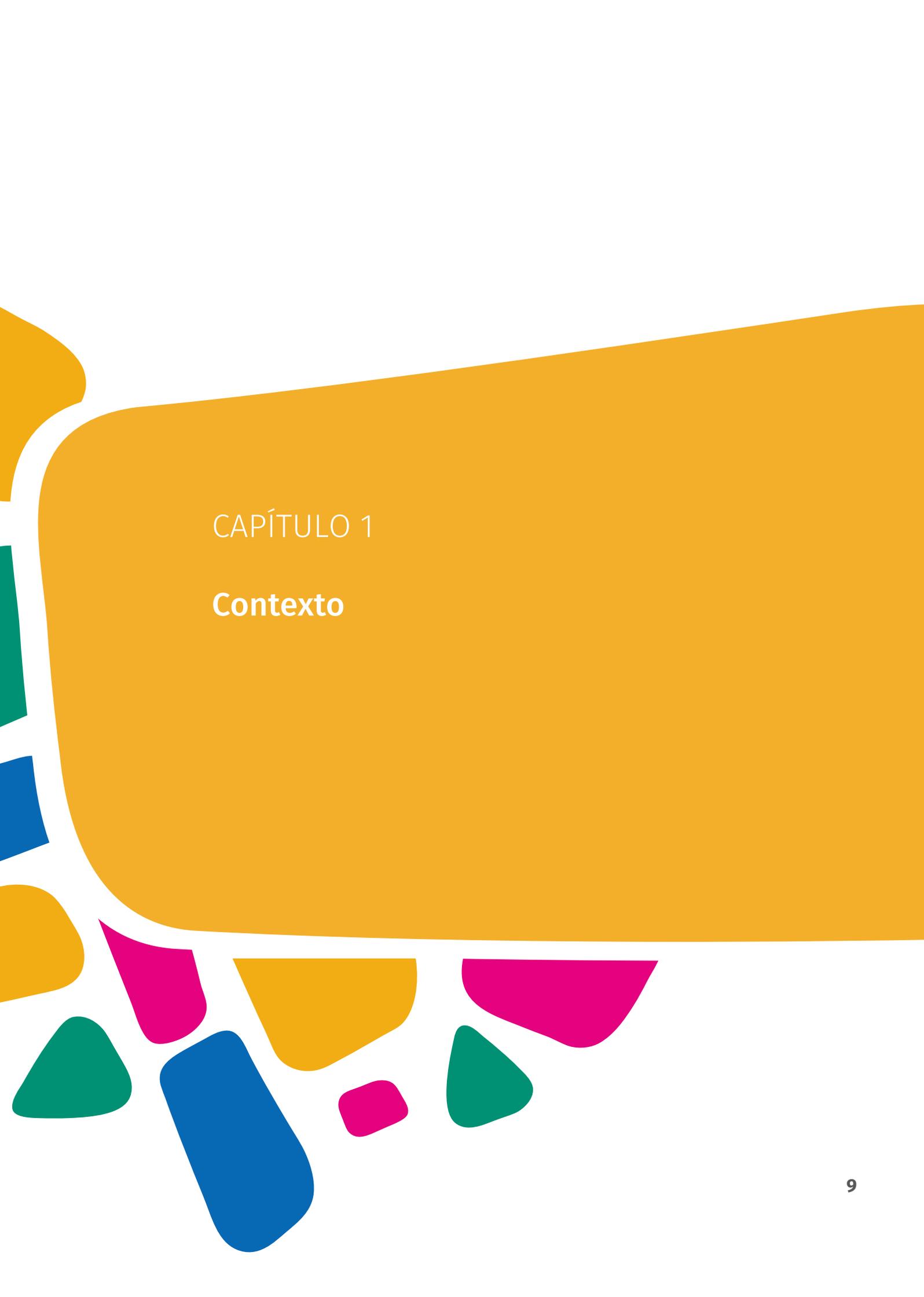
Por último, também foi destacável a continuidade de um silencioso, porém efetivo trabalho, realizado pelas unidades temáticas, as comissões e os grupos de trabalho que vem dotando de conteúdos técnicos a esta agenda de trabalho de Mercocidades, baseada na cidadania regional, na integração produtiva, na sustentabilidade, na inclusão social e na integração fronteiriça.

Por isso, depois deste ano de intenso trabalho, só cabem os agradecimentos, em primeiro lugar às cidades que formam parte do Conselho, da Comissão Diretiva e da Secretaria Técnica Permanente, porque com

seu compromisso, e a partir da decisão política dos prefeitos, contribuíram para marcar o rumo estratégico de Mercocidades durante este período; as cidades coordenadoras das instâncias técnicas de trabalho da Rede, algumas das quais continuaram desenvolvendo projetos de extraordinário valor, tais como o Instituto de Turismo de Mercocidades, o programa de Cooperação Sul-Sul ou a campanha de prevenção em matéria de segurança viária, e finalmente, a todas e cada uma das cidades que de um modo ou outro formaram parte das diversas ações, projetos e articulações que dotaram de conteúdos a Mercocidades neste 2015.

Em poucos dias, a Rede estará cumprindo 20 anos de existência. Daquele punhado de cidades às quase 300 que formam parte hoje da Rede, cabe sem lugar de dúvidas um momento de celebração, um momento de valorização do fato, dos resultados conseguidos, da ampliação dos marcos de gestão obtidos, das alianças estratégicas orientadas à ampliação e aprofundamento das bases de sustentação do MERCOSUL.

Porém, também na ocasião do cumprimento dos 20 anos, será um excelente momento para refletir sobre os desafios da nova agenda urbana mundial, e como nos posicionamos, as cidades do MERCOSUL, frente aos mesmos; como unimos forças para reclamar políticas públicas globais que impactem no local para dar soluções efetivas a problemáticas urbanas relevantes como a exclusão social, a moradia para todos, o direito ao desenvolvimento sustentável e o acesso ao financiamento internacional dos governos locais, que lhes permita enfrentar em melhores condições os enormes desafios que hoje temos quem os administrem na instância mais próxima ao cidadão, para melhorar de um modo efetivo sua qualidade de vida.



CAPÍTULO 1

Contexto

SITUAÇÃO MUNDIAL

Em um contexto mundial de luzes e sombras, talvez o dado positivo mais destacável de 2015 a partir da perspectiva dos governos locais no nível global, o constitui o fato de ter se conseguido significativos avanços na consciência global da comunidade internacional, fundamentalmente pela inclusão no contexto da adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2015/2030 do ODS 11, dedicado às cidades, e a partir do qual se mantém que não é possível alcançar um desenvolvimento sustentável senão se o materializa nas cidades. Neste mesmo cenário cabe destacar também, o importante vínculo que se conseguiu entre as responsabilidades locais e o resto dos demais Objetivos adotados.

Porém, tão valioso como o produto conseguido tem sido o processo de adoção dos mesmos, já que em contraposição com a definição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, negociados somente pelos Estados, os ODS pós 2015 são o resultado de um amplo processo de participação, diferenciado do anterior por seu caráter



CAPÍTULO 1

Contexto

inclusivo, que bem poderia se considerar em si mesmo um triunfo, já que se abriu a redes de governos locais e regionais, assim como a outras instituições interessadas como as organizações da sociedade civil ou os governos regionais.

Tanto a importante Cúpula sobre Mudança Climática que se desenvolverá em Paris em dezembro de 2015, como a de Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável que ocorrerá em Quito, Equador, em outubro de 2016, representam extraordinárias oportunidades para o aprofundamento deste processo de participação, incidência e visibilidade dos governos locais dos quais Mercocidades tem sido e será protagonista.



A COP 21, porque um acordo global sobre mitigação e adaptação a mudança climática, assim como a necessidade de assumir compromissos concretos orientados diretamente a mudança dos padrões dominantes hoje de produção e consumo, talvez seja a última oportunidade da humanidade de salvar o planeta do modo que hoje o conhecemos.

Hábitat III, porque nela se definirá a nova agenda urbana mundial, e porque a urbanização tem sido uma força que tem mudando desde as formas de pensar e de atuar, até as formas de utilizar o espaço,

CAPÍTULO 1

Contexto

os estilos de vida, as relações sociais e econômicas, e também os padrões de produção e de consumo. E porque ao mesmo tempo em que espaços de inovação e de oportunidades para melhorar o acesso aos recursos e serviços, as cidades são territórios com níveis crescentes de desigualdade onde a pobreza multidimensional, a degradação ambiental e a vulnerabilidade aos desastres e o impacto da mudança climática são parte de uma realidade inevitável.

A COP 21 e HÁbitat III assim mesmo, constituem um cenário de articulação e alianças estratégicas com outros atores que perseguem objetivos similares, tais como numerosas organizações da sociedade civil, universidades, sindicatos, cidadãos independentes, redes internacionais de governos locais, e incluso instituições internacionais, junto às quais temos que trabalhar juntos para plasmar nas Declarações primeiro e concretizar depois políticas públicas globais de impacto local que contribuam para resolver problemáticas urbanas relevantes. A convocatória do Papa Francisco a meados deste ano, para trabalhar juntos contra a Mudança Climática e contra as novas formas de escravidão modernas a 60 importantes cidades do mundo entre as quais se destacam numerosos chefes e chefas de governos locais que formam parte de Mercocidades se inscreve neste sentido, tanto desde o ponto de vista da necessidade de desenvolver alianças estratégicas, como do lado da crescente importância dos governos locais no nível mundial.

Isso obviamente, sem perder de vista a necessidade de lutar por mudanças mais profundas, tais como uma renovação da arquitetura da Governança Global sob o sistema das Nações Unidas ou a mudança de status no sistema internacional que hoje possuem as cidades assimilável a organizações não-governamentais.

Desde uma perspectiva de conjuntura econômica, a situação se torna preocupante, sobretudo a partir de alguns sinais, tais como: a continuidade de um apenas perceptível crescimento europeu, ainda combinado com um contexto de crise em alguns países desta

CAPÍTULO 1

Contexto

região; a desaceleração do crescimento nos BRICS, especialmente em China e Brasil; ou a sensível afetação das inversões públicas locais, não só nos países da OCDE, senão também em numerosos países da América Latina como Argentina ou Paraguai.

Desde uma perspectiva social global, cabe a análise das migrações, uma das principais realidades que condicionam a agenda política mundial contemporânea e que impactam nas cidades de diversos modos, atento as numerosas matizes que as mesmas possuem já que em concreto, as cidades são o território de onde partem e/ou se assentam as pessoas migradas, fato que acentua as problemáticas associadas à desigualdade social, e a partir da diversidade cultural, se acentua a discussão pública das identidades. Talvez a crise em Síria seja o elemento negativo mais destacado neste terreno em 2015.



Na escala hemisférica, finalmente, em 2015, foi altamente destacável o início de uma nova etapa do relacionamento bilateral entre Cuba e Estados Unidos, sem dúvida, um resultado do diálogo e do consenso que, ainda que lento e ainda incompleto, um incipiente triunfo da diplomacia como forma de resolução de conflitos internacionais.

CAPÍTULO 1

Contexto

Tudo isso configura um cenário de pequenos avanços e, ao mesmo tempo, enormes desafios ainda para superar, é claro, para os governos locais, ao final das contas, por ser a instância de governo mais próxima à maioria da humanidade, que cada vez mais habita em cidades.

CELAC

A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) foi criada em 2010, e agrupa a 33 Estados de América Central, América do Sul e Caribe, o que a converte em representante de uma área geopolítica independente e soberana, acompanhada nesse empenho por outros blocos, como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Aliança Bolivariana dos Povos de Nossa América (ALBA) e o MERCOSUL.

Durante o período deste Relatório, dois acontecimentos importantes ocorreram no âmbito da CELAC. Em primeiro lugar, em janeiro de 2015 se desenvolveu a III Cúpula da CELAC, em que Equador recebeu a presidência pro t mpore. Durante o encontro se aprovou o Plano de A  o para 2015, que propõe reduzir a pobreza extrema e a desigualdade; potencializar a educação, o desenvolvimento da ciência, a tecnologia e a inovação; a proteção do meio ambiente; o financiamento da arquitetura regional; e o fortalecimento do bloco.

Durante o encontro, realizado na Costa Rica, também foram temas de comum acordo a demanda pelo fim do bloqueio econ mico, financeiro e comercial imposto por Estados Unidos a Cuba; a ratificação do apoio aos diálogos de paz entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP); assim como o apoio ao governo venezuelano ante a dura situação econ mica que vive atualmente este país e a reprovação às sanções unilaterais do governo dos Estados Unidos. A declaração da Cúpula também expressou seu apoio à Argentina na reestruturação de sua d vida soberana, e o reclamo pelas Ilhas Malvinas. Ao mesmo tempo, se acordou a criação de uma agenda de desenvolvi-

CAPÍTULO 1

Contexto

mento pós 2015 com o fim de combater o tráfico ilícito de armas e o problema mundial das drogas.

Também foi tema de reflexão e solidariedade, a instabilidade política e social que padece atualmente Haiti, intercedendo-se pelo rápido restabelecimento do processo democrático através de eleições livres e transparentes.

O segundo fato importante durante o período foi a realização, em junho 2015, em Bruxelas, Bélgica, da II Cúpula da CELAC e da União Europeia (UE), que reuniu a 61 países de ambos os blocos. Um documento de 50 páginas sobre diversos temas é o resultado das negociações em que se manifesta o acordo por um trabalho conjunto e em condições de igualdade, para enfrentar os maiores desafios da comunidade internacional: mudança climática; migração e integração; educação; comércio para o desenvolvimento, protegendo as economias; restabelecimento das relações entre Estados Unidos e Cuba; reprovação ao decreto dos Estados Unidos que declara a Venezuela como uma



III Cúpula da CELAC, na Costa Rica.

CAPÍTULO 1

Contexto

ameaça; acompanhamento a Argentina enquanto cancela sua dívida aos fundos abutres; acompanhamento do processo de paz na Colômbia; Peru e Colômbia assinam isenção de vistos com a União Europeia; CELAC e UE acordaram aumentar a cooperação.

UNASUL



Presidentes na Cúpula da UNASUL em Guayaquil.

A UNASUL, constituída por doze estados da região, surgiu a partir de uma cúpula presidencial realizada em Cuzco em dezembro de 2004, com o propósito de “garantir a construção de um novo modelo de integração que aproveite efetivamente as experiências positivas dos mecanismos de integração sub-regional existentes, como o Caricom, a CAM e o MERCOSUL”. Sua última Cúpula, a oitava, foi nos dias 4 e 5 de dezembro de 2014, nas cidades de Guayaquil e Quito, durante a transferência da Presidência Pro Témpace a Uruguai e da inauguração da nova sede da UNASUL em Quito.

Em 10 de fevereiro de 2015, o secretário geral da União das Nações Sul-Americanas, ex-presidente Ernesto Samper, assinou em Montevideu, a Carta Compromisso, com a Junta Nacional de Drogas de

CAPÍTULO 1

Contexto

Uruguai, para a criação de “A Rede de Observatórios de Drogas dos Estados Membros da UNASUL”, que permitirá adiantar um estudo do estado da situação de drogas ilícitas nos países que formam a União.

MERCOSUL

O bloco atravessou no último ano uma situação política complexa, em especial pelos acontecimentos ocorridos na República Bolivariana de Venezuela, e das ameaças ao sistema democrático no Brasil; frente às quais Mercocidades manifestou sua preocupação e realizou um chamado à defesa da democracia. Também a partir de uma perspectiva política, se destaca o processo eleitoral que está vivendo a Argentina para a primeira eleição direta de seus parlamentares ao Parlasul, que finalizou no passado 25 de outubro.

No campo institucional vários acontecimentos de impacto político para o MERCOSUL ocorreram em 2015. Por um lado, o ingresso como membro pleno do bloco do Estado Plurinacional da Bolívia, durante a Cúpula do MERCOSUL em Brasília, Brasil. O Protocolo de Adesão subscrito pelos presidentes dos países membros do bloco, ressalta a importância do ingresso pleno da Bolívia “para a consolidação do processo de integração da América do Sul, com base ao esforço mútuo e a convergência dos diferentes esforços e mecanismos sub-regionais de integração”.

O segundo fato importante do período foi a posse em fevereiro de 2015 do novo Alto Representante do MERCOSUL, médico pediatra Dr. Rosinha, ex-deputado federal pelo PT no Paraná (1999 – 2015) e ex-presidente do Parlamento do MERCOSUL (2008 – 2009), Rosinha foi proposto inicialmente pelo governo brasileiro e aprovado por unanimidade por todos os países plenos do bloco (Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela).

CAPÍTULO 1

Contexto

Criada em 2010, a função do Alto Representante Geral do MERCOSUL foi assumida em junho de 2012 pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, ex-secretário geral do Ministério de Relações Exteriores do Brasil. Continuando depois neste cargo o também brasileiro Ivan Ramalho, economista e atual secretário executivo do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.



“O Alto Representante será uma personalidade política destacada, nacional de um dos Estados Parte, com reconhecida experiência em temas de integração”, indica a decisão número 63 do Conselho do Mercado Comum. Entre as atribuições do cargo estão: representar ao MERCOSUL em reuniões com outros blocos e organismos internacionais, coordenar missões de observação eleitoral, apresentar propostas vinculadas ao processo de integração e liderar trabalhos relativos ao plano de ação do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL.

CAPÍTULO 1

Contexto

Finalmente, a posse do parlamentar venezuelano Saúl Antonio Ortega Campos como Presidente do Parlamento do MERCOSUL, em 26 de fevereiro de 2015, constituiu um acontecimento de impacto político no bloco. Ortega Campos foi eleito deputado pelo Estado Carabobo em 2000, com o apoio do Movimento Quinta República pelo circuito eleitoral Naguanagua - Libertador; reeleito para o período 2005-2010. Pertence ao Bloco Parlamentar do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV). Membro da Comissão Permanente de Política Exterior. Membro dos Grupos da Amizade Venezuela - Rússia e Venezuela - China. Em abril de 2008, foi designado primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional e presidente do Comitê de Postulações do Poder Judicial. Em janeiro de 2009, foi reeleito como primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional e presidente do Comitê de Postulações do Poder Judicial. Vice-presidente do Parlamento do MERCOSUL em 2014.

Mercosul social

Na dimensão social da integração, no último ano, o MERCOSUL continuou com as dinâmicas de desenvolvimento técnico em linha com as propostas de Mercocidades, destacadas no Relatório da Secretaria Executiva e da Secretaria Técnica Permanente no período 2013-2014. Neste sentido, se resgata a realização de duas Cúpulas Sociais do MERCOSUL, a Oficina Regional para o fortalecimento da participação social no MERCOSUL e a mostra “O MERCOSUL através do Cinema”.

As Cúpulas Sociais se realizam duas vezes por ano, no âmbito de cada troca de Presidência Pro Témpore do MERCOSUL, e reúnem a organizações e movimentos sociais que anualmente trabalham em torno a seu ponto focal e, depois canalizam e entram em consenso com suas demandas e recomendações aos Estados parte do bloco durante as cúpulas.

Em dezembro de 2014, na cidade de Paraná, Argentina, ocorreu a 17ª Cúpula Social, onde se abordaram as temáticas de direitos humanos, participação social, desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e comunicação social.

CAPÍTULO 1

Contexto

Por outro lado, nos dias 14, 15 e 16 de julho de 2015, em Brasília, Brasil, sob o slogan “Avançar no MERCOSUL com mais integração, mais direitos, mais participação” se desenvolveu a 18ª edição da Cúpula Social do MERCOSUL, no âmbito da Presidência Pro Témproe do Brasil.

A Oficina Regional para o fortalecimento da participação social no MERCOSUL, foi realizada em Corrientes, Argentina, no dia 24 de novembro de 2014, organizado pela Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL (UPS), com o apoio da Casa Pátria Grande “Presidente Néstor Carlos Kirchner”, do Foro Consultivo de Cidades e Regiões do MERCOSUL (FCCR), da Municipalidade de Corrientes, de Mercocidades e do Parlamento do MERCOSUL.

Com o objetivo de construir um diálogo permanente entre as organizações e movimentos sociais da região, e as diferentes instâncias de trabalho do MERCOSUL; e sentar as bases para a elaboração de um plano estratégico a desenvolver em 2015, esta primeira oficina reuniu a representantes de organizações e movimentos sociais dos Estados membros e associados do bloco, de governos locais da região, de organizações de estudantes universitários, de meios de comunicação públicos e comunitários, e centrais sindicais, de Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile e Equador.

A I Oficina Regional para o Fortalecimento da Participação Social no MERCOSUL, concluiu com a apresentação de reflexões e propostas em quatro temáticas prioritárias para a região: agricultura familiar e solidária; inclusão educativa a partir da integração; comunicação emancipadora e direitos; e emprego e integração produtiva.

Finalmente, o último elemento a destacar na dimensão social do MERCOSUL durante o período deste Relatório é a realização da mostra “O MERCOSUL através do Cinema”, entre os dias 24 e 26 de março de 2015. No âmbito dos festejos do 24º Aniversário do MERCOSUL, a Secretaria do MERCOSUL, em conjunto com a Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do MERCOSUL (RECAM), instituições de diferentes níveis do governo do Uruguai e

CAPÍTULO 1

Contexto

outras instituições da região, apresentaram esta mostra com o objetivo de mostrar à cidadania a pluralidade, as potencialidades e a riqueza da região. Projetaram-se filmes de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela nas diferentes salas uruguaias que integram a Rede de Salas Digitais do MERCOSUL, localizadas nas cidades de Artigas, Florida, Castillos, Fray Bentos e Montevideu.





CAPÍTULO 2

MERCOSUL desde o local, FCCR e COMUM

CAPÍTULO 2

MERCOSUL desde o local,
FCCR e COMUM

MERCOSUL

Presidência Pro Témpace da Argentina (PPTA), Cúpula do MERCOSUL, Paraná, dezembro de 2014



A 47ª Cúpula de Chefes e Chefas de Estado do MERCOSUL desenvolvida na cidade argentina de Paraná, enfatizou a integração regional como estratégia de integração para o mundo e ratificou seu modelo de desenvolvimento comum dirigido à inclusão social e à distribuição da renda. Durante o encontro se manifestou a “profunda reprovação” à Lei aprovada pelo Congresso de Estados Unidos “que aplica sanções ao povo e ao governo da Venezuela”. Ademais se avançou no iminente ingresso da Bolívia como membro pleno ao bloco.

A Cúpula concluiu com a transferência da Presidência Pro Témpace da Argentina a Brasil. No documento assinado pelos presidentes do MERCOSUL se ratificou “sua determinação de fortalecer a dimensão social e cidadã da integração, ressaltando a importância dos trabalhos que se

CAPÍTULO 2

MERCOSUL desde o local,
FCCR e COMUM

desenvolvem nos distintos fóruns para garantir a geração de emprego e crescimento econômico com justiça e inclusão social”.

Em matéria econômica “manifestaram a necessidade de continuar incentivando iniciativas e ações que conduzam a avançar na complementaridade das estruturas produtivas dos Estados Partes, o que permitirá fortalecer o modelo regional de desenvolvimento econômico inclusivo e ajudará a melhorar as condições de competitividade dos diferentes setores”.

Em uma declaração especial, os Estados Partes do MERCOSUL reafirmaram também sua solidariedade a Argentina no conflito que mantém com os fundos abutres. De igual forma reiteram seu “permanente apoio aos legítimos direitos da República Argentina na disputa da soberania relativa à questão das Ilhas Malvinas”.

A 47ª Cúpula de mandatários do MERCOSUL esteve marcada também pela notícia da mudança da relação entre Estados Unidos e Cuba, tema que foi mencionado e celebrado.

Presidência Pro Témpace do Brasil (PPTB), Cúpula de MERCOSUL, Brasília, julho de 2015

A 48ª Cúpula Presidencial do MERCOSUL, realizou-se em Brasília, nos dias 16 e 17 de julho, defendendo uma maior liberalização do comércio ao interior do bloco e uma maior abertura comercial com o resto do mundo. Ademais, os membros plenos do MERCOSUL assinaram um novo protocolo para a adesão plena da Bolívia e denunciaram tentativas de desestabilização democrática na região. Neste contexto Brasil traspassou a presidência pro témpace do bloco a Paraguai.

Em sua apresentação no plenário, a presidente do Brasil, Dilma Rousseff levantou as bandeiras da democracia e da paz na América Latina. A mensagem da mandatária ocorre em meio de um difícil momento político no Brasil, salpicado de recorrentes pedidos informais de destituição por juízo político.

CAPÍTULO 2

MERCOSUL desde o local,
FCCR e COMUM

Os países membros do MERCOSUL aprovaram manter por um prazo de 10 anos o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), como instrumento para o desenvolvimento dos países sócios do bloco.

Outra novidade do encontro foi a inclusão da Guiana como membro associado ao bloco. Nesta ocasião também se ratificou o apoio a Uruguai ante a ingerência da indústria multinacional do tabaco na implementação de políticas de controle do tabaco, ao atentar contra o direito soberano dos Estados a definir suas políticas de saúde. Assim mesmo, se repudiou novamente o Decreto Executivo dos Estados Unidos que declara a Venezuela uma “ameaça” para a segurança desse país; e reiteraram o apoio a Argentina nas disputas pela soberania sobre as ilhas Malvinas Argentinas.

Também se renovou o compromisso de continuar fortalecendo a dimensão social do MERCOSUL em seus mais variados aspectos: beneficiar e proteger a agricultura familiar e garantir a soberania



CAPÍTULO 2

MERCOSUL desde o local,
FCCR e COMUM

da terra; melhorar a cooperação em matéria de saúde; cooperar em políticas contra a corrupção; trabalhar juntos em desenvolvimento de tecnologia; cooperar para combater o tráfico e uso de armas de fogo; avançar em temas da agenda migratória. Pediu-se para reforçar a proteção das pessoas idosas, igualdade de direitos para os afrodescendentes e igualdade de gênero; reafirmando o papel fundamental da cultura para o desenvolvimento pleno dos países.

O encontro contou com a presença dos chefes de Estado de Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina, Venezuela, Bolívia, Guiana, e de altos representantes de Chile, Equador, Peru, Colômbia e Suriname.

O FORO CONSULTIVO DE CIDADES E REGIÕES DO MERCOSUL (FCCR)

XLIII Reunião de coordenadores e XV reunião plenária do Foro

Nos dias 16 e 17 de dezembro de 2014 se realizou a XLIII Reunião Ordinária de Coordenadores Nacionais e a XV Reunião Plenária do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR), na cidade do Paraná, Província de Entre Rios- Argentina, ambas as reuniões se celebraram no âmbito da Cúpula Presidencial de Estados Partes e Associados do MERCOSUL.

Na XLIII Reunião Ordinária do FCCR se apresentaram os Avanços do “Plano de Vinculação de Clusters Produtivos”; se abordou o Convênio de Cooperação Técnica não Reembolsável da Corporação Andina de Fomento (CAF), o Acordo MERCOSUL Cultural, o logotipo do Foro, sendo o último tema da agenda o Plano de Ação do FCCR 2015-2016.

Na XV Reunião Plenária se realizou a eleição dos Coordenadores dos Comitês de Províncias e Municípios. Concluiu-se a sessão com o Transpasso da Presidência Pro Témporte.

CAPÍTULO 2

MERCOSUL desde o local,
FCCR e COMUM

Pela Secretaria Executiva de Mercocidades participaram da reunião, Mônica Fein, intendente de Rosário e secretária executiva da Rede; e Sergio Barrios, diretor geral de Relações Internacionais da Municipalidade de Rosário.



Reunião do FCCR no âmbito da Cúpula de Presidentes do MERCOSUL em Paraná, Argentina.

XLIV Reunião de coordenadores e XVI reunião plenária do FCCR

Nos dias 15 e 16 de julho de 2015 se desenvolveram em Brasília as reuniões de trabalho do FCCR, com a participação de autoridades nacionais e locais dos países do bloco e representantes de associações municipais.

Neste âmbito, se destacou o desenvolvimento da jornada em torno da assinatura de um acordo interinstitucional entre o FCCR e o MERCOSUL Cultural e a elaboração de uma declaração do Foro para ser apresentada na Cúpula de Chefes e Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados.

CAPÍTULO 2

MERCOSUL desde o local,
FCCR e COMUM

Durante o primeiro dia os grupos de trabalho apresentaram e avaliaram avanços com respeito à agenda de integração produtiva e integração fronteiriça, e se debateu sobre a construção de uma posição regional comum frente à Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Sustentável, Hábitat III, e sobre a participação dos governos locais na construção da agenda.

No segundo dia ocorreu a 16ª Reunião Plenária dos Coordenadores Nacionais e Alternos do FCCR, cuja abertura esteve a cargo do vice-presidente do Brasil, Sr. Michel Temer.

A Declaração Final da reunião plenária salientou a importância dos esforços realizados pelos governos nacionais e subnacionais, tendentes a aprofundar e consolidar o MERCOSUL; o aprofundamento da integração produtiva como instrumento fundamental da integração regional; e a articulação com os governos subnacionais como atores estratégicos para aprofundar a participação social no bloco.

Através da mesma, as autoridades da região reafirmaram o apoio ao Governo da República Argentina em seu permanente reclamo pela soberania das Ilhas Malvinas, ratificando à mesma como uma causa regional. Assim mesmo, repudiaram as ações especulativas dos fundos abutres e afirmaram seu apoio ao país em todas as medidas necessárias tendentes a assegurar o bem-estar do povo de acordo às políticas de desenvolvimento nacional.

Para a reunião, a Secretaria Executiva de Mercocidades delegou sua representação na Prefeitura de São Paulo.

Por último, expressaram a importância para o MERCOSUL da incorporação do Estado Plurinacional da Bolívia e da República do Equador como membros plenos do bloco, e Brasil transpassou a presidência Pro Témpore do Foro a Paraguai.

CAPÍTULO 2

MERCOSUL desde o local,
FCCR e COMUM

XLV Reunião de coordenadores do FCCR

A reunião foi realizada no salão de atos do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai, no dia 6 de outubro de 2015, no âmbito da Presidência Pro Témpore Paraguaia do Mercado Comum do Sul.

O mencionado encontro foi presidido por Enrique Ramírez, coordenador Nacional do FCCR da PPTP, quem deu as boas-vindas às delegações participantes.

A delegação do Uruguai esteve encabeçada pelo presidente do Congresso de intendentes, Sergio Botana, quem apresentou o programa da 3ª oficina “Aproveitamento das Hidrovias do MERCOSUL”, que se realizará nos dias 3 e 4 de dezembro, em Montevideu, e a instalação da Comissão Interdepartamental de Integração Fronteiriça do Congresso de Intendentes. Assim mesmo, se comprometeu a assumir em representação do Uruguai a Presidência Pro Témpore do FCCR MERCOSUL, a partir do primeiro semestre de 2016.

No âmbito da reunião, a delegação brasileira apresentou os resultados da I Reunião do Grupo de Trabalho sobre Integração Fronteiriça, que se realizou em Porto Alegre, assim como a apresentação do programa “Saúde de Fronteiras”, a cargo do Juan Carlos Coronel, do Ministério de Saúde Pública do Paraguai.

Também se realizou a apresentação do seminário internacional “A integração fronteiriça a partir da perspectiva dos comunicadores, seguimento à carta-compromisso de Buenos Aires, a cargo de Elvio Venega, coordenador Nacional da Reunião Especializada de Comunicação Social do MERCOSUL (RECS).

Pela Rede de Mercocidades participaram da reunião, Sergio Barrios, diretor geral de Relações Internacionais da Municipalidade de Rosário em representação da Secretaria Executiva, e Jorge Rodríguez da Intendência Municipal de Montevideu, em representação da Secretaria Técnica Permanente da Rede.

CAPÍTULO 2

MERCOSUL desde o local,
FCCR e COMUM

Na oportunidade se apresentou a XX Cúpula de Mercocidades que se realizará de 12 a 14 de novembro, enquanto que a Rede contribuiu com destacadas colaborações à agenda de temas do FCCR tais como, o Instituto de Turismo da rede e a campanha que terá como slogan “A insegurança viária: as políticas dos governos locais no MERCOSUL” entre as mais destacadas.

Finalmente, o FCCR adotou seu Plano de Trabalho baseado em um conjunto de eixos inspirados na agenda desenvolvida por Mercocidades nos últimos anos, isto é, Integração Produtiva, Cidadania Regional, Integração Fronteiriça e Cooperação Internacional e Relacionamento, agenda que cumprimentamos desde Mercocidades. Entretanto, a delegação de Mercocidades participante da reunião expôs sua preocupação pela fraca presença dos eleitos nas reuniões plenárias, assim como no exercício das Coordenações do Foro.

CAPÍTULO 2

MERCOSUL desde o local,
FCCR e COMUM

Coordenação do Comitê de Municípios (COMUM)

Durante o período da Secretaria Executiva na cidade de Rosário, se manteve a situação de “transitoriedade” da SE de Mercocidades como coordenadora do COMUM- descrita no Relatório anterior, não tendo se encontrado uma solução definitiva a esta situação devido à falta de consenso entre as seções nacionais participantes.

Acordo interinstitucional FCCR – MERCOSUL Cultural

O Acordo Interinstitucional entre o FCCR e o MERCOSUL Cultural é uma proposta incentivada pelo Comitê dos Municípios do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL, com o propósito de estimular ações neste sentido nos países do bloco.

O Acordo foi assinado no âmbito da 48ª Cúpula do MERCOSUL, nas Reuniões Ordinária e Plenária do FCCR, realizadas nos dias 15 e 16 de julho de 2015, em Brasília.



CAPÍTULO 3

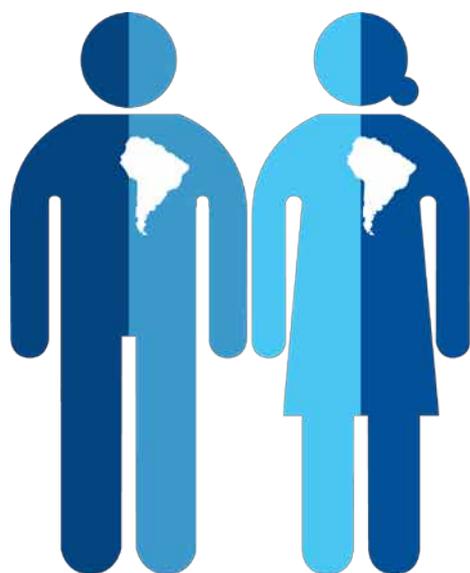
XIX Cúpula de Mercocidades

CAPÍTULO 3

XIX Cúpula de
Mercocidades

A CONVOCATÓRIA À CÚPULA

O grande desafio assumido a partir da concepção com a que se convocou às cidades da Rede a participarem da XIX Cúpula, foi passar da formulação do Plano Estratégico da Rede, iniciativa da cidade de Belo Horizonte, que foi aprovada na Cúpula de Montevidéu em 2012, a uma agenda estratégica que se proponha potencializar a identidade e a integração regional com o objetivo de assegurar o desenvolvimento das cidades e o bem-estar dos cidadãos da América do Sul, em um contexto de cidades integradas, inclusivas e participativas amalgamadas em Mercocidades.



XIX CUMBRE DE MERCOCIDADES

3, 4 y 5 de diciembre 2014
ROSARIO, ARGENTINA

La contribución de las ciudades al proceso de ampliación de los derechos ciudadanos en el marco de la integración regional.



CAPÍTULO 3

XIX Cúpula de Mercocidades

Agenda estratégica que em nossa concepção devia incluir: uma perspectiva de criação de valor, que direcione nosso trabalho à melhora da qualidade de vida dos cidadãos de cada uma das cidades da Rede; à legitimação da representação institucional de Mercocidades; à incidência na agenda política do MERCOSUL e na nova agenda urbana mundial, e ao desenho e implementação de políticas públicas conjuntas entre as cidades, com fortes estímulos a troca de experiências exitosas de gestão, orientadas à melhora da qualidade das políticas públicas em nossos governos locais.

Para concretizar isto, se priorizaram a partir de uma perspectiva temática de conteúdos, três eixos que deram sentido a nossa prática de trabalho cotidiano.

O primeiro: a **integração produtiva**, enfocada na promoção de processos integrados de produção regional para reduzir assimetrias no MERCOSUL e competir juntos em terceiros mercados, incrementando deste modo o nível de formalidade da economia da região, gerando emprego e gerando rendas genuínas em nossas economias nacionais e regionais.

O segundo: a **integração fronteiriça**, reformulando o conceito de fronteira como consequência do novo contexto de integração regional, gerando espaços de articulação para os atores locais das cidades de fronteira e promovendo a cooperação transfronteiriça.

E o terceiro: a **cidadania regional**, fortalecendo a identidade regional, a universalização dos direitos dos cidadãos, a promoção da inclusão social e o fomento à cooperação entre cidades.

Incorporando a tudo isso, e em uma perspectiva de gestão, as ações e projetos estratégicos da Rede, tais como o Laboratório de Políticas Locais, IN, ou mais atrás no tempo Estados + Direitos, ou projetos a futuros, atualmente em formulação, como o Instituto de Turismo de Mercocidades (ITM).

CAPÍTULO 3

XIX Cúpula de Mercocidades

Porém, fundamentalmente, a XIX Cúpula de Mercocidades em Rosário, pretendeu enfatizar a necessidade de vincular ações ao trabalho em rede das cidades do MERCOSUL, com o processo de ampliação de direitos cidadãos na região. Por isso, os convocamos com o slogan “A contribuição das cidades ao processo de ampliação de direitos cidadãos no âmbito da integração regional”, junto a um conjunto de dispositivos metodológicos capazes de produzir resultados concretos e tangíveis que não distorçam os objetivos perseguidos na candidatura de Rosário à Secretaria Executiva, que foi decidida na Cúpula de Porto Alegre.

Atento ao fato de que Mercocidades é, ao mesmo tempo, uma rede política de cidades pela integração regional com bases de sustentação mais amplas que as puramente econômico-comerciais com as que se iniciou o MERCOSUL a princípios dos anos 90; é uma rede de redes de gestores locais em mais de 20 campos da política pública tais como: Meio Ambiente, Cultura, Direitos Humanos, Desenvolvimento Econômico Local, Internacionalização da PME (Comissão de Fomento de Negócios) ou Desenvolvimento Urbano, por nomear só alguns dos campos de trabalho mais destacados.

A partir desta característica da Rede, convocamos à totalidade das instâncias técnicas que a integram a que se reúnam em Rosário, estimulando-as a gerar projetos concretos a partir de cada um de seus campos de política pública orientados a ampliar direitos cidadãos.

Para isso, se agrupou às instâncias temáticas em função de seus conteúdos em 5 eixos, que ao mesmo tempo estavam vinculados à agenda de trabalho de Mercocidades nos últimos anos, e nos que a Rede vinha desenvolvendo um ativo acionar com diversas estratégias e com excelentes resultados:

Inclusão Social, Cidadania Regional, Integração Produtiva, Sustentabilidade e Cooperação Internacional.

CAPÍTULO 3
XIX Cúpula de
Mercocidades

Assim esperávamos que se produzira um primeiro conjunto de colaborações, constituídos por projetos relativamente simples de implementar como poderiam ser desde o âmbito do turismo, por exemplo, no contexto do Instituto de Turismo, um Passaporte Mercocidades que outorgue benefícios concretos a cidadãos de alguma das cidades da Rede que fizeram turismo em outras; ou projetos mais complexos em sua estruturação, porém ao mesmo tempo, mais estratégicos como a Livre circulação de cidadãos no MERCOSUL; a possibilidade do exercício profissional em qualquer dos países da região com homologações razoáveis; ou o acesso das cidades ao Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), e desse modo financiar estratégias urbanas em matéria de competitividade empresarial, inclusão social, infraestrutura da integração regional ou fortalecimento de capacidades institucionais dos governos locais.

As propostas que geraram as instâncias técnicas da Rede que mais abaixo se detalham, se elevaram para sua consideração e aprovação ao Conselho de Mercocidades, que compilou as principais colaborações para sua aprovação na Assembleia de Mercocidades.

Um segundo grupo de insumos, que ao mesmo tempo foram anexados aos gerados pelas unidades técnicas reunidas nos cinco eixos, o produziram o destacado painel de prefeitos e referentes de Mercocidades, que dissertaram no painel de abertura da Cúpula, sobre o potencial da colaboração das cidades à ampliação de direitos cidadãos no âmbito da integração regional. Entre as personalidades convocadas se encontraram ministros do nível nacional, presidentes de associações de municípios, legisladores nacionais e regionais, e prefeitos e ex-prefeitos de importantes cidades como São Paulo, Assunção, Montevideu ou Rosário, por citar só alguns.

O último conjunto de elementos provenientes dos participantes da Cúpula, o constituem os insumos que se geraram nas atividades complementares e às que se convocou especialmente a organizações da sociedade civil, estudantes e especialistas nos temas que ali se abordaram. Estas atividades constituíram Seminários, Oficinas, Conferências ou Cursos de Formação nos eixos temáticos da

CAPÍTULO 3
XIX Cúpula de
Mercocidades

Cúpula: Inclusão Social; Cidadania Regional; Integração Produtiva; Sustentabilidade e Cooperação Internacional, e no formato de relatório também se apresentaram ao Conselho para sua consideração e posterior elevação à Assembleia da Rede para sua adoção.

Este conjunto de insumos, as propostas das instâncias técnicas da Rede, o conjunto de reflexões qualificadas e as conclusões dos seminários, oficinas e cursos de formação, foram em definitivo consolidados e aprovados em sua grande maioria e em alguns casos modificados pela Assembleia de Prefeitos da Rede (a instância máxima do governo de Mercocidades) e constituíram a maior parte dos delineamentos do trabalho da Secretaria Executiva que assumimos em dezembro de 2014 e finalizamos em novembro de 2015.

E dizemos em parte, já que Mercocidades possui uma agenda profundamente estratégica dirigida ao futuro da Rede, que se baseia em seu posicionamento para a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2015/2030; a Cúpula Mundial sobre a Mudança Climática (COP 21) e a Conferência das Nações Unidas Sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável – Hábitat III (2016). Nesse sentido, e dando continuidade ao trabalho realizado pela Secretaria Executiva nas mãos de Porto Alegre e da Secretaria Técnica Permanente nas mãos de Montevidéu que permitem aproximar a esta Cúpula de Mercocidades com a subscrição do Convênio entre ONU-Hábitat, através de sua seção latino-americana ROLAC e Mercocidades, assim como os diálogos MSUR incentivados pela Prefeitura de São Paulo, associado estrategicamente a CEPAL, UNASUL e o FCCR do MERCOSUL, que permitirão dotar de conteúdos e evidência empírica a um conjunto de reflexões mais profundas sobre a agenda urbana em eixos tais como: Ecossistemas Urbanos e Sustentabilidade, Desenvolvimento Urbano e Desigualdades Sócio espaciais; Economia Urbana e Governo e Governança, Cidadania, Educação e Cultura.

Finalmente, foram destacáveis os avanços apresentados na Cúpula sobre o Programa de Cooperação Sul-Sul de Mercocidades, em que a Rede vem trabalhando há vários anos; a apresentação dos conteúdos

CAPÍTULO 3
XIX Cúpula de
Mercocidades

da V Mostra de Ciência e Tecnologia aplicada às políticas públicas; os desafios futuros da aliança estratégica entre Mercocidades e a Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM), que se refletirão no III Encontro Cidades e Universidades.



Assembleia Geral

CAPÍTULO 3

XIX Cúpula de
Mercocidades

AS CONCLUSÕES DOS 5 EIXOS

Eixo “Integração Produtiva”

O eixo agrupou o trabalho das Unidades Temáticas e Comissões convocadas: a de Ciência, Tecnologia e Capacitação; Turismo; Desenvolvimento Econômico Local e suas Comissões de Fomento de Negócios e Economia Social e Solidária.

Em primeiro lugar se resgatou a metodologia de trabalho proposta para a Cúpula, enquanto que a agrupação das temáticas por eixo permitiu visualizar as sinergias que necessariamente ocorrem entre os distintos temas. Mais ainda, se destacou a necessidade de repensar os critérios de abordagem, já que a transversalidade impacta e afeta à maioria das ações e políticas propostas.

Em matéria de Turismo as propostas se basearam na adoção de um conceito amplo do termo, que abrange não só o turismo meramente comercial, senão também ao turismo de negócios, de saúde, etc. Nesta concepção as ações deverão tender a dinamizar o turismo da região, mantendo e aprofundando o conceito de “turismo sem fronteiras”. O desafio o representou o posicionamento do destino “Mercocidades” como um destino único.

Para isso se traçaram as seguintes estratégias:

- Assegurar a aplicação e funcionamento das três ferramentas nas quais vem trabalhando a UT:

- 1- Ficha única de registro,
- 2- Sistema de informação geográfica e de turismo;
- 3- Instituto Internacional de Turismo de Mercocidades, concebido como um âmbito de articulação público-privado, com a presença de instituições acadêmicas, que deveria estar funcionando entre março e abril de 2015.

- Combinar destinos turísticos de maior visibilidade com destinos emergentes.
- Destacar setores produtivos vinculados ao turismo e delinear estratégias que promovam seu fortalecimento (ex. campeonato de golfe pelos circuitos do vinho, realizado em 2014, a repetir-se em 2015 com mais países participantes).
- Formular um calendário de eventos vinculados ao mundo produtivo, único para Mercocidades.
- Apostar na sustentabilidade da conectividade aérea a partir de Mercocidades, trabalhando para restabelecer rotas aéreas suspendidas e assegurar sua permanência.
- Aprofundar ações em matéria de turismo acessível, dando mais intervenção a associações vinculadas à temática de deficientes físicos, para avançar em propostas de comprovada efetividade.
- Desenvolver ações no âmbito do Programa Educar, orientado a trabalhadores de turismo de todas as cidades.
- Desenvolver promoções entre cidades da Rede para dinamizar o turismo conjunto e entre cidades (promoções conjuntas e cruzadas). Promover às cidades da Rede como destino turístico dos próprios cidadãos de Mercocidades; buscar a rotação de eventos dentro de cidades da Rede, etc.

Em matéria de Ciência, Tecnologia e Capacitação, se propôs trabalhar na geração e/ou manutenção de três ações concretas, orientadas a recuperar o espaço e fortalecê-lo. O conceito subjacente o representava uma perspectiva ampla, em que a ciência e a tecnologia não se limitam ao desenvolvimento do software e onde predomine uma abordagem transversal da temática. Os vínculos entre a Ciência, a Tecnologia e a Capacitação, e o Desenvolvimento Econômico Local ou o Turismo resultaram, assim, inevitáveis.

CAPÍTULO 3

XIX Cúpula de Mercocidades

Propôs-se assim mesmo recuperar o espaço da Mostra de Ciência e Tecnologia, vinculando-o por primeira vez a uma temática específica: “Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, a partir de uma melhora nos serviços”.

Manter e fortalecer o Observatório Urbano, projeto que permite recompilar experiências de vínculos entre os governos locais e as instituições de Ciência e Tecnologia (fundamentalmente universidades públicas), para resolver problemáticas concretas das cidades. O Observatório surge como a primeira conquista tangível de um acordo entre Mercocidades e a Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM); ao resgatar o valor das universidades como geradoras de ciência e responsabilizá-las em sua transferência.

Recuperar o espaço do “Encontro de Cidades e Universidades”, desenvolvido em novembro 2015 um encontro em Porto Alegre. A responsabilidade operativa deste projeto está a cargo da AUGM, e no mesmo se abordarão boas práticas na vinculação entre as universidades e os governos locais (temática que excede o âmbito de atuação desta UT). Por primeira vez haverá participação de estudantes.

Desde as UT “Desenvolvimento Econômico Local” e “Fomento de Negócios”, se entenderam que as linhas de trabalho que vem se desenvolvendo contribuem para o Slogan da Cúpula:

- Processos de cadeia produtiva de alcance regional, gerando bens em etapas que se realizam em distintos países.
- Rodadas de Negócios e prospecção de mercados, as quais colaboram na geração de vínculos e confianças imprescindíveis para potencializar mercados e operações, constroem referentes público-público e público-privado que permitem a continuidade dos negócios, ainda fora das Rodadas. Em relação às rodadas de negócios, se entende necessário aprofundar: i) o papel que podem e devem ter os serviços diplomáticos (Embaixadas, Consulados, Encar-

regados Comerciais, Chancelarias, etc.) e as autoridades locais eletivas; ii) e o seguimento dos resultados a efeitos de construir indicadores que permitam valorizar esta atividade.

- Vínculo com Instituições Acadêmicas para transferir conhecimentos e capacidades ao setor produtivo da Rede, em um processo dinâmico de consulta com os atores LOC.

Além disso, se recomendou à Assembleia a adoção de medidas orientadas nos seguintes sentidos:

- Fortalecer a área da Economia Social e Solidária, instando às cidades a compartilharem suas práticas na matéria. Recomenda-se também manter instâncias de reunião com os atores responsáveis dos diversos controles de fronteira para permitir uma maior fluidez nos trânsitos de bens vinculados a mostras e feiras de Economia Social e Solidária.
- Potencializar o apoio que possa se proporcionar às PMES e atores da Economia Social e Solidária para sua formalização, assim como o empreendedorismo; entendendo que incrementam o exercício do direito ao trabalho.
- Incrementar as ações vinculadas à associatividade para aceder a novos mercados, ações coletivas no exterior, etc.
- Realizar reuniões conjuntas de Unidades Temáticas com campos de trabalho similares e com aquelas que tratam questões transversais (ex. Ciência e Tecnologia, Ambiente, etc.).
- Incrementar o uso do Banco de Boas Práticas como ferramenta que permita obter maior eficiência na gestão.

CAPÍTULO 3

XIX Cúpula de Mercocidades

- Construir uma oferta exportável agregada das cidades da Rede e garantir sua circulação dentro das cidades da Rede para satisfazer as demandas a seu interior e sair ao mundo.
- Formular um calendário de feiras, rodadas e missões de mercocidades.



Reunião do Conselho de Mercocidades

Eixo “Sustentabilidade”

As cidades participantes das Unidades Temáticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Urbano; e Planificação Estratégica, que participaram das atividades do Eixo, destacaram que os governos locais têm um papel determinante para garantir direitos vinculados ao ambiental e à qualidade de vida de seus habitantes, em um âmbito de equidade e inclusão social. Ante este compromisso não podemos ignorar a imprescindível necessidade de recursos, técnicos, humanos e financeiros; assim como o fortalecimento institucional dos governos locais.

Neste âmbito as cidades presentes, resgataram a pertinência de realizar uma abordagem interdisciplinar do eixo temático e propuseram a abordagem concreta a partir das seguintes ações:

- A construção de uma agenda integral que considere a dimensão ambiental em todas as políticas públicas. Incluindo a articulação com as demais unidades temáticas e outros atores.
- O desenvolvimento de ações que incentivem a participação cidadã e a democratização e difusão da informação ambiental.
- A participação cidadã como um elemento fundamental para garantir as políticas ambientais.
- A relevância de incorporar a dimensão regional e metropolitana, considerando a necessidade de resolver as assimetrias de recursos e reconhecendo o caráter territorial da problemática ambiental, o ambiente não reconhece jurisdições.
- A temática ambiental é entendida pelos governos locais como um fenômeno transversal.
- A Resiliência se erige como um conceito chave de ser contemplado ao momento de pensar cidades sustentáveis e que deem acesso a direitos, já que as políticas de adaptação a mudança global e redução de riscos se encontram intimamente relacionadas.
- É indispensável a abordagem metropolitana na planificação estratégica das cidades.
- A importância do processo de ampliação dos direitos cidadãos no âmbito da integração regional, a fim de dar respostas e soluções de infraestrutura e de bens e serviços necessários para a população na área ambiental.

CAPÍTULO 3
XIX Cúpula de
Mercocidades

- A importância do delineamento e da implementação das políticas públicas nas cidades de periferias. O fortalecimento destes territórios e a ampliação dos direitos cidadãos destes espaços.
- A necessidade de atender a estas novas centralidades territoriais –periféricas- e a possibilidade da interação e integração sobre diversos temas que incluem o financiamento de projetos de infraestrutura ambiental, geração e criação de fundos, entre outros.
- A importância do fortalecimento dos atores institucionais locais na mobilização e articulação das energias locais para a promoção do desenvolvimento, que permita lograr uma melhor qualidade de vida no sentido amplo, não somente para os residentes atuais de cada região, senão também para futuras gerações, em um processo de planificação com objetivos e valorações claras e compreensíveis para toda a população, que contemple mais explicitamente a integração da cidade, tanto em seu contexto mais próximo como em sua inserção regional e global.

Eixo “Inclusão Social”

Do eixo formaram partes as unidades temáticas de Cultura, Desenvolvimento Social, Educação, Segurança Cidadã e os grupos de trabalho de Esporte e Deficiência Física.

Desde a Cultura se expõe a complexidade da cidade contemporânea, herdeira de uma ordem colonial em que a distância de um centro corresponde com a assimetria na participação do poder: poder econômico, poder de decisão, poder de gestão, poder simbólico. Isto demanda aos governos locais a necessidade de descentralizar as políticas e práticas culturais, gerando novos espaços de participação.

A participação implica conceber ao cidadão como sujeito de direito, a partir de uma perspectiva na qual os direitos culturais formem parte do campo dos direitos humanos.

Em síntese, se sugeriu à Rede tomar decisões de aproximação de acessibilidade e qualidade dos bens e serviços culturais, sobre os eixos de descentralização, participação e integração para a convivência.

Desde a Educação, se expôs o objetivo de dar continuidade às tarefas de levantamento e análise de dados quantitativos e qualitativos através do Observatório de Educação de Mercocidades.

Assim como dar continuidade na troca de experiências, no aprofundamento do conhecimento e seguimento da formação do docente, assim como à elaboração de propostas educacionais desenvolvidas coletivamente, como algumas das contribuições às políticas inerentes aos âmbitos locais com competência em matéria educativa.

Desde Deficiência Física e Inclusão, o trabalho do grupo se baseou na troca de experiências, o que possibilitou o impacto direto em políticas públicas em matéria de mobilidade e transporte público, espaço público, participação cidadã, ajudas técnicas e campanhas de sensibilização em gestão e publicação de equipes técnicas de cada cidade participante.

Remarcou-se a importância do trabalho transversal com temáticas tais como turismo e gênero, para promover a temática de deficiência física em políticas públicas gerais em cada cidade.

Destacou-se a continuidade da publicação da revista Rampa Mercocidades que reúne estas experiências e da visibilidade à cidadania do que neste âmbito de trabalho sucede.

Quando cada um destes âmbitos de políticas públicas contemplem esta temática com nova hierarquia em sua agenda haverá se conseguido o objetivo.

Finalmente, desde Esporte se expôs a necessidade da atividade física e da recreação no contexto de experiências de trabalho com o voluntariado, tais como a que se realizou em Porto Alegre em ocasião do

CAPÍTULO 3
XIX Cúpula de
Mercocidades

mundial de futebol; assim como a necessidade de concretizar ações de visibilidade em aeroportos e nós de transporte da cidade sobre o risco da prostituição infantil e juvenil.

A Comissão propôs repetir estas experiências nos próximos eventos esportivos como os Jogos Olímpicos, a Copa América e o estabelecimento do dia do Voluntariado da Rede, para dedicá-lo a ações de sensibilização sobre o caráter criminal do tráfico de pessoas e a adulteração dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Desde a Segurança Cidadã se expôs a necessidade de aprofundar os eixos de trabalho já propostos tais como: a Segurança Viária; a Violência Urbana; a Despenalização do consumo de drogas, e a Formação e capacitação em matéria de segurança dos agentes municipais. Também se destacou o valor que possui a participação ativa e mantida dos diferentes níveis da administração pública, assim como da sociedade civil na construção de sociedades mais seguras. Também se considerou relevante instalar o tratamento das questões inerentes à segurança viária, como componente prioritário da segurança cidadã.

Em todos os eixos se favorecerá um protagonismo cidadão mais ativo, incorporando os debates sobre a segurança cidadã aos principais destinatários de nossas políticas públicas e colaborando na geração de uma identidade comum como motores do processo de integração regional do MERCOSUL, que como se costuma lembrar, deve se afiançar desde abaixo para acima, comprometendo à cidadania como seu principal motor.

Desde o Desenvolvimento Social, se propôs o fortalecimento das políticas sociais da Rede arredor das seguintes linhas de trabalho: novos modelos de gestão de políticas sociais, as dimensões sociais da pobreza, estratégias políticas para os grupos vulneráveis, coordenação inter-jurisdicional das políticas sociais, e a integralidade na abordagem das mesmas.

CAPÍTULO 3
XIX Cúpula de
Mercocidades

Para desenvolver estes eixos se propuseram as seguintes ações: o avanço na relação UNICEF / Mercocidades. O lançamento e apoio à Campanha Vamos a Jugar / Vamos Jogar. A continuidade da troca de experiências em matéria de políticas sociais das cidades e a continuidade da implementação de projetos de cooperação entre governos locais. Entende-se que com o desenvolvimento dos eixos propostos a partir destas temáticas, as cidades membros da Rede contribuirão para o processo de ampliação dos direitos cidadãos no âmbito da integração regional.



*Curso do Observatório da Cooperação Descentralizada União
Europeia- América Latina*

CAPÍTULO 3

XIX Cúpula de
Mercocidades

Eixo “Cidadania Regional”

O eixo temático de Cidadania Regional esteve formado pela Comissão de Direitos Humanos, e as unidades temáticas de Autonomia, Gestão e Participação, Gênero e Município, Juventudes e Integração Fronteiriça.

Do ponto de vista da Comissão de Direitos Humanos se afirma que a integração regional, que dá sentido à existência de grandes âmbitos de cooperação entre diferentes cidades que compõem esta Rede e que motoriza nossas ações está fundada em princípios e valores comuns entre realidades diversas.

Para colaborar neste sentido e considerando os diferentes eixos de participação, foi fundamental deter-nos na análise de alguns pontos conceituais e problematizar seus alcances.

Começar a trabalhar sobre estes conceitos em prol de obter resultados reais em torno às políticas públicas a aplicar em cada caso, responde a uma necessidade de nossas cidades de compreender e interpretar à cidadania como um todo que dirige suas decisões em prol da inclusão social desde uma visão regional.

O/a cidadão/ã que esta Rede reconhece, é aquele que é sujeito de direito e que não só é alcançado pelas políticas públicas, senão que também pode e deve formar parte do delineamento e planificação das mesmas.

É necessário compreender os processos de cada cidade dentro de cada país, assim como, a de cada cidade dentro da estrutura de Mercocidades. Esta colaboração trouxe ao debate da Cúpula, o conceito de cidadania e suas diferentes interpretações, já que os membros das diferentes Unidades Temáticas, consideramos cidadão/ã a toda aquela pessoa que habita o solo latino-americano, sem distinções de raças, credos, nem situação socioeconômica, gênero ou grupo etário.

Sem dúvida, cada ponto de nossa região possui suas particularidades, entretanto existem problemáticas que atravessam os tecidos sociais de forma comum:

O aparecimento de novas formas de violência surgem (sobretudo nas metrópoles) de novos mecanismos de segmentação da sociedade, se naturalizam a partir de aparelhos repressivos, dão lugar à violência institucional. Novas representações, talvez, de problemáticas arcaicas reaparecem como uma constante: narcotráfico, consumo (problemático) e um sistema trabalhista restritivo a partir de um mercado cada vez mais selvagem.

Desde os setores populares, passando pelas camadas médias de nossas cidades, podem se identificar focos problemáticos onde a cidadania deve se legitimar para poder atuar em consequência, em prol de proporcionar soluções que incluam a todos estes setores, trabalhando mancomunadamente com o Estado.

Em concordância com o anterior, a comissão de Autonomia, Participação e Gestão na perspectiva do tema de como contribuir desde as cidades ao processo de ampliação dos direitos cidadãos no âmbito da integração regional, iniciou sua reflexão questionando-se o pôr e para que propomos fazer participação cidadã na planificação e na gestão de nossos governos locais?

Em consenso, a resposta foi que o fazemos para melhorar a pertinência e a eficiência de nossa gestão, e também procurando criar uma sociedade mais solidária e mais inclusiva, ou seja, que a Democracia Participativa seja uma força articuladora da Sociedade.

Sendo assim, a Comissão procurou que a Democracia Participativa implementada através de diferentes mecanismos de planificação participativa como são os orçamentos participativos, planos estratégicos, planos de uso do solo, conferências, sistemas virtuais de participação, conselhos temáticos e outras ferramentas participativas, consigam por um lado que a comunidade incida na elaboração

CAPÍTULO 3
XIX Cúpula de
Mercocidades

dos planos, programas e políticas públicas, para enfrentar as problemáticas que surgem desde as diferentes áreas temáticas que atendem as Comissões de Mercocidades e pelo outro gerem um tipo de sociedade empoderada, inclusiva e capaz de gerar um sã controle social.

Desta maneira a Democracia Participativa geraria condições ótimas para que os direitos sociais, humanos e à cidade, estejam salvaguardados pelo próprio processo participativo que em si mesmo garanta como um Direito Cidadão, o direito à Participação.

Neste sentido se considerou relevante realizar a seguinte iniciativa: um Seminário sobre experiências de planificação e orçamentos participativos em cada um dos países que integram Mercocidades, assegurando ao menos sua realização em Argentina, Uruguai, Brasil, Chile e Colômbia, e fazer todos os esforços para que também se realize em Paraguai, Venezuela, Peru e Bolívia. Espera-se que nestes seminários nacionais participem ademais de autoridades e funcionários, atores da sociedade civil envolvidos nos processos de planificação participativa. A ideia é que de cada um destes seminários surja uma representação que participe em um encontro internacional que se realizará no contexto da XX Cúpula de Mercocidades em São Paulo.

Por seu lado a Unidade Temática de Gênero e Município assinalou que a UT historicamente dentro da Rede contribuiu para a ampliação dos direitos cidadãos, já que nossos países assinaram acordos internacionais que reconhecem a igualdade dos direitos entre homens e mulheres. Entendemos que como responsáveis políticos dos governos locais se requer de uma forte vontade política para o desenvolvimento da cidadania regional em condições de igualdade de cada um dos governos locais da Rede. Não existe um desenvolvimento sem a participação real das mulheres em todos os espaços de decisão e delineamento de políticas. A Rede é o lugar privilegiado para gerar espaços de participação cidadã em condições de igualdade que garanta uma integração regional com perspectiva de direitos. Será um desafio para esta Rede contribuir para a democracia através de uma plena participação cidadã regional.

CAPÍTULO 3
XIX Cúpula de
Mercocidades

Por seu lado a UT de Juventudes chamou a atenção em que as juventudes, são sem dúvida, aqueles que cresceram padecendo a maioria destas autênticas barreiras para o desenvolvimento dos povos. São as juventudes as que exigem hoje em dia, ser compreendidas em sua diversidade, pluralidade e como atores fundamentais do processo de ampliação de Direitos que esta Rede de integração propõe. É o projeto de vida dos mais vulneráveis o que está em jogo e ao que não devemos renunciar; assim como também não devemos renunciar a reivindicações históricas que levam um longo tempo de debate social nas periferias, dentro das organizações sociais e também no terreno da comunicação massiva.

É indiscutível o progresso das juventudes latino-americanas no processo de integração na protagonização do delineamento e da planificação de políticas públicas. Entretanto, resulta fundamental compreender aos/as jovens em sua diversidade e pluralidade, em torno a instruir definitivamente sua posição relevante nos processos de ampliação dos Direitos que lhes são próprios.

Sem dúvida, existem questões estruturais que condicionam este processo de inclusão. O consumo problemático de drogas, sobretudo em territórios postergados; a ausência da presença juvenil na tomada de decisões com respeito ao delineamento da agenda de gestão e a estigmatização estrutural de sua condição.

Para lograr avançar, em prol de novas conquistas que reivindiquem e legitimem os Direitos das juventudes, esta UT propôs aproximar aos diferentes atores sociais e trocar experiências que enriqueçam e fortaleçam os laços solidários da comunidade. A brecha comunicacional deve ser cada vez menor entre membros de nossa região, redobrando esforços, ao mesmo tempo, em torno da luta contra a barreira idiomática.

Como propostas finais, as Unidades Temáticas reunidas em torno ao eixo temático Cidadania Regional solicitaram à Assembleia que nos próximos encontros de Comissões ou nas Cúpulas de Mercocidades,

CAPÍTULO 3
XIX Cúpula de
Mercocidades

se dedique maior tempo às reuniões das Unidades Temáticas, em torno aos eixos temáticos, os quais devem ser revisados enquanto aos integrantes de cada um e também abrir um terceiro momento de encontro de todas as comissões para poder avançar na demanda surgida do próprio Conselho em março de 2014, em Montevideu, Uruguai, de fazer gestões mais holísticas e integradas.



Seminário “Participação Política das Mulheres”

Eixo “Cooperação Internacional e Comunicação”

O eixo incluiu a UT de Cooperação Internacional e ao Grupo de Comunicação e no mesmo se expôs a necessidade de abrir mais os espaço de Mercocidades à sociedade civil, aproveitando a realização de reuniões e eventos das Unidades Temáticas para convocar a organizações e coletivos da sociedade civil, vinculados com o tema que na oportunidade se aborde. Por exemplo, a UT de Cooperação Internacional, convocar a estudantes e docentes de universidades às discussões e debates que estejam conectados com a sociedade civil.

CAPÍTULO 3
XIX Cúpula de
Mercocidades

Em segundo lugar se propôs um dia de sensibilização e comunicação em simultâneo em todas as cidades da Rede, contribuindo para a consciência dos direitos dos cidadãos do MERCOSUL, dando visibilidade deste modo à Rede em cada uma das cidades membros.

Promover a comunicação de ações da Rede por meio de propostas inovadoras, que dialoguem com a população, abordando essa tarefa como um desafio e dever para cada instância de trabalho técnico, pois não é possível pensar em direitos sem acesso à informação, nem pensar em um processo de ampliação dos mesmos, sem restringir certo tipo de privilégios.

Expôs-se também que resulta necessário difundir as práticas e atividades concretas da Rede por meio de ações de comunicação, como por exemplo realizando entrevistas com pessoas beneficiárias de atividades promovidas por Mercocidades. Isto persegue o objetivo de lograr uma mudança na cultura da Rede, dando ênfase à necessidade de sensibilizar a atores e dar visibilidade a suas ações. Propôs-se finalmente que o papel do grupo de comunicação é replicar estas ações.

Finalmente, se acordou garantir uma nova campanha pelos 20 anos de Mercocidades, com a proposta de uma mudança de sua identidade visual e da redação de um manual de estilo de uso do novo logotipo em suporte gráfico e audiovisual, que esteja conectado ao desenvolvimento do tema da participação cidadã. Obtendo a contribuição para o processo de ampliação de direitos proposto nesta Cúpula se reflita em nossa nova imagem institucional, contribuindo para o fortalecimento da Rede, já que este processo constitui uma oportunidade para trabalhar uma vez mais sobre a vinculação da Rede e a questão cidadã.

CAPÍTULO 3

XIX Cúpula de
Mercocidades

PROGRAMA COMPLEMENTAR DE ATIVIDADES

A metodologia de trabalho proposta para a XIX Cúpula de Mercocidades incorporou -como se referiu anteriormente além destes plenários de UTs agrupadas por eixo- também supôs um segundo espaço de diálogo compartilhado: a realização de atividades complementares por eixo que a continuação se detalham:

Eixo Cidadania Regional

- Seminário sobre “Participação Política das Mulheres”, organizado pela Unidade Temática de Gênero e Município”.

Eixo Sustentabilidade

- Seminário “Cidades e Territórios Sustentáveis: adaptação e resiliência”, organizado pelo Projeto ALLAS, pelo Ministério de Assuntos Exteriores da França | Cooperação Cone Sul, Cidades Unidas da França, e FMDV - Fundo Mundial para o Desenvolvimento das Cidades.

Eixo Inclusão Social

- Diálogo “Políticas de Inclusão nas Cidades Educadoras”, organizado pelo Escritório Regional para América Latina da Associação Internacional de Cidades Educadoras.

Eixo Integração Produtiva

- Encontro Internacional de Incubadoras. Faculdade de Ciências Econômicas e Estatísticas (IUDE), Universidade Nacional de Rosário, Associação de Universidades Grupo Montevideu.

Eixo Cooperação Internacional

- Curso de Formação Presencial do Observatório da Cooperação Descentralizada União Europeia- América Latina: “Especialização em gestão da Cooperação Sul-Sul” (fechado para integrantes, coordenadores e subcoordenadores de UT/ Comissões/Grupos de Trabalho).



Diálogo “Políticas de Inclusão nas Cidades Educadoras”

Finalmente, durante a realização da Cúpula aconteceu um conjunto de significativas atividades culturais e artísticas e visitas técnicas a experiências de gestão emblemáticas da cidade sede da Cúpula, que foram agrupadas no Programa **Rosário a partir de diversas visões**, que se detalham mais abaixo:

CAPÍTULO 3

XIX Cúpula de
Mercocidades

Rosário de Noite

A vida noturna em Rosário oferece muitas opções atraentes para todos os gostos e desfrutar plenamente. Discotecas, bares com shows, grupos folclóricos, shows de tango, salsa, karaokês, passeio noturno, diversidade: www.rosario.tur.ar/es/noche

Rosário a partir da Gestão Local

Visitas técnicas às experiências mais emblemáticas da gestão, acompanhadas por profissionais expertos em cada eixo de gestão que se recorra.

Rosário desde o rio

Passeio em barco pelas margens do Paraná e zona de ilhas: www.barcocr1.com

Visitas técnicas:

- *ECOM (Entidade de Coordenação Metropolitana): www.rosario.gov.ar/sitio/gobierno/gestion/plan_coordinacion.jsp*
- *Programa de Recuperação das margens do rio: www.rosario.gov.ar/sitio/arquitectura/urbanismo/plan_costa_norte.jsp*
- *Agricultura Urbana: www.agriurbanarosario.com.ar/*
- *Rosário Cidade Educadora: www.rosario.gov.ar/mr/mri/www/redes-de-ciudades/asociacion-internacional-deciudades-educadoras-aice*
- *Sistema de Saúde Pública Rosário www.rosario.gov.ar/sitio/salud/sistemasalud1.jsp*
- *Tríptico da Infância: www.rosario.gov.ar/sitio/lugaresVisual/verLugar.do?id=3406*

- *Reformas do Estado e Políticas de Participação Cidadã:*
www.rosario.gov.ar/sitio/gobierno/menudescentrayparti.jsp
- *Inovação para o Desenvolvimento Econômico Local:*
www.rosario.gov.ar/sitio/caracteristicas/menuaspectos.jsp;nivel=Ciudad&ult=Ci_3
- *Gestão Integral de resíduos e espaços públicos verdes:*
www.rosario.gov.ar/sitio/servicios/residuos/prestaciones.jsp
- *Plano Integral de Mobilidade Urbana* www.rosario.gov.ar/sitio/gobierno/gestion/movilidad_presentacion.jsp
- *Museu da Memória*
www.museodelamemoria.gob.ar/

VISIBILIDADE DA CÚPULA NA IMPRENSA

A iniciativa mais destacada neste terreno foi constituída por um Suplemento Especial de 16 páginas que se publicou na edição dominical do jornal de maior circulação da cidade de Rosário, alcançando uma tiragem de 45.000 exemplares.

O Suplemento foi desenvolvido como um projeto colaborativo do qual participaram, e em alguns casos co-financiaram, a Municipalidade de Rosário, a Intendência Municipal de Montevideú, a Prefeitura de Porto Alegre, a Prefeitura de São Paulo, a Fundação Friedrich Ebert Argentina, o Projeto AL-LAS (Aliança Euro-Latino-Americana de Cooperação entre cidades) e a própria Rede de Mercocidades.

Cabe destacar que como uma manifestação de extraordinária integração cultural, o Suplemento foi publicado em ambas as línguas sem tradução.

CAPÍTULO 3
XIX Cúpula de
Mercociudades

Assim mesmo, em matéria de visibilidade da Cúpula na imprensa, cabe destacar o trabalho realizado pelo Grupo de Comunicação que transmitiu a Cúpula por streaming em direto, a geração de conteúdos retransmitidos às cidades da Rede e o trabalho desenvolvido no portal da Rede, como nas redes sociais.

Finalmente, a equipe de comunicação da cidade de Rosário realizou uma cobertura permanente das diversas atividades da Cúpula, fato que possibilitou uma permanente difusão em Rosário de tudo o que sucedeu na Cúpula.



Portada de suplemento informativo sobre a Cúpula distribuído com o jornal.

A DECLARAÇÃO DE ROSÁRIO

XIX Cúpula de Mercocidades “A contribuição das cidades ao processo de ampliação dos direitos cidadãos no âmbito da integração regional.”

Encontramos-nos transitando uma etapa de transformações de características estruturais nos países da região. Temos dado passos sumamente importantes na concretização de objetivos longamente reclamados por nossos povos, como reduzir os níveis de desigualdade e pobreza, fragmentação territorial, exclusão social e injustiças ambientais que condicionaram as possibilidades de várias gerações em nossas sociedades.

As transformações que vivem nossas sociedades passam porque amplos setores antes excluídos, começam a ter acesso à saúde, a educação, a moradia digna, a condições trabalhistas justas, a terras para trabalhar. No âmbito dos 20 anos da Rede, se apresentam avanços muito significativos, porém claramente, ainda ficam muitos passos para completar o caminho.

As cidades como construções coletivas, como espaços de convivência, precisam se desenvolver, com equidade e diversidade, para isso os governos locais nos comprometemos a promover políticas públicas que garantam o pleno exercício de direitos de nossos cidadãos e cidadãs. Em construir cidades sobre a base do direito à cidade, o direito a ter um lugar onde viver, um lugar para viver. Espaços urbanos solidários, que recebem a suas cidadãs e seus cidadãos, que permitem o gozo e o desfrute, são cidades sustentáveis.

Para isso, é necessário promover os princípios, os referentes que geram identidade, a cidadania e seu sentido de pertencimento a um território é um poderoso construtor de convivência e gerador

CAPÍTULO 3
XIX Cúpula de
Mercocidades

de inclusão e coesão social. E nessa promoção, o espaço público aparece como lugar de encontro, como expressão de diversidade e tolerância.

Mercocidades, como ator regional com profunda vocação integradora desde seu nascimento, incentivou estas mudanças, e também é uma plataforma em que os governos locais se apoiam mutuamente para melhorar suas políticas locais. Hoje, não é possível governar sem nos apoiarmos na integração regional, e sob este enfoque Mercocidades reafirma sua qualidade de maior Rede de governos locais da América do Sul.

A Rede segue avançando em sua agenda estratégica para potencializar a integração regional, a diversidade cultural, a identidade e pertencimento a um projeto comum. O objetivo é lograr o desenvolvimento humano e o bem-estar de nossos povos, que a partir da proposta de Mercocidades passa por promover um desenvolvimento sustentável, com justiça social, inclusão e participação cidadã, em um contexto de paz, ambientalmente sustentável, respeitoso da rica diversidade de nossas comunidades.

Convocamos aos atores sociais, com ampla representação cidadã a continuar ganhando espaço no processo de integração regional, e seguir avançando no desenvolvimento de espaços de participação no MERCOSUL. Congratulamos-nos pela realização da primeira Oficina Regional para o Fortalecimento da Participação Social no MERCOSUL da Unidade de Apoio à Participação Social (UPS) com o objetivo de aproximar os espaços institucionais do MERCOSUL e as organizações da sociedade civil, no âmbito de uma colaboração permanente entre a UPS e Mercocidades.

Nessa articulação entre os distintos atores do território, seguimos desenvolvendo uma ativa agenda de relacionamento internacional como Mercocidades, com outras regiões do mundo. Este mundo que

CAPÍTULO 3
XIX Cúpula de
Mercocidades

hoje vê com especial atenção os processos que vivem nossos países. Não somente buscamos um relacionamento externo para projetar nossas experiências, senão para incidir ativamente no curso dos acontecimentos relacionados com a função das cidades na governança internacional. Neste sentido, fortalecer as relações com os povos irmãos de África e Europa, assim como o apoio para que a América Central, o Caribe e o México consigam avançar no desenvolvimento para benefício de seus povos, são eixos centrais do relacionamento internacional de Mercocidades.

Condenamos toda expressão de violência, como prática de cercar os direitos humanos e a livre expressão dos cidadãos e as cidadãs. Por isso, condenamos o desaparecimento e a tortura exercida aos 43 estudantes normalistas de Ayotzinapa, no México. Solidarizamos-nos com os familiares das vítimas e expressamos nossas condolências.

Expressamos nossa emoção e o maior beneplácito pelo aparecimento do neto número 116 na Argentina.

Congratulamos-nos com os avanços realizados durante a Secretaria Executiva de Mercocidades sob a responsabilidade da Prefeitura de Porto Alegre, no desenvolvimento sustentável, na participação cidadã e na integração fronteiriça. Ao mesmo tempo, nossa expectativa em avançar na construção e consolidação de uma cidadania regional com direitos, na Secretaria Executiva que se inicia sob a liderança da Intendência de Rosário.

Celebramos a consolidação das democracias na região, que se expressa nos processos eleitorais realizados recentemente em Brasil e Uruguai.

Como dizia Simón Bolívar: “A unidade de nossos povos não é simples quimera dos homens senão o inexorável decreto do destino”.

CAPÍTULO 3
XIX Cúpula de
Mercocidades

É um mandato histórico, seremos unidos ou não seremos, e essa unidade é uma construção diária, tarefa das gerações do ontem, das atuais e das que virão em um futuro.

Rosario, 5 de diciembre de de 2014



Participantes no Monumento Nacional à Bandeira



CAPÍTULO 4

Políticas locais com visão regional

CAPÍTULO 4

Políticas locais com
visão regional

PRIORIDADES TEMÁTICAS

Cada ano a Rede põe ênfase em alguns eixos temáticos no âmbito de sua planificação estratégica. É assim que a partir da XIX Cúpula, onde se abordaram cinco eixos temáticos de forma transversal entre as Unidades Temáticas, começou-se um processo em que as atividades que se realizaram ao longo do ano tiveram maior ou menor contribuição para lograr avanços nas temáticas priorizadas para o período.

Desde o início do período o slogan propunha “a contribuição das cidades ao processo de ampliação dos direitos cidadãos no âmbito da integração regional” e a realização da instância cume de Mercocidades trabalhou a partir desta perspectiva, debatendo, analisando e propondo avançar na geração de políticas públicas do ponto de vista do direito à cidade. E desde esta perspectiva e esta visão, se priorizaram a Inclusão Social, a Cidadania Regional, a Integração Produtiva, a Sustentabilidade e a Cooperação Internacional, de acordo ao desenvolvido no Capítulo 3 deste relatório.

Cada um dos eixos teve a participação de Unidades Temáticas, neste sentido importa ressaltar o trabalho transversal desde uma abordagem multidisciplinar ou interdisciplinar, com que se realizaram algumas atividades.

Alguns exemplos do trabalho transversal em resultados concretos ao longo do ano são:

- **Ação conjunta na difusão de destinos turísticos de cidades de Mercocidades**

Que incluiu atividades culturais (religiosas, gastronômicas, artísticas, esportivas, entre muitas outras), promoção turística (dados estatísticos e de promoção dos destinos), comunicação (design comum, canais de difusão, apresentação em feiras internacionais, perante público

CAPÍTULO 4

Políticas locais com
visão regional

especializado do setor e público em geral, canal you tube, notícias, páginas web, entrevistas em rádio, TV e imprensa escrita). Isto mostra o trabalho transversal que realiza Mercocidades na região.



• Circuito de Golfe pelos Caminhos do Vinho

Com o apoio e patrocínio de Mercocidades, através da Unidade Temática de Turismo da Rede, no passado 7 de janeiro se lançou em Punta del Este, Uruguai, a 4ª edição do Circuito Internacional de Golfe pelos Caminhos do Vinho – Copa Los Haroldos. O circuito se estende por localidades de Argentina, Chile, Brasil, Paraguai, Uruguai, Peru e Estados Unidos, e iniciou seu extenso calendário com três datas no Uruguai.

Punta del Este, Montevideu e Colônia do Sacramento foram as sedes uruguaias que deram início a este programa que une golfe e vinhos em mais de 70 cidades de sete países da América.

CAPÍTULO 4

Políticas locais com visão regional

Ano após ano, o Circuito cresce e se expande. Em 2015 se acrescentam mais datas em Uruguai e Brasil, ao mesmo tempo em que se incorporam Estados Unidos, Paraguai e Peru como países sede.

A terceira edição, finalizada em dezembro passado na província de Córdoba, na República Argentina, teve como resultado a participação de mais de 6.500 jogadores de golfe de Argentina, Chile, Brasil e Uruguai, um ano de jogo ininterrupto através de nove províncias vitivinícolas, 11 convidadas, e a passagem por 55 cidades de quatro países.

Todos os anos o Circuito recebe o apoio das pastas de turismo nacionais, provinciais e municipais, que são anfitriãs nas várias datas e se unem na promoção e rede de contatos que gera a atividade.

O apoio ao circuito por parte de Mercocidades está englobado no projeto da Rede “Turismo Sem Fronteiras”, que desde 2011 incita a Unidade Temática de Turismo de Mercocidades, como ferramenta facilitadora da integração regional sul-americana.

Evolução do Circuito

- Em 2012, primeira edição, o Circuito percorreu 7 províncias vitivinícolas.
- Em 2013, foram 10 províncias argentinas e La Serena, Chile.
- Em 2014, foram 9 províncias vitivinícolas, 11 convidadas, e a passagem por 4 países (56 datas em 50 cidades)
- A edição 2014 integrou a mais de 6.500 jogadores de todos os destinos.
- Em 2015 participam 7 países e 70 cidades.

CAPÍTULO 4

Políticas locais com
visão regional



Lançamento em Punta del Este da 4ª edição do circuito de Golfe



MONTEVIDÉU REAFIRMA SEU COMPROMISSO COM O MERCOSUL E ENTREGA EDIFÍCIO AO PARLASUL

No sábado 20 de dezembro de 2014, em uma cerimônia protocolar, a Intendência de Montevideú entregou as instalações que ocupava o Cassino Municipal Parque Hotel ao Parlamento do MERCOSUL, para a ampliação de sua sede, como parte de um convênio de concessão de uso entre o Poder Executivo e a intendência.

Ao igual que no ano 1987, a Intendência de Montevideú põe a disposição da integração regional um edifício patrimonial da cidade, com a intenção de contribuir na localização e consolidação dos órgãos do MERCOSUL. Durante a cerimônia a intendente de Montevideú, Ana Olivera, afirmou “que as diferentes instâncias que trabalham

CAPÍTULO 4

Políticas locais com visão regional

para o fortalecimento da união de nossos povos e governos requerem de estar permanentemente pensando como podemos ser facilitadores para seguir crescendo”.

O presidente do Parlamento do MERCOSUL desse momento, Rubén Martínez Huelmo, manifestou: “ocasiões como estas são as que consolidam um caminho que se traçou na região há alguns anos, e o importante que é para o PARLASUL contar com instalações acordes à importância do trabalho do organismo”.

A oportunidade contou com a presença do então ministro de Relações Exteriores de Uruguai, Luis Almagro, quem reconheceu e ressaltou o trabalho dos funcionários da Intendência de Montevideú, e o dos Estados Partes por apoiar a Uruguai como sede do PARLASUL, “o

MERCOSUL e o PARLASUL são dois essenciais instrumentos para política exterior do Uruguai e do MERCOSUL”.



Cerimônia de entrega do ex-Cassino Parque Hotel ao PARLASUL

Finalizando a cerimônia, fez-se a leitura de uma carta do presidente do Uruguai, José Mujica, na qual enviou um cumprimento a todos os parlamentares do MERCOSUL e autoridades presentes, dando seu firme apoio ao processo de integração e ao Parlamento do MERCOSUL.

Montevideú capital do MERCOSUL, também aloja no Edifício MERCOSUL a Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades desde sua criação.

CAPÍTULO 4

Políticas locais com
visão regional

A COMUNICAÇÃO A PARTIR DA VISÃO ESTRATÉGICA

Novo logotipo

Durante 2015, e como parte da planificação anual do trabalho do Grupo de Comunicação de Mercocidades, se convocou a desenhistas gráficos a postularem propostas criativas para o novo logotipo e manual de identidade visual de Mercocidades. Com o objetivo de reforçar a identidade institucional da Rede, seu posicionamento e presença, com ênfase em valores como a integração e a inclusão.

Esta convocatória faz parte do vigésimo aniversário de Mercocidades, que aconteceu dia 11 de novembro de 2015, e é uma das propostas contempladas pelo plano estratégico de comunicação da Rede.

Em total foram 75 candidaturas, com 111 propostas criativas desde Argentina, Uruguai, Brasil, Colômbia, Chile e Itália. O jurado esteve integrado por profissionais da comunicação das cidades que compõem o Grupo de Comunicação da Rede (Montevideu e Canelones de Uruguai; São Paulo, Porto Alegre e Guarulhos de Brasil, Córdoba, Rosário e Quilmes de Argentina).



MERCOCIDADES

A proposta ganhadora foi a apresentada por Carlanco Estudio, do Uruguai.

*Novo logotipo de
Mercocidades*

CAPÍTULO 4

Políticas locais com visão regional

Ao desenvolvimento do logotipo, se une a criação do primeiro manual de identidade visual de Mercocidades, uma ferramenta indispensável para avançar em uma imagem mais sólida e consistente. Que ao mesmo tempo, dará novos elementos de comunicação destinados às instâncias da Rede.

Guia de participação e responsabilidades

Entre as novas colaborações em comunicação, também se encontra o “Guia de participação e responsabilidades” de Mercocidades, criado com o objetivo de informar às cidades membro sobre as possibilidades de participação que oferece a Rede e as responsabilidades que se assumem ao ingressar.

Novas propostas

Duas instâncias temáticas da Rede se aproximaram a área de comunicação de Mercocidades com novas propostas:

A Unidade Temática de Segurança Cidadã propõe realizar uma campanha comunicacional nas cidades da Rede, no âmbito do Programa Único de Prevenção Viária das Mercocidades, com o objetivo de conscientizar à população sobre os perigos da insegurança viária. Esta iniciativa foi apresentada ante o Conselho, que a avaliou como muito positiva, e coincidiu na necessidade de avançar no tema proposto.

A Comissão de Fomento de Negócios propôs desenvolver uma página dentro do site web de Mercocidades, com o objetivo de promover a oferta exportável das cidades da Rede. Neste espaço se criará uma base de dados sistematizada, com informação básica sobre a oferta exportável de cada localidade.

CAPÍTULO 4

Políticas locais com
visão regional

2016

Para o próximo ano o Grupo de Comunicação propõe avançar em:

Elaboração de um **Dossiê de apresentação de Mercocidades** (enfocado a outras organizações, entidades locais e/ou regionais, e também um dossiê específico para a imprensa e equipes de comunicação das cidades membro).

Buscar meios de imprensa que possam oferecer entrevistas ou espaços para artigos de autoridades da Rede, em temas de interesse para as cidades.

Reconfiguração do site web de Mercocidades, segundo as necessidades comunicacionais de seus destinatários e da Rede.

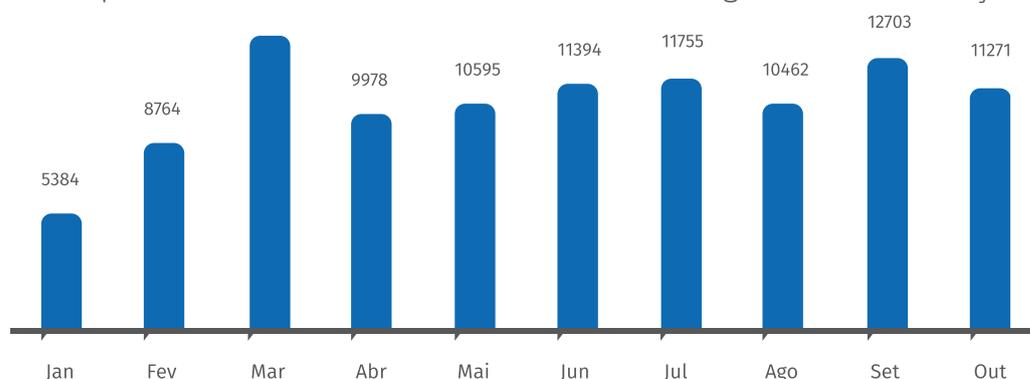
Realização de um novo vídeo institucional de Mercocidades.

Proposta de mini-documentários, práticas urbanas com foco na América do Sul.

Portal das cidades

Durante 2015 o site de Mercocidades registrou um total de 105.994 visitas (de janeiro a outubro), com um aumento em relação ao ano anterior de mais de 10.470 visitas.

A quantidade de visitas mensais se detalha no gráfico a continuação:



CAPÍTULO 4

Políticas locais com
visão regional

Redes Sociais

Facebook

A página de Mercocidades em Facebook conta na atualidade com um total de 6.380 seguidores até meados de outubro de 2015, duplicando a cifra em comparação com o ano anterior.

A continuação se detalha os países com maior quantidade de seguidores:

Uruguai	2498
Argentina	1638
Brasil	1052
México	205
Paraguai	137
Perú	136
Colômbia	118
Venezuela	99
Chile	95
Espanha	79
Bolívia	61

facebook.com/mercociudades.stpm

Twitter

Desde a criação desta conta, em abril de 2011, até o presente, a Rede segue a 496 contas e tem um total de 1.666 seguidores.

twitter.com/mercociudades

CAPÍTULO 4

Políticas locais com
visão regional

Youtube

A conta de Mercocidades em YouTube somou um total de 7.443 reproduções de seus vídeos, desde sua criação a fins de 2010. Com um total de 7 vídeos subidos desde a 19ª Cúpula de Mercocidades em Rosário a partir de novembro de 2014.

www.youtube.com/user/Mercociudades1

Lista de ferramentas comunicacionais

Para compreender um pouco melhor o panorama comunicacional da Rede, listamos a continuação as ferramentas disponíveis na atualidade:

Bases de dados:

De imprensa local, nacional e regional. De agências internacionais. De organizações da sociedade civil na região. De instituições acadêmicas e entidades governamentais a nível nacional e regional.

Sites web e blogs:

www.mercociudades.org *Portal das Cidades*

www.inmercociudades.org *Site do projeto: Inovação e Coesão Social*

www.bancodebuenaspracticass.org

Banco de Boas Práticas de Mercocidades

www.augmoutits.org/ *Site do Observatório de Urbano de Transferências e Inovações Tecnológico – Sociais (Associação de Universidades Grupo Montevideu e Mercocidades)*

juventud.mercociudades.org/ *Unidade Temática de Juventude*

utpmercociudades.wordpress.com/ *Unidade Temática de Planificação Estratégica*

seguridadciudadana.mercociudades.org/ *Unidade Temática de Segurança Cidadã*

utmercociudades.wordpress.com *Unidade Temática de Educação*

CAPÍTULO 4

Políticas locais com
visão regional

utadsmercociudades.blogspot.com.ar/ *Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local*

turismoredmercociudades.blogspot.com/ *Unidade Temática de Turismo*

<http://utadsmercociudades.blogspot.com.ar/> *Unidade Temática de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*

Redes sociais:

Facebook (da Rede, da Unidade Temática de Turismo, e de Gênero e Município) – Twitter (da Rede) – Canal em Youtube (da Rede e da Unidade Temática de Cultura)

Publicações impressas e digitais:

Diversas publicações e boletins de distintas instâncias temáticas – publicações da Rede (Revista Diálogo – Relatório anual).

Outras ferramentas:

Botequim de Primeiros Auxílios Culturais e mostra fotográfica itinerante “Cielos” (da Unidade Temática de Cultura), Calendário Turístico de Mercociudades elaborado pela Unidade Temática de Turismo.

A resenha do processo de elaboração do Plano Estratégico de Comunicação e suas propostas podem ser visualizadas através do seguinte link www.mercociudades.org/node/3936

DECLARAÇÃO DE MERCOCIDADES SOBRE VENEZUELA

Mercociudades segue os acontecimentos de importância nos países do MERCOSUL e em particular os acontecimentos que tenham relevância desde o ponto de vista político, cultural, econômico e social nas cidades da região, que afetam direta ou indiretamente aos cidadãos do MERCOSUL.

CAPÍTULO 4

Políticas locais com visão regional

É assim, que ao igual que em outras oportunidades, os governos locais se encontram em situações onde se pode estar pondo em risco a estabilidade democrática na região, a Rede se expressa a favor dos valores democráticos, apegada ao estabelecido em seus estatutos, instando ao diálogo e à negociação como metodologia para salvar as diferenças entre os distintos grupos de interesse. Nesse sentido e em anos anteriores se expressou sobre as distintas situações que viveram as cidades de Bogotá, Quito ou Assunção, quando se entendeu que se estava diante de situações que tinham evidentes marcas de desrespeito destes valores.

Nesta ocasião, no dia 6 de março de 2015 a Rede se expressou nos seguintes termos:

“Ante os fatos ocorridos na República Bolivariana de Venezuela, as cidades integrantes da Comissão Diretiva de Mercocidades, e sua Secretaria Técnica Permanente, vemos com profunda preocupação os acontecimentos que estão se desenvolvendo em Venezuela, que incluso derivaram na prisão do alcaide de Caracas, Antonio Ledezma.

Ao longo de seus 20 anos de existência, Mercocidades sempre tem sido uma firme defensora dos valores democráticos, assim como do respeito às instituições do Estado de Direito, a soberania, a autodeterminação dos povos, as liberdades individuais e coletivas, como pilares de uma convivência democrática e pacífica.

O contexto regional de forte polarização política e crise econômica que afeta ao irmão povo venezuelano, nos convoca a seguir expectantes aos processos de diálogo franco entre a oposição e o governo, assim como ao desempenho ajustado ao direito das instituições do Estado.

Fazemos um chamado à defesa da democracia em Venezuela, às autoridades soberanamente eleitas pelo povo venezuelano, incluindo Caracas, assim como ao exercício efetivo, ajustado a direito e com

CAPÍTULO 4

Políticas locais com visão regional

garantias plenas, das instituições democráticas como é o sistema de justiça, o ministério público e as autoridades locais eleitas democraticamente.

Apoiamos as colaborações a que se estabeleçam instâncias de diálogo que se promoveram no âmbito da UNASUL e do MERCOSUL, em outros momentos similares, para avançar em um intercâmbio frutífero para uma convivência pacífica e de respeito.

Finalmente, instamos a que as instituições, as forças vivas e os/as irmãos/ãs do povo da República Bolivariana de Venezuela, realizem esforços e ações para a resolução pacífica e negociada de suas diferenças, no marco da legalidade vigente”.

O INSTITUTO DE TURISMO DE MERCOCIDADES

O Instituto de Turismo de Mercocidades (ITM) nasce dentro do projeto “Turismo sem Fronteiras” criado e implementado pela Unidade Temática de Turismo. Ao mesmo tempo em que Turismo sem Fronteiras nasceu como uma ideia do Projeto Capitais Gaúchas: Rotas Tchê, que se implementou na Unidade Temática de Turismo de Mercocidades nos anos 2011 e 2012.

Nesse entorno o ITM representa um dos objetivos estratégicos de “Turismo Sem Fronteiras”. Sua formação prevê um modelo de participação público-privado, cuja principal meta é coordenar, planificar e promover ações vinculadas ao turismo que contribuam ao crescimento, e ao desenvolvimento social, econômico e cultural da região, através do desenvolvimento, atualização e facilitação de ferramentas que permitam a promoção do turismo regional.

CAPÍTULO 4

Políticas locais com visão regional

A continuação se enumera as etapas que foram se cumprindo na construção coletiva para a criação do Instituto de Turismo:

1.- Aprovação da ideia geral pela XIX Assembleia de Mercocidades, realizada em dezembro de 2014, na cidade de Rosário, Argentina.

2.- Trabalho conjunto de elaboração do documento base para os Estatutos, entre a Unidade Temática de Turismo e os atores privados (em Porto Alegre, Buenos Aires, Foz de Iguaçu).

3.- Recepção de interessados em participar do ITM.

4.- Documento base enviado pela Unidade Temática de Turismo à Comissão Diretiva de Mercocidades, a qual enviou ao Conselho de Mercocidades. O Conselho em sessão, em 28 de agosto de 2015, na cidade de Montevidéu, abriu um prazo de 15 dias de avaliação entre seus membros. Cumprido este prazo se receberam colaborações das cidades de Tandil e Quilmes, de Argentina.

5.- O documento com a incorporação das colaborações antes mencionadas, foi analisado e enriquecido em duas instâncias sucessivas, no 9º Congresso de Turismo de Mercocidades 2016-2021, realizado entre os dias 16 e 19 de setembro na cidade de Curitiba, e no âmbito da Feira Internacional de Turismo, realizada entre os dias 26 e 30 de setembro, na cidade de Buenos Aires.

6.- Finalmente, o documento de estatutos de criação do ITM, foi enviado aos integrantes do Conselho de Mercocidades, que darão seu parecer e será tratado na XX Assembleia da Cúpula de Mercocidades na cidade de São Paulo, de 12 a 14 de novembro. A proposta de estatutos a ser avaliada pelo Conselho e a Assembleia pode ser consultada na seção dos Anexos deste relatório.

CAPÍTULO 4

Políticas locais com
visão regional

9º Congresso de Mercocidades “Turismo sem Fronteiras para o próximo quinquênio 2016-2021”



Pie: Cierre del 9º Congreso de Turismo de Mercocidades en Curitiba

Pensando nos próximos anos, Mercocidades realizou seu 9º Congresso de Turismo. Em uma projeção de um cenário de grande potencial para a continuidade do crescimento do setor, as cidades da região propõem participar ativamente no desenvolvimento do turismo.

Segundo as previsões em longo prazo da Organização Mundial do Turismo (OMT), contidas no estudo Turismo para 2030, as chegadas de turistas internacionais a escala mundial crescerão 3,3% anualmente entre 2010 e 2030, até alcançar os 1.800 milhões. Para o mesmo período, se prevê que o ritmo de crescimento de chegadas a destinos emergentes crescerá o dobro (+4,4% ao ano) que os destinos das economias avançadas (+2,2%). O último informe da organização para o primeiro quadrimestre de 2015 reconhece a liderança da região das Américas no crescimento mundial do turismo, com um 6% na chegada dos visitantes estrangeiros. No desagregado das Américas, América do Sul se coloca à cabeça do ranking com

CAPÍTULO 4

Políticas locais com visão regional

+8%, seguida de Caribe com +7%. Embora a forte demanda do mercado emissor estadunidense impulsou os 20 milhões de turistas que viajaram desde Estados Unidos ao estrangeiro durante o mês de abril, um 7% mais que durante o mesmo período do passado ano, é importante observar o comportamento do turismo emissor dentro da própria região.

A mesma OMT adverte que a maior parte dos turistas visita destinos de sua própria região; 4 de cada 5 chegadas no mundo têm sua origem na mesma região. Neste sentido 50% do total do emissivo de Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Colômbia, Equador e Peru, 30 milhões de viagens em 2014, se realizaram a países limítrofes da mesma região: 15 milhões de viagens.

Com este horizonte de grandes desafios para as cidades da região, Mercocidades realizou seu 9º Congresso de Turismo, com a ideia de avançar em uma estratégia clara, precisa e fortemente regional para otimizar as oportunidades. Esta nona edição esteve co-organizada pela Câmara Empresarial de Turismo do Paraná (FECOMÉRCIO) e por Mercocidades, através da Unidade Temática de Turismo.

Nos debates se abordaram temas vinculados às oportunidades e necessidades que fundamentam o lançamento do Instituto de Turismo de Mercocidades – ITM, o fortalecimento das condições para o melhoramento da infraestrutura dos destinos turísticos das Mercocidades; melhoras na conectividade a nível intrarregional e com o exterior; o incentivo da associação público-privada no estímulo da integração e complementação de cadeias produtivas relacionadas com o setor e geração de novas inversões; planejamento e potencialização de novos produtos inter-regionais; facilitação de viagens e requisitos de imigração; melhoras contínuas na qualidade e na competitividade e, desenvolvimento de ações de marketing cruzado entre as Mercocidades.

CAPÍTULO 4

Políticas locais com visão regional

O encontro esteve dirigido a representantes dos setores público, empresarial e acadêmico, contando na abertura do evento com a participação do Prefeito da cidade de Curitiba, Gustavo Fruet, do representante do Estado do Paraná, do Presidente de FeComércio, além dos representantes das cidades coordenadoras da Unidade Temática de Turismo de Mercocidades.



9º Congresso de Turismo de Mercocidades em Curitiba.

Depois de dois intensos dias de troca de experiências, debates e propostas, no dia 17 de setembro, concluiu o 9º Congresso de Turismo de Mercocidades em Curitiba, Brasil, com a firma de uma importante carta de intenções entre Mercocidades e a Câmara Empresarial de Turismo do Paraná, Brasil, FeComércio PR. Presidiram a firma o representante da Secretaria Executiva de Mercocidades e secretário de Turismo de Rosário, Argentina, Héctor de Benedictis; e o presidente de FeComércio PR, Darci Piana.

O documento firmado, (ver em anexos) destaca entre seus objetivos o “trabalho conjunto pelo desenvolvimento do turismo regional, como veículo para o desenvolvimento econômico local, cultural, social e meio ambiental na região, participando de forma ativa nas atividades para a fundação do Instituto de Turismo de Mercocidades”.

CAPÍTULO 4

Políticas locais com
visão regional

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO SUL-SUL DE MERCOCIDADES

O programa de Cooperação Sul-Sul tem seu antecedente na aliança estratégica de Mercocidades com o Observatório de Cooperação Descentralizada UE/AL, a partir do qual nos últimos anos vem se trabalhando nos passos preliminares que sustentam a construção do mesmo. Em tal sentido se realizaram reuniões de trabalho, oficinas de formação e instâncias de seminários, nos diferentes espaços da Rede: Conselho, Comissão Diretiva, Unidade Temática de Cooperação Internacional e Coordenadores de Unidades Temáticas.

Nos últimos anos, e ante o reconhecimento que os mecanismos de cooperação estão mudando e, portanto, terão que ser administrados de maneira eficaz, o OCD assumiu o compromisso de favorecer a difusão da Agenda da Eficácia da Ajuda e dos compromissos pós Buzan entre os governos locais e regionais, destacando a cooperação sul-sul e triangular, como uma das prioridades do continente para um desenvolvimento eficaz. Assim como, incorporar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os resultados da Conferência de Financiamento para o Desenvolvimento Addis Abeba.

Regionalmente, nos últimos anos há uma maior interação entre os países da América Latina na área da cooperação, dando lugar à cooperação sul-sul como âmbito relevante da cooperação descentralizada. Esta evolução, como fenômeno nascente, necessita de um processo de consolidação institucional que lhe permita assegurar os melhores resultados para os territórios participantes.

Atento ao expressado, fica claro que para enfrentar aos desafios propostos é necessário desenvolver novas formas de gestão e cooperação entre os governos locais e os distintos atores do território. Mercocidades criou um processo de consulta coletiva para a criação do programa, cujos argumentos se fundamentam em um processo de acumulação de experiência qualificada da Rede como um ator relevante da cooperação, com vinte anos de trajetória de um trabalho sistemático em Cooperação Descentralizada. Constituindo sua

CAPÍTULO 4

Políticas locais com visão regional

própria estrutura de Unidades Temáticas em verdadeiros vetores que propiciaram um fluxo importante de relacionamento horizontal entre seus sócios.

Neste processo se realizaram avanços no conteúdo, tendo-se socializado a trajetória de Mercocidades e sua valorização dos ativos da Rede em matéria institucional. Começou-se o processo de construção de um marco conceitual comum acerca da cooperação sul-sul no contexto específico de referência, assim como a definição dos atores envolvidos, modalidades, temáticas e componentes do mesmo.

A projeção da construção do programa teve seu maior avanço na oficina de trabalho realizada em agosto de 2015 no âmbito do Conselho de Mercocidades, no mesmo se ratifica continuar o processo participativo iniciado e aberto a todas as cidades interessadas em participar do mesmo, para o qual resolve:

- 1-** Encarregar ao OCD com o apoio das cidades de Rosário, Santa Fé e Montevideu, a confecção de um texto preliminar do Programa de Cooperação sul-sul de Mercocidades, com vistas na sua circulação entre todas as cidades interessadas para consultar e receber comentários.
- 2-** Uma vez terminado o processo de consultas; elaborar um primeiro rascunho, a ser apresentado durante a XX Cúpula de Mercocidades e colocar na agenda a discussão sobre a implementação de um Programa de Cooperação Sul-Sul a partir de 2016, definindo uma agenda de ações, entre as quais se destaca a possibilidade de lançar o Programa na Reunião de Coordenadores de Unidades Temáticas que se realizará em março de 2016.

CAPÍTULO 4

Políticas locais com
visão regional

III ENCONTRO ENTRE CIDADES E UNIVERSIDADES

Mercocidades e a Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM), junto com o Governo da Prefeitura de Porto Alegre e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, convocaram aos governos locais e ao sistema Universitário Público da região, a participar do III Encontro de Cidades e Universidades, que se realizaria de 7 a 9 de outubro na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O objetivo geral do encontro era fortalecer e dinamizar os processos de vinculação, cooperação, transferência e gestão tecnológica, entre o sistema universitário e o sistema urbano regional, com o fim de contribuir para o desenvolvimento integral dos territórios de referência de cada instituição.

Como objetivos específicos se propunham avaliar as práticas de vinculação e cooperação tecnológica e social entre os governos locais e o sistema universitário da região; expor as experiências e boas práticas de cooperação realizadas entre ambos os tipos de atores públicos; analisar as políticas públicas e institucionais de alento a estas experiências e formular recomendações para seu fortalecimento; reconhecer e difundir as colaborações dos movimentos estudantis universitários para o desenvolvimento de seus territórios de referência; fortalecer a base de dados de boas práticas de vinculação gerada desde o Observatório Urbano de Transferências e Inovações Tecnológico-Sociais da Associação de Universidades Grupo Montevideu e da Rede de Mercocidades.

A convocatória à participação incluía a possibilidade de apresentar trabalhos de experiências de cooperação que se tenham materializado como processos de intervenção territorial em seus espaços urbanos. A mesma estava especialmente dirigida à apresentação de projetos que tenham sido desenhado e implementados em alguns dos eixos temáticos priorizados; que nesta oportunidade eram: desenvolvimento local, inclusão social, desenvolvimento cultural, governo digital, planejamento territorial, meio ambiente e gestão de risco.

CAPÍTULO 4

Políticas locais com visão regional

Além disso, nesta oportunidade se planejava uma intervenção urbana de caráter cultural.

Lamentavelmente, esta atividade foi postergada para o primeiro quadrimestre do próximo ano. Esta decisão foi tomada em conjunto entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Prefeitura de Porto Alegre, devido a que as condições regionais e locais não garantiam alcançar os resultados previstos. Na XX Cúpula de Mercocidades se realizará o lançamento da nova convocatória.



CAPÍTULO 4

Políticas locais com
visão regional

PROJETO FINANCIADO PELO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO “REDE URBANA PARA A INOVAÇÃO EM GESTÃO MUNICIPAL”

No final de 2014 o BID anunciou o financiamento de um projeto de cooperação técnica apresentado por Mercocidades, denominado “Rede urbana para a inovação em gestão municipal”. No mês de março de 2015 na reunião de coordenadores de instâncias Temáticas de Mercocidades na cidade de Montevideu, realizou-se a apresentação e o lançamento das atividades. A iniciativa se encontra em etapa de implementação, com um estudo comparativo sobre o desenvolvimento das políticas de governo eletrônico nas cidades membro da Rede.



Lançamento do projeto em encontro anual de coordenadores e subcoordenadores de temáticas da Rede

CAPÍTULO 4

Políticas locais com visão regional

Esta iniciativa de cooperação técnica tem como objetivos: realizar um diagnóstico sobre o uso da internet e outras tecnologias de informação nos governos locais para responder às demandas dos cidadãos; elaborar um Plano de Ação para melhorar a disseminação de tecnologias de e-governo entre cidades pequenas, médias e grandes; e melhorar a funcionalidade do site web de Mercocidades. Até a XX Cúpula, se cumprem 8 meses de execução das atividades previstas, completando-se um 70% da execução do orçamento previsto de um total de 150 mil dólares. Para a realização da pesquisa sobre governo eletrônico nas cidades da Rede, o BID contratou a organização CIPPEC¹ (Centro de Implementação de Políticas Públicas para a Equidade e o Crescimento), que apresentará os resultados na Cúpula de Mercocidades.



Participantes da primeira oficina sobre governo eletrônico em Montevideu, agosto de 2015

¹CIPPEC (Centro de Implementação de Políticas Públicas para a Equidade e o Crescimento) é uma organização Argentina, independente, apartidária e sem fins de lucro, com ampla experiência na análise e promoção de políticas públicas que fomentem a equidade e o crescimento.

A pesquisa incorporou uma análise bibliográfica e um pré-diagnóstico da temática na região e internacionalmente, para depois identificar o desenvolvimento de e-políticas, como normativas, políticas nacionais vinculadas às Tecnologias da Informação e da Comunicação, políticas de governo eletrônico, de acesso a infraestrutura e conectividade, entre outras. Depois se implementou um estudo comparativo dos sites web das cidades membro da Rede, analisando a informação e os serviços a disposição, tendo em conta as seguintes dimensões: presença, informação, interação, transparência e transformação.

Posteriormente ao estudo, realiza-se uma análise em profundidade de oito casos que sirvam como boas práticas para a região. Os resultados serão documentados e apresentados em encontros de Mercocidades para promover a utilização de ferramentas de e-governo na região.

CAPÍTULO 4

Políticas locais com visão regional

Paralelamente à investigação, vem se realizando oficinas presenciais no âmbito das atividades previstas por Mercocidades. Sendo assim, a primeira oficina ocorreu no dia 28 de agosto de 2015 durante a reunião do Conselho de Mercocidades, na cidade de Montevideu, Uruguai. A segunda foi na cidade de Santa Fé, Argentina, durante a reunião da Unidade Temática de Educação de Mercocidades e a última desta série de 3, se desenvolve na XX Cúpula de Mercocidades. Estas oficinas permitirão identificar as potencialidades e as fraquezas dos governos locais da região para realizar políticas para a implementação de e-governo e planejar um Plano de Ação para melhorar a disseminação de tecnologias de e-governo nas cidades de Mercocidades.

V MOSTRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MERCOCIDADES

A quinta edição da Mostra de Ciência e Tecnologia de Mercocidades foi organizada conjuntamente entre a Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), Mercocidades e os anfitriões do evento, a Universidade Nacional do Litoral e a Municipalidade de Santa Fé. A mostra abordou a temática “Governo eletrônico e cidade digital”, e se realizou nos dias 25, 26 e 27 de março de 2015, nas instalações da Estação Belgrano, na cidade de Santa Fé, Argentina.

A proposta esteve estruturada com base a três atividades principais: uma exposição com stands e espaços dirigidos a cidades e universidades que expuseram suas experiências, empresas que apresentaram seus produtos, desenvolvimentos e aplicações relacionadas ao governo eletrônico e serviços e tecnologia para governos locais.

Em um segundo espaço se desenvolveu seminários com dissertações de especialistas. E por último, se realizaram apresentações de casos exitosos sobre Governo Eletrônico e Cidade Digital.

CAPÍTULO 4

Políticas locais com visão regional

Nesse marco a mostra abordou os eixos temáticos: Tecnologia para a gestão administrativa; Serviços em linha para os cidadãos; Comunicação com os cidadãos; e a Tecnologia e o cidadão. O seguinte quadro mostra a participação dos Municípios, Empresas e Universidades na Mostra.

Municípios	Empresas	Universidades
Mar del Plata, Argentina	Acimev	Faculdade de Engenharia e Ciências Hídricas, Argentina
Buenos Aires, Argentina	CEPIT	Universidade da República, Uruguai
Bahia Blanca, Argentina	Cluster TIC Santa Fé	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Córdoba, Argentina	COA S.A.	Universidade Nacional de Cuyo, Argentina
Canelones, Uruguai	Grupo Prominente	Universidade Nacional de la Plata, Argentina
Lo Espejo, Chile	INFT Sistemas Informáticos Específicos	Universidade Nacional do Litoral, Argentina
Lo Prado, Chile	Isa Ltda	Universidade Nacional do Nordeste, Argentina
Mercedes, Argentina	Ledsa	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Argentina
Pergamino, Argentina	Polo Tecnológico Rosário	
Rosário, Argentina	Program Consultores S.A.	
Santa Fé, Argentina	PS Informática	
Tandil, Argentina	Punto SIM	
Jaboatão dos Guararapes, Brasil	SBI Technology	
Porto Alegre, Brasil	Unitech	
São Paulo, Brasil	Viditec SA	
Montevideú, Uruguai		
Ministério do Interior e Transporte da Nação Argentina.		

CAPÍTULO 4

Políticas locais com
visão regional

Exposição “Erráticos” na V Mostra de Ciência e Tecnologia de Mercocidades

Na quarta-feira 25 às 20h se inaugurou a exposição artística “Erráticos”, composta por trabalhos de integrantes do mestrado em Tecnologia e Estética das Artes Eletrônica, da Universidade Nacional Três de Febrero. A exposição se desenvolveu paralelamente a V Mostra de Ciência e Tecnologia de Mercocidades, com entrada livre e gratuita.

Tratou-se de uma exposição de trabalhos, onde a seleção e montagem dos mesmos contaram com a coordenação de Mariela Yeregui, diretora do pós-graduação, e a produção geral de Paula Guersenzvaig.

“Erráticos” se compõem de trabalhos de Agnes Cajaiba de Brasil, Alejandra Ferruccio, Fabricio Mouzo, Paula Guersenzvaig, Sebastián Pasquel e Juan Camilo León Sarmiento de Colômbia, e Leo Nuñez, Mario Guzmán e Marlin Velasco de Venezuela.



CAPÍTULO 4

Políticas locais com visão regional

Na apresentação a coordenadora Mariela Yeregui, afirmou que “os trabalhos apresentados propõem travessias diversas que se enquadram na superfície conceitual, formal ou tecnológica. Os recorridos produzem incertezas com relação à possibilidade de construir linearidades, se constituem em passagens visuais que se assentam em jogos formais abstratos, constroem mapas sonoros que reforçam a sensorialidade urbana, ou colocam em ação a decomposição do sujeito em seu próprio ato de se deslocar”.

A exposição contou com um diálogo aberto ao público em geral, de Leo Nuñez e Paula Guersenzvaig, em que se abordaram expressões que cruzam a arte e a tecnologia.

GRUPO DE APOIO A MEGA EVENTOS DE MERCOCIDADES (GAME)

Jovens de Argentina, Brasil, Peru e Uruguai, participaram do “Grupo de Apoio a Mega Eventos de Mercocidades” (GAME), realizando diversos trabalhos sociais na sede de Valparaíso, durante a Copa América Chile 2015. Os jovens estiveram na cidade de Valparaíso de 10 a 26 de junho, realizando tarefas de apoio e difusão junto às equipes de trabalho da Municipalidade anfitriã.



Jovens participantes do GAME em Valparaíso.

CAPÍTULO 4

Políticas locais com visão regional

GAME, iniciativa do Grupo de Trabalho em Cultura do Esporte, da Atividade Física e da Recreação de Mercocidades, é um programa em que participam jovens de forma voluntária, potencializando dispositivos de proteção dos direitos das crianças e adolescentes, em cidades que tenham como cenário a realização de eventos esportivos multitudinários, e colaborar com a conscientização da população local nestes temas.

A primeira experiência de GAME foi em 2014, realizando atividades na cidade de Porto Alegre, Brasil, onde participaram jovens voluntários de Argentina, Brasil, Uruguai e Peru, durante o mundial de futebol.

Este ano, na oportunidade da Copa América Chile 2015, se propôs a necessidade de começar a trabalhar in situ, preparando uma rede de prevenção e abordagem, adaptada à realidade social da cidade anfitriã.

Os participantes de Argentina, Brasil, Chile, Peru e Uruguai desenvolveram atividades tais como: abordagem e conscientização de turistas em pontos estratégicos da cidade e no estádio “Elias Figueroa”; trabalho colaborativo com uma organização da sociedade civil fortemente afetada pelo grande incêndio em Valparaíso. Também se realizaram tarefas em praças da cidade com crianças; se participou em ações de reflorestamento no parque Quebrada Verde, junto ao alcaide de Valparaíso. Houve intervenções em escolas de crianças com deficiências; diálogos de conscientização em escolas de ensino médio da cidade, e uma intervenção na prisão para mulheres, na qual vivem com seus filhos até seu primeiro ano de vida.

GAME é uma ação internacional para a proteção de crianças e adolescentes. A ideia nasceu em 2013 para trabalhar na Copa do Mundo em Brasil 2014 como um procedimento de proteção a crianças e adolescentes, já que em distintas partes do mundo se registram violações, exploração sexual, sequestros e outros delitos que afetam os menores de idade, quando se realizam eventos multitudinários.

CAPÍTULO 4
Políticas locais com
visão regional

Aproximadamente 100 jovens se capacitaram em diversas localidades, Porto Alegre (Brasil), Maldonado (Uruguai), Pergamino (Argentina) e Parcona (Peru), para participar da Copa América Chile 2015.

Para selecionar os jovens, Mercocidades lançou uma convocatória a todos os governos locais membro, para que candidatassem a seus participantes, tendo como critérios gerais a idade do voluntário (jovens de 18 a 30 anos) e a equidade de gênero.

As cidades de origem dos participantes se responsabilizaram pelos gastos de traslado até a cidade de Valparaíso, enquanto que a cidade anfitriã dispôs de alojamentos, transporte local e alimentação para todos os jovens voluntários durante sua estadia.

**JOVENS GANHADORES DO CONCURSO
“MERCOSUL: TEMAS DE DEBATE E AGENDA PENDENTE”
VISITAM MONTEVIDÉU**

De 23 a 25 de abril, alunas da escola rural “San Antonio” de Tandil, Argentina, que participaram da sexta edição do concurso “MERCOSUL: temas de debate e agenda pendente” visitaram a cidade de Montevideú, Uruguai, ao obter o primeiro lugar nesta competição, que a cada ano, jovens de Tandil trabalham coletivamente em propostas regionais.

Durante sua estadia, os ganhadores do concurso foram recebidos pela intendente da cidade anfitriã, Ana Olivera; percorreram diversas localidades características da capital uruguaia, entre as quais se destacam os escritórios de Mercocidades e o Edifício MERCOSUL, oportunidade na qual foram recebidos por um centro juvenil que a cada ano lhes dá as boas-vindas com propostas artísticas e/ou educativas.

CAPÍTULO 4

Políticas locais com
visão regional

As jovens premiadas nesta sexta edição foram: Macarena Ugarte, Araceli Ruleri e Ayelén Vergara, pelo trabalho “Um chip para as vacas”, que propõe a traçabilidade bovina na Argentina com o fim de ter um melhor controle pecuário, com base no sistema já implementado no Uruguai, fomentando assim um sistema articulado a nível regional.

Traçabilidade se define como “a relação contínua do animal desde seu nascimento até os produtos derivados do processamento desse animal, comercializar-los e colocá-los a disposição do consumidor”, o qual permite maior controle sobre o movimento do gado, a certificação de origem das carnes, permitindo ao mesmo tempo garantir



Ganhadoras do concurso “MERCOSUL: temas de debate e agenda pendente”

CAPÍTULO 4

Políticas locais com visão regional

a segurança alimentar e a qualidade das carnes. No Uruguai isto se consegue mediante um sistema de identificação que permite rastrear por meio de um chip o desenvolvimento de cada animal ao longo de sua vida.

A princípio de março de 2015, o resto dos jovens que participaram do concurso, foram premiados com uma viagem a Mar del Plata, o chefe de gabinete da cidade de Tandil, Marcos Nicolini, afirmou a respeito que “todos os anos vemos ótimos trabalhos e um grande compromisso e dedicação dos jovens na pesquisa dos temas, isto é importante destacar, porque se trata de uma atividade extracurricular. Mais além do incentivo das viagens que se outorgam, é importante que os jovens tomem esta proposta com muito compromisso e dedicação, já que permite aproximar aos estudantes o trabalho que Tandil vem desenvolvendo no âmbito do MERCOSUL, especificamente na Rede de Mercocidades”.



CAPÍTULO 5

Mais além da região

CAPÍTULO 5

Mais além da região

IX FÓRUM IBERO-AMERICANO DE GOVERNOS LOCAIS, MÉXICO, 12 E 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Com o slogan “Educação e cultura para a inclusão no espaço local”, realizou-se na Cidade do México este fórum, em que Mercocidades como entidade fundadora, incentiva desde 2006 a participação dos governos locais da região.

Neste, representantes das secretarias Executiva e Técnica de Mercocidades, apresentaram o posicionamento da Rede sobre o tema da convocatória. O Fórum se realizou paralelamente a XXIV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, com a finalidade de ampliar a participação dos governos locais, fomentando o desenvolvimento do municipalismo ibero-americano e promovendo a autonomia local e a descentralização.

No encontro se propuseram três objetivos principais: promover a solidariedade, colaboração e cooperação para o desenvolvimento; fomentar ações conjuntas no âmbito cultural, social e político; e incentivar um desenvolvimento sustentado e equilibrado das cidades, além de uma melhor convivência.

O posicionamento da Rede foi construído de forma participativa. Na reunião do Conselho de Mercocidades na cidade de Porto Alegre, Brasil, se apresentou um rascunho do documento, exposto a consulta de todas as cidades que participaram. A Rede considerou necessário ressaltar a cultura e a educação como aspectos fundamentais para o desenvolvimento equitativo de nossas sociedades, tendentes a evoluir para cidades mais inclusivas. Para lograr cidades com acesso universal à cultura e à educação, é necessário a promoção do diálogo político, a implementação de alianças estratégicas e a articulação das políticas nacionais e locais, entre outros aspectos que incluiu este documento.

CAPÍTULO 5

Mais além da região

O Fórum encerrou incorporando as reflexões e conclusões em uma Declaração sobre educação e cultura que enfatizou em torno ao acelerado surgimento de novas sociedades urbanas na América Latina. Uma passagem da Declaração do IX Fórum sustenta: “Neste novo contexto, o desenvolvimento dos países no século XXI depende das quão cooperativas, inclusivas e sustentáveis sejam as cidades”. Para lograr estas características nas cidades contemporâneas, os representantes das cidades partícipes do fórum convergiram em que a educação e a cultura deveriam ser o motor para alcançar este objetivo.

As novas sociedades urbanas implicam uma nova cultura que nasce da amálgama de múltiplas culturas tradicionais, rurais e urbanas, que se unem à evolução permanente da cidade, em uma mistura onde se negociam novos pactos e se constroem novos códigos, lógicas, visões, sonhos e projetos de sociedade. Isto requer uma nova cultura cidadã que contribua de forma efetiva ao andamento de políticas estratégicas e programas que têm como objeto o desenvolvimento econômico, cultural e social inclusivo, a equidade, a solidariedade, a sustentabilidade meio ambiental, a harmonia, a paz e a segurança.

No campo da educação é importante enfatizar na luta contra o analfabetismo, desenvolver capacidades e competências, promover o espírito crítico e a criatividade, contribuir para fazer uma realidade à mobilidade social, garantir o princípio de igualdade substantiva entre mulheres e homens, desenvolver mercados trabalhistas para a competitividade, formar para a inovação que demanda este mundo urbano no âmbito da sociedade global, e aumentar nossa capacidade criativa como coletivo.

Por isto, os governos locais participantes expressaram no fórum a vontade de seguir promovendo a adesão das cidades à Agenda 21 da cultura, que mostra o compromisso local com o desenvolvimento e implementação de políticas urbanas sustentáveis, cujo eixo está fundamentado em uma visão aberta, participativa e solidária da cultura e da educação.

CAPÍTULO 5

Mais além da região

Também se manifestou o desejo de potencializar a coordenação com as organizações civis e o setor privado, e uma maior cooperação sul-sul entre os governos locais que favoreça o acesso equitativo à cultura e a educação.

Finalmente, acordou-se que a declaração seria apresentada ao Secretário de Conferência Global das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e Moradia, Hábitat III, para que se possa incorporar na lista de insumos que alimente as discussões para uma “Nova Agenda Urbana Global em 2016”.



Por último, se propôs que a sede do seguinte fórum, o X Fórum Ibero-Americano de Governos Locais, que se realizará em 2016, seja na capital colombiana, Bogotá. **A Declaração do IX Fórum pode ser consultada na seção dos anexos deste relatório.**

FÓRUM DE AUTORIDADES LOCAIS DA UNIÃO EUROPEIA E CELAC

No passado 4 de junho de 2015, em Bruxelas, realizou-se o Fórum de Autoridades Locais da UE, América Latina e Caribe. O objetivo deste encontro foi sentar as bases para desenvolver de forma mais efetiva a cooperação urbana bilateral, criando uma relação entre a ação das cidades e as relações a nível nacional para a adaptação ante a mudança climática.

O comissário europeu responsável da política climática e da energia, Miguel Arias Cañete, presidiu o ato destacando a importância da colaboração entre cidades de Europa, América Latina e Caribe para

CAPÍTULO 5

Mais além da região

poder enfrentar aos desafios globais, tanto em relação ao desenvolvimento como à mudança climática. No Fórum participaram as cidades de Mercocidades, Lima, Medellín e Belo Horizonte.

O Fórum culminou com a adoção de uma declaração sobre uma ação climática local, com vistas à COP 21 de Paris e à Cúpula do Clima, que ocorreu em Bogotá em setembro de 2014. A declaração foi apresentada na Cúpula de Presidentes da UE e da CELAC, que se realizou nos dias 11 e 12 de junho, também em Bruxelas. **A Declaração pode ser consultar na seção de Anexos deste relatório.**

PAPA FRANCISCO CONVOCA A CINCO CHEFES DE GOVERNOS LOCAIS DE MERCOCIDADES

A secretária executiva da Rede de Mercocidades, Mônica Fein, junto aos prefeitos de São Paulo, Fernando Haddad; de Belo Horizonte, Marcio Lacerda; de Curitiba, Gustavo Fruet e de Porto Alegre, José Fortunati, foram convocados especialmente pelo Papa Francisco a meados de julho a participarem do Colóquio Internacional titulado “Escravidão Moderna e Mudança Climática: o compromisso das cidades”, que se desenvolveu na sede da Academia Pontifícia das Ciências no Vaticano.

O convite foi cursado pelo próprio papa Francisco, que convocou a 60 das cidades mais importantes do globo para gerar consciência sobre duas urgências que atualmente afetam ao mundo: as formas de escravidão moderna (incluído o tráfico de pessoas) e a mudança climática, duas problemáticas em que a cidade de Rosário tem feito um trabalho destacado nos últimos anos.

Este importante Colóquio reúne aos líderes dos governos locais e a outros profissionais do desenvolvimento urbano para refletir sobre como as cidades podem incentivar a implementação da nova agenda de desenvolvimento sustentável e forjar um roteiro para sua consecução.

CAPÍTULO 5

Mais além da região

O encontro ocorreu só dois meses antes que os chefes de Estado e de Governo se reúnam em Nova Iorque para aprovar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS pós 2015 no mês de setembro) e 4 meses antes das negociações sobre a Mudança Climática em Paris (COP 21), por isso, a convocatória ofereceu uma oportunidade crucial aos líderes das cidades para começar a considerar objetivos claros e quantificáveis que demonstrem sua dedicação por um mundo mais justo e sustentável.

A convocatória do papa Francisco, sem precedentes, destaca o papel que a partir do Vaticano se quer dar aos municípios por sua maior proximidade com a população. Segundo assinalam desde a Academia Pontifícia, os governos das cidades estão chamados a desempenhar um papel fundamental na hora de resolver o urgente problema proposto pelos dois eixos que se abordarão no Colóquio.



CAPÍTULO 5

Mais além da região

Nesse sentido, a cidade de Rosário se destacou nos últimos anos por sua participação ativa em vários fóruns e organizações internacionais, sendo uma referência em muitos desses espaços.

Por outro lado, Rosário integra o comitê de expertos da iniciativa de cidades emergentes e sustentáveis do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em reconhecimento a suas políticas em matéria de sustentabilidade e combate a mudança climática.

A visão do Papa

No passado 18 de junho, o papa Francisco divulgou uma nova encíclica que tratou sobre o meio ambiente e a ecologia humana. Nela, o sumo pontífice expôs seus argumentos teológicos, científicos e morais para desenvolver estratégias contra a mudança climática, que destacou de “urgentes e imperiosas”. O documento se concentrou nas consequências da mudança climática, que destroem com maior força às pessoas mais vulneráveis do planeta, sendo que elas nem sequer desfrutam das vantagens de usar os combustíveis fósseis.

Neste âmbito, o aquecimento global é uma das causas da pobreza e das migrações forçadas, favorecendo o tráfico de pessoas, o trabalho forçado, a prostituição e o tráfico de órgãos. Estima-se que mais de 30 milhões de pessoas são vítimas da escravidão moderna, traficadas em um mercado com lucros ilegais que se calculam em 150 mil milhões de dólares ao ano.

Desde o início de seu pontificado, o papa Francisco tem adotado uma postura firme contra a escravidão moderna, exortando a todas as comunidades a reprovar rotundamente e sem exceções toda privação sistemática da liberdade individual com fins de exploração pessoal e comercial.

Uma de suas iniciativas, o Grupo Santa Marta, reúne a bispos e organismos policiais de todo o mundo.

CAPÍTULO 5

Mais além da região

Este grupo ressaltou a necessidade de que as autoridades locais proporcionem seu apoio aos chefes policiais na luta contra as formas modernas da escravidão.

No dia 2 de dezembro de 2014, o papa Francisco e outros líderes cristãos, muçulmanos, hindus, budistas e judeus, assinaram uma declaração conjunta dos líderes religiosos contra as formas modernas da escravidão.

No passado 28 de abril, durante outro encontro que se celebrou na Casina Pio IV e que se chamou “Proteger a terra, dignificar a humanidade”, as Academias Pontifícias, junto com as Nações Unidas e os líderes religiosos, se comprometeram a enfrentar essas duas urgências globais. A contribuição ativa dos governos locais é crucial na luta contra este delito atroz.

II ASSEMBLEIA INTERNACIONAL DO FÓRUM DE AUTORIDADES LOCAIS DE PERIFERIA

Nos dias 24 e 25 de setembro se realizou na cidade de Morón (Argentina), a II Assembleia Internacional do Fórum Mundial de Cidades de Periferias (FALP), em que se debateu em torno ao tema “Cidades das periferias, territórios do futuro”, com o objetivo de seguir construindo de maneira coletiva áreas metropolitanas mais solidárias, democráticas e inclusivas.

O intendente anfitrião, Lucas Ghi, e o presidente do Honorável Conselho Deliberante de Morón, Hernán Sabbatella, deram início à atividade no Teatro Municipal Gregorio de Laferrere, ressaltando a importância que têm as cidades de periferia e seu protagonismo no crescimento urbano que está vivendo o mundo há várias décadas.

A II Assembleia Internacional reunida em Morón tomou o testemunho do trabalho realizado no III FALP, em 2013 em Canoas (Brasil), e propôs os novos eixos a tratar com vistas à realização IV FALP e da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Hábitat III), prevista para 2016.

CAPÍTULO 5

Mais além da região

Há mais de dez anos a rede FALP desenvolve uma construção coletiva em torno ao direito à cidade nas periferias urbanas, que teve como acontecimentos a realização do primeiro FALP, na cidade de Nanterre (França) em 2006 e do II FALP, celebrado em Getafe (Espanha) em 2010. Em 2011 Pikine (Senegal) organizou a primeira Assembleia Internacional, preparatória do último FALP.

A II Assembleia Internacional FALP “Cidades das periferias, territórios do futuro”, contou com a participação de prefeitos e representantes de cidades e de áreas metropolitanas de América Latina, Europa e África, assim como de especialistas do âmbito acadêmico e de um grande número de jovens que, a partir de uma instância prévia à



Mesa de debate com prefeitos na II Assembleia Internacional do FALP

Assembleia, participaram do primeiro Encontro Internacional de Jovens de Cidades da Periferia e protagonizaram uma notável colaboração ao debate e às conclusões gerais do evento.

Ao longo da atividade estiveram presentes 15 cidades de 8 países e 3 continentes, representadas por: os prefeitos de Canoas (Brasil), Cazenga (Angola), El Bosque (Chile), Las Piedras (Uruguai), Nanterre (França), Pikine (Senegal), Quilmes (Argentina), e Tunjuelito (Colômbia), assim como representantes eleitos e funcionários de La Plaine

CAPÍTULO 5

Mais além da região

Commune (França), Matola (Moçambique), Montevideu (Uruguai), São Paulo (Brasil), Esteban Echeverria (Argentina) e os presidentes da Associação Brasileira de Municípios (ABM) e da Associação Chilena de Municipalidades (AChM).

O debate, organizado em torno ao tema “Cidades das periferias, territórios do futuro”, contou com palestras por parte dos representantes municipais, com a participação de pesquisadores do Instituto do Conurbano da Universidade Nacional de General Sarmiento (UNGS) e produziu um debate com os jovens e resto do público presente. O encontro se estruturou com base a três mesas temáticas:

- **Mesa 1:** Radicalizar a democracia

Eixos: Participação, transparência, governança democrática

- **Mesa 2:** Direito à centralidade

Eixos: Acesso a serviços públicos, sustentabilidade, desenvolvimento econômico local

- **Mesa 3:** Inclusão social e ampliação de direitos

Eixos: Gênero, interculturalidade, diversidade sexual

Na plenária final, estiveram presentes prefeitos, representantes de distintas cidades e o embaixador Federico Martelli do Ministério de Relações Exteriores e Culto da Argentina, quem esteve ao frente da consulta com a sociedade civil do rascunho do relatório da Argentina para HÁBITAT III. Como encerramento, se leu **a declaração da II Assembleia Internacional da rede FALP, que pode ser consultada na seção de anexos deste relatório.**

A II Assembleia Internacional FALP se realizou com a colaboração da Fundação Friedrich Ebert e o Projeto ALLAs, e contou com o apoio institucional da Universidade Nacional de General Sarmiento, de Mercocidades e do Centro de Cultura Francesa de Morón.

DIÁLOGO LATINO-AMERICANO DE CIDADES EM BOGOTÁ

Nos dias 3 e 4 de junho de 2015, a capital colombiana recebeu o fórum “Cidades do Futuro: um diálogo global”, no qual se debateram os grandes desafios de nosso continente para a construção de cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e em paz. Este fórum foi parte dos eventos preparatórios do V Congresso de Cidades e Governos Locais Unidos, com sede nesta mesma cidade em 2016, diante da formação da nova agenda urbana mundial.

O encontro se desenvolveu com painéis sobre os seguintes eixos temáticos:

- “A Governança e a Democracia Local”
- “Direito à Cidade”
- “Segurança Humana, a Convivência e o Pós- Conflito”
- “Papel das Redes de Cidades na Agenda Mundial”

Participaram deste encontro, referentes nacionais, locais e mundiais, de organizações da sociedade civil, redes de cidades e governos locais e nacionais da região.

A convocatória a este fórum demonstrava que na região latino-americana, a mais urbanizada do mundo, com quase 80% de sua população vivendo nas cidades. “Ainda são desafios a superação de problemas de iniquidade na oferta de serviços básicos, dificuldades na mobilidade urbana, conflitos nos usos do espaço público, as mortes violentas e a insegurança, assim como problemas de governabilidade, etc. Os riscos das populações diante da mudança climática, a corrupção e as tensões permanentes entre a agenda pública e a privada, configuram um contexto regional frente ao qual temos que propor respostas para a construção de cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e em paz”.

CAPÍTULO 5

Mais além da região

Finalizando a jornada se acordaram propostas e recomendações a partir dos diálogos que serão enviados como insumos para a preparação do V Congresso de Cidade e Governos Locais Unidos. Também se firmou a **Declaração de Bogotá** que estabelece compromissos para a construção da Agenda Urbana Internacional e para Hábital III. **Ver a declaração na seção de Anexos.**



COLIGAÇÃO LATINO-AMERICANA E CARIBENHA DE CIDADES CONTRA O RACISMO, A DISCRIMINAÇÃO E A XENOFOBIA

No mês de março, em Montevideu, durante a reunião de coordenadores e subcoordenadores de Temáticas de Mercocidades, realizou-se a reunião do Comitê Executivo da Coligação Latino-Americana. Nessa oportunidade, com o acordo das cidades participantes e a representação da UNESCO, se decidiu realizar a Conferência Geral no mês de setembro de 2015.

Como resultado disso, realizou-se a IV Conferência Geral da Coligação Latino-Americana e Caribenha de Cidades contra o Racismo, a Discriminação e a Xenofobia, de 21 a 23 de setembro nas cidades de Morón, Quilmes e Buenos Aires.

Na mesma se ressaltou a importância estratégica do fortalecimento da rede como dispositivo regional que permita desenvolver, afiançar e melhorar políticas contra o racismo, a discriminação e a xenofobia no nível de nossas cidades, assim como o fortalecimento colaborativo com outras regiões mundiais no âmbito da Coligação Internacional de Cidades contra o Racismo, a Discriminação e a Xenofobia.

CAPÍTULO 5

Mais além da região

Os eixos que se abordaram foram: o desenvolvimento de ações locais e regionais contra o racismo, a discriminação e a xenofobia, e a promoção dos Direitos Humanos, com ênfase na situação de afrodescendentes, migrantes e indígenas; e o fortalecimento institucional da Coligação como instrumento de coordenação e aprendizagem entre as cidades e instituições sócias em torno à temática convocadora.

Contou-se com a visão de expertos nas temáticas e de representantes da sociedade civil organizada de grupos de povos originários, migrantes e afrodescendentes. E com a apresentação de experiências e reflexões a partir dos governos das cidades e das organizações participantes.

Decidiu-se avançar na comunicação entre as cidades, na regionalização, na posse de responsabilidades diferenciadas e no financiamento das ações. Também se priorizará o relacionamento com outras coligações internacionais do mundo, como a ECCAR ou a ICCAR, assim como com outras redes de cidades que compartilham um olhar sobre a agenda. Finalmente, se acordou trabalhar na projeção estratégica da Coligação, a partir de delineamentos e ações conjuntas.

Montevideu em sua qualidade de cidade líder da Coligação Latino-Americana, representada por seu intendente, Daniel Martínez, firmou um marco estratégico com a Coligação Europeia de Cidades contra o Racismo, representada por seu presidente, Benedetto Zachiroli da cidade de Bologna, no dia 25 de setembro de 2015, com o patrocínio do Escritório Regional de Ciência da UNESCO.

Entre os principais pontos deste acordo figuram a assistência técnica recíproca, a realização de estudos e pesquisas, a troca de informação, a apresentação de projetos conjuntos, assim como estratégias conjuntas de vinculação institucional com outras redes regionais.

CAPÍTULO 5

Mais além da região

CÚPULA DE CULTURA DE CIDADES E GOVERNOS LOCAIS UNIDOS (CGLU)

A primeira Cúpula de Cultura de CGLU se realizou na Cidade de Bilbao (País Vasco, Espanha) de 18 a 20 de março de 2015 com o título “Cultura e cidades sustentáveis”.



Cúpula de Cultura de CGLU em Bilbao

A Cúpula de Cultura de CGLU se realizou com o objetivo de promover a troca de conhecimentos e o trabalho em rede das cidades e dos governos locais que reconhecem a importância da cultura nas cidades sustentáveis. Convidou-se para participar a todos os atores-chaves em políticas culturais, com uma ênfase especial nas cidades, nos governos locais e nos atores urbanos.

A Cúpula de Cultura permitiu à Comissão de Cultura de CGLU apresentar, aprovar e adotar a “Cultura 21: Ações” e conectar a Agenda de Desenvolvimento Pós 2015 da ONU com a cultura, com base no trabalho desenvolvido durante o processo de definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular foi um cenário que possibilitou dialogar com a comunidade internacional, os Organismos das Nações Unidas e as organizações da sociedade civil.

A Agenda 21 da cultura foi aprovada em 2004. Em 2014 se cumpriram 10 anos e se entendeu que era o momento de renová-la, com um novo documento que guie a relação entre cidades, cultura e sustentabilidade.

CAPÍTULO 5

Mais além da região

O processo de elaboração da nova Agenda 21 da cultura se iniciou em Lille de 26 a 28 de junho de 2013, continuou em Buenos Aires com o seminário “Cidades, cultura e futuro” em setembro do mesmo ano e prosseguiu no curso de 2014. O processo culminou com a adoção do documento “Cultura 21: Ações” na Cúpula de Cultura. Mercocidades, através de sua Unidade Temática de Cultura foi um ator em todo este processo. O documento “Cultura: 21 Ações” pode ser consultado em www.mercociudades.org e em www.agenda21culture.net

GOVERNOS LOCAIS PELO DIREITO À CIDADE

De 20 a 22 de abril de 2015 em México D.F., se desenvolveu o Seminário internacional de governos locais pelo Direito à Cidade, co-organizado pela Comissão de Inclusão Social, Democracia Participativa e Direitos Humanos e pela cidade do México. O seminário internacional deu continuidade ao I Encontro Mundial de Governos Locais pelo Direito à Cidade (Saint - Denis, 2012) e ao IV Fórum Mundial de Cidades pelos Direitos Humanos (Gwangju, 15 a 18 de maio de 2014).

Entre os objetivos do seminário esteve trocar experiências concretas entre governos locais para fomentar o direito à cidade e fortalecer a rede de governos locais comprometidos por cidades justas, democráticas, inclusivas e sustentáveis. O seminário contou com a participação de diversos palestrantes internacionais sobre o conjunto das questões relacionadas com a implementação concreta do direito à cidade: planejamento, moradia, participação, igualdade de gênero, cidades para todas e todos, Metrôpoles solidárias e inclusivas. Em particular teve a participação de representantes de Mercocidades.

No Seminário se adotou a Declaração final, que reafirmou o compromisso pelo direito à cidade e contou com a participação de representantes de governos locais de todo o mundo, membros de Cidades e Governos Locais Unidos, de Mercocidades, da Rede do Fórum de Autoridades Locais de Periferias por Metrôpoles Solidárias, de representantes da sociedade civil e dos movimentos urbanos populares, partes integrantes da Plataforma Global pelo Direito à Cidade.

CAPÍTULO 5

Mais além da região

Entre os principais conceitos que estabelece a Declaração se encontram os seguintes: “O Direito à Cidade é um direito individual e coletivo de todos os habitantes, onde se considera o território das cidades e seu entorno como espaços de exercício e cumprimento destes direitos como forma de assegurar a distribuição e o gozo equitativo, universal, justo, democrático e sustentável dos recursos, riquezas, serviços, bens e oportunidades que proporcionam as cidades.



Para isso, o direito à cidade supõe:

- Cidades onde se garanta pleno exercício dos direitos humanos para todas e todos os habitantes
- Cidades democráticas, transparentes e participativas, baseadas no empoderamento cidadão
- Cidades como bens comuns de todas e todos os habitantes onde os direitos humanos primam sobre os processos de privatização, de renda especulativa que acarretam na exclusão das maiorias, e onde se resgatam os centros históricos degradados evitando a gentrificação.

CAPÍTULO 5

Mais além da região

- Cidades sustentáveis, que mantêm uma relação equilibrada e respeitosa com o em torno rural que lhes rodeia e com os recursos naturais.
- Cidades onde a economia visa pelo bem-estar de seus habitantes, baseada em um desenvolvimento econômico local endógeno e sustentável, que se nutre dos recursos locais e não busca primeiramente as inversões do capital internacional.
- Cidades multiculturais e acolhedoras, que valorizam a riqueza das migrações.
- Cidades onde o espaço público é de todos/as, e onde se reconhece a necessidade destes espaços para a liberdade de expressão, para os múltiplos usos da cidade.
- Cidades onde se garantam os direitos culturais pela inclusão social.

A Declaração completa pode ser consultada na seção de Anexos.

CAPÍTULO 5

Mais além da região

TERCEIRA CONFERÊNCIA MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES

O Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030 foi aprovado na Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Redução do Risco de Desastres, celebrada de 14 a 18 de março de 2015 em Sendai, Miyagi, Japão.

O Marco propõe como objetivo geral, dentro dos próximos 15 anos, a redução substancial do risco de desastres e de suas perdas, tanto em vidas, como de meios de subsistência e saúde, e em bens físicos, sociais, culturais e ambientais das pessoas, das empresas, das comunidades e dos países.



Segundo ressalta o Marco, apesar dos avanços na matéria nos últimos 10 anos, é prioritário continuar com as políticas preventivas, já que “os desastres seguem cobrando um alto preço, e em consequência afetaram o bem-estar e a segurança de pessoas, comunidades e países inteiros. Mais de 700.000 pessoas morreram, mais de 1,4 milhões sofreram lesões e aproximadamente 23 milhões ficaram sem casa como con-

CAPÍTULO 5

Mais além da região

sequência dos desastres. Em geral, mais de 1.500 milhões de pessoas foram prejudicadas pelos desastres de diversas formas, e as mulheres, as crianças e as pessoas em situações vulneráveis, foram afetadas de maneira desproporcionada. As perdas econômicas totais ascenderam a mais de 1,3 bilhões de dólares estadunidenses. Ademais, entre 2008 e 2012, 144 milhões de pessoas foram deslocadas por desastres”.

No Marco se definem sete metas mundiais:

- 1- Reduzir consideravelmente a mortalidade mundial causada por desastres para 2030, e lograr reduzir a taxa de mortalidade mundial causada por desastres por cada 100.000 pessoas no decênio 2020-2030 em relação ao período 2005-2015.
- 2- Reduzir consideravelmente o número de pessoas afetadas no nível mundial para 2030, e lograr reduzir a mortalidade mundial causada por desastres por cada 100.000 pessoas no decênio 2020-2030 em relação ao período 2005-2015.
- 3- Reduzir as perdas econômicas causadas diretamente pelos desastres em relação com o produto interno bruto (PIB) mundial para 2030.
- 4- Reduzir consideravelmente os danos causados pelos desastres nas infraestruturas vitais e na interrupção dos serviços básicos, como as instalações de saúde e educativas, incluso desenvolvendo sua resiliência para 2030.
- 5- Incrementar consideravelmente o número de países que contam com estratégias de redução do risco de desastres em nível nacional e local para 2020.
- 6- Melhorar consideravelmente a cooperação internacional para os países em desenvolvimento, mediante um apoio ade-

CAPÍTULO 5

Mais além da região

quado e sustentável que complemente as medidas adotadas no nível nacional para a aplicação do presente Marco para 2030.

- 7- Incrementar consideravelmente a disponibilidade e o acesso a sistemas de alerta precoce de ameaças múltiplas e à informação e as avaliações sobre o risco de desastres transmitidos às pessoas para 2030.

Mercocidades firmou um Convênio com o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR) para trabalhar na construção de cidades resilientes na região. No marco do Convênio ocorrerá o relançamento da Campanha “Desenvolvendo Cidades Resilientes – Minha cidade está se preparando” durante a XX Cúpula da Rede.

CÚPULA DO CLIMA EM BOGOTÁ

Foi um dos maiores eventos latino-americanos de preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, que se realizará em Paris em dezembro de 2015 (COP21), durante a qual 195 países adotaram o novo acordo global pelo clima.



CAPÍTULO 5

Mais além da região

A Cúpula do Clima de Bogotá, realizada em setembro de 2015, foi um espaço de discussão e mobilização das cidades da região contra o aquecimento global, assim como uma forma de contribuir para o empoderamento de seus habitantes na área da mudança climática e desenvolvimento urbano sustentável. Foi organizada pela Alcaldia Mayor de Bogotá e suas entidades distritais, em associação com numerosos atores locais, nacionais e internacionais, entre eles Mercocidades.

A Cúpula encerrou com uma Declaração apoiada por todas as organizações participantes:

Declaração de Bogotá, cidades humanas contra a Mudança Climática

RECONHECEMOS QUE:

As cidades são imprescindíveis nas ações contra a mudança climática, dado que concentram mais de 50% da população mundial, consomem mais de 75% da energia e geram grande parte dos gases de efeito estufa – GEI - através de suas atividades produtivas, de serviços, de consumo e tecnológicas, ainda que de maneira diferenciada. Também concentram a indústria, o transporte, o consumo de energia e os resíduos. Nelas habita a terceira parte da população mais pobre do mundo.

Nas cidades aparecem os maiores efeitos da variabilidade climática, associados aos desastres naturais (tsunamis, inundações, furacões, tufões, etc.), os quais geram graves impactos nos assentamentos humanos, principalmente nas populações mais vulneráveis.

Os ecossistemas responsáveis da regulamentação do ciclo hidrológico são os mais perturbados pelos impactos da mudança e da variabilidade climática, debilitando a sustentabilidade e a qualidade de vida da população. O reconhecimento deste fator por parte das autoridades locais conduz a desenvolver ações dirigidas a um manejo adequado da “cadeia da água” em termos de oferta (conservação dos ecossistemas, pântanos e áreas de conservação) e de demanda (consumo e uso sustentável das atividades produtivas, de serviços, etc.).

CAPÍTULO 5

Mais além da região

Enfrentar os impactos e causas da mudança climática global obriga necessariamente aos governos locais a trabalharem por uma transformação dos padrões culturais -através de suas políticas e a partir de seu próprio exemplo-, que incitem novos valores, comportamentos e atitudes para repensar e reformular as formas de relacionamento com o ambiente natural, a cidade e seus habitantes. Este fato significa promover novos modelos de gestão, informação, comunicação e ações pedagógicas.

LEMBRAMOS QUE:

São muitas as cidades do planeta e da região latino-americana que assinaram o Plano de Ação das Nações Unidas sobre Mudança Climática, o Acordo Mundial de Prefeitos e Governos Locais pela Proteção Climática, a Declaração de Bonn e o Pacto Climático Global de Cidades, conhecido como Pacto da Cidade do México, entre outras iniciativas para combater o aquecimento global.

Algumas destas cidades incentivam mecanismos de inclusão da sociedade civil, procurando aprofundar a democracia participativa e fortalecer os compromissos cidadãos para a mitigação e a adaptação climática.

O Pacto da Cidade do México foi firmado na data por 269 cidades do mundo que assumiram compromissos específicos de mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação de suas cidades a mudança climática, contando com uma metodologia comum para medir suas emissões GEI através do Registro Climático de Cidades Carvão.

Com estas iniciativas as cidades do mundo foram mostradas lideranças e compromisso para combater o aquecimento global no nível local. Durante a Cúpula de Bogotá, sobre Cidades e Mudança Climática, os prefeitos participantes:

CAPÍTULO 5

Mais além da região

DECLARAMOS NOSSOS PROPÓSITOS POR:

Receber o Pacto Climático Global de Cidades ou Pacto da Cidade do México como um mecanismo global de negociações internacionais dos governos locais para combater o aquecimento global através do cumprimento de seus dez compromissos, aplicando o enfoque de adaptação a mudança climática proposto pelo Fórum de Prefeitos de Bonn e promover entre os prefeitos assinantes, o relatório anual de seus avanços ao Secretariado Internacional liderado pela Fundação Pensar e ao Registro Carvão.

Avançar na transformação do modelo de gestão pública para posicionar de maneira transversal o tema da mudança climática, convertendo-o em essencial na agenda estratégica dos governos locais. Para tal fim, propenderemos por incorporar em nossos planos de desenvolvimento a inclusão de políticas, programas e estratégias dirigidas a responder às causas da mudança climática, sua variabilidade extrema e seus efeitos.

Fortalecer a governança da água desenvolvendo integralmente programas de conservação, proteção e disponibilidade da água, no nível urbano-rural e com uma perspectiva regional, como estratégia chave para a adaptação aos efeitos da mudança climática.

Promover a economia e consumo responsável da água e do incentivo de ações necessárias para aumentar sua oferta, regulamentar sua demanda, seu acesso e melhorar sua qualidade, com o fim de satisfazer as necessidades da população, propendendo por um equilíbrio entre água – produção – energia e saneamento.

Incentivar processos educativos de defesa do Direito Humano a água e os Direitos da Natureza.

CAPÍTULO 5

Mais além da região

Traçar estratégias de transformação dos padrões culturais para a cidadania em geral, a institucionalidade e o setor privado, procurando avançar a cidades e sociedades sustentáveis e mais humanas em harmonia com a natureza: para tal fim, os governos locais desenvolverão programas que construam relações de convivência entre a cidadania e redefinem as relações entre a população e os territórios, no âmbito da ética e da justiça ambiental.

DIÁLOGO REGIONAL POR UMA NOVA REPRESENTAÇÃO DE GOVERNOS LOCAIS DA AMÉRICA LATINA NAS AGENDAS GLOBAIS

Depois de vários anos de trabalhar pela construção de uma nova representação dos governos locais da região, nos âmbitos internacionais, durante o Diálogo Latino-Americano de Cidades, convocado por Bogotá, se realizaram as primeiras reuniões entre a Rede de Cidades do Sul (REDCISUR), Mercocidades, o FALP Latino-América, o FNP, a ABM e representantes de cidades que estavam presentes em Bogotá, concretizando os primeiros acordos para avançar na formação de uma nova representação.



Pie: Viceprefeita de São Paulo y la intendenta de Montevideo en el Bureau Ejecutivo de CGLU

CAPÍTULO 5

Mais além da região

Este processo continuou durante o Bureau Executivo de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), realizado na cidade de Porto Alegre, no dia 10 de junho de 2015. Onde se firmou o documento de proposta a Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). Este documento titulado “Proposta de Mercocidades, Redcisur, Rede do Fórum de Autoridades Locais de Periferias por Metrôpoles Solidárias, Frente Nacional de Prefeitos, Associação Chilena de Municipalidades, Associação Colombiana de Cidades Capitais e Associação Brasileira de Municípios – ABM, ante CGLU”, estabeleceu que se reconheça a criação do Grupo Aberto de Trabalho Permanente formado por cidades, governos locais, redes e Associações Municipais da América Latina, que construirá a nova estrutura de representação regional de governos locais da América Latina ante CGLU.

Também se propôs um roteiro, para o trabalho do Grupo, procurando garantir a participação de todos os atores e incentivar um processo gradual de mudanças, que sejam eficientes e coerentes com a realidade da região. E se adotaram valores orientadores do grupo como a transparência, a democracia, a equidade, o trabalho em rede, a horizontalidade das decisões para levar adiante esta nova representação nas instâncias globais. O documento foi assinado pelo prefeito de Porto Alegre, a intendente de Montevideu, o prefeito de Belo Horizonte, o prefeito de Canoas e a vice-prefeita de São Paulo, em representação de todas as organizações invocadas na proposta. **Ver o documento da proposta na seção de Anexos.**

COLÓQUIOS SUL-AMERICANOS SOBRE CIDADES METROPOLITANAS-MSUR

A intensificação e a complexidade da urbanização da região, cuja população urbana corresponde a 80%, o crescente papel das cidades e conurbações, configuradas como áreas metropolitanas, não se expressam com vigor na agenda de integração. Incluso, assistimos à perda de potência dos fóruns institucionais de articulação das autoridades locais e regionais.

CAPÍTULO 5

Mais além da região

Neste contexto, a Prefeitura de São Paulo e a CEPAL promovem e organizam os MSUR – Colóquios Sul-Americanos sobre Cidades Metropolitanas, com a participação especial de México. Os Colóquios MSUR têm como objetivo indagar sobre os problemas comuns que afetam a nossas Metrôpoles, assim como construir consensos sobre as formas de mitigar e superar estes problemas. Perseguir esses objetivos é condição prévia para estabelecer uma nova agenda de governo de nossas Metrôpoles, fundada em um novo paradigma de desenvolvimento urbano, na sustentabilidade, na cidadania e no bem-estar.

Nos colóquios MSUR, se teve a visão dos atores e os problemas comuns que enfrentam as Metrôpoles, assim como a percepção dos governos locais, procurando que mediante o consenso procurem soluções aos mesmos. Nessa análise e debate, as cidades integrantes de Mercocidades tiveram um papel muito relevante.

O primeiro colóquio se realizou nos dias 27 e 28 de abril de 2015 em Santiago de Chile. Tendo como tema principal “Ecosistemas Urbanos e Sustentabilidade”. A proposta colocada em discussão a partir de um documento base elaborado por CEPAL, foi intensamente discutida por todas as cidades participantes e serviu para afiançar a metodologia de trabalho que vem se utilizando até a data.

O segundo colóquio se realizou nos dias 8 e 9 de junho de 2015 em São Paulo. O debate se centralizou no “Desenvolvimento Urbano e Desigualdades Sócio- espaciais”. Os representantes das organizações promoveram o debate, juntando numerosas colaborações tanto dos participantes das cidades, em particular, as de Rosário, Quilmes, Montevideu e São Paulo sede do colóquio, e organizadora do mesmo, como de muitos outros participantes.

O terceiro colóquio MSUR, realizado na Cidade de Quito nos dias 13 e 14 de agosto de 2015, tratou o tema da Economia Urbana: Trabalho, Renda e Desenvolvimento Sustentável.

CAPÍTULO 5

Mais além da região

Nesta instância as Secretarias Executiva e Técnica Permanente, assim como a Comissão Diretiva, colaboraram ativamente nos intensos debates que ocorreram, contribuindo para a articulação das distintas posições existentes sobre o tema, todas elas convergentes sobre o fundo da questão debatida.



Segundo MSUR em Quito, Equador.

Finalmente, o quarto colóquio MSUR se realizou em Montevidéu, de 28 a 30 de outubro de 2015, com o objetivo de abordar o tema de Governo e Governança, Cidadania, Educação e Cultura. O mesmo ocorreu na sede do MERCOSUL, e participaram o intendente de Montevidéu, Daniel Martínez e o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, como anfitriões e principais incentivadores destes debates respectivamente.

CAPÍTULO 5

Mais além da região

III ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (III EMDS)

De 7 a 9 de abril de 2015 se desenvolveu o III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (III EMDS) e o III Encontro de Municípios de Fronteira. O III EMDS foi promovido pelo Frente Nacional de Prefeitos (FNP) de Brasil, e teve como tema a “Nova Governança Federativa e o papel das cidades no Brasil e no mundo”. O EMDS se consolidou como o maior evento sobre sustentabilidade do país, teve como objetivo mobilizar gestores públicos dos três níveis de governo e incluir o tema da sustentabilidade em seus programas, além de criar agendas propositivas de desenvolvimento local sustentável. Mercocidades teve uma presença ativa no III EMDS, nas mesas temáticas e na praça de experiências e boas práticas com um stand.



CAPÍTULO 6

Instâncias de Mercocidades

UNIDADE TEMÁTICA DE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (UTADS)

Cidade coordenadora: Santa Fé, Argentina.

Intendente: José Manuel Corral.

Responsável pela coordenação: Roberto Celano.

Cidades subcoordenadoras: Esteban Echeverría (Argentina), Maldonado (Uruguai) e Morón (Argentina).

Intendentes: Fernando Gray, Enrique Antía Behrens, Lucas Ghi.

Responsáveis de subcoordenações: Lautaro Lorenzo, Mary Araújo e Virginia Passo.

Objetivos Prioritários:

Objetivo Geral: Desenvolver uma política pública e regional, com uma visão integradora, formada por ações que promovam o desenvolvimento sustentável e que incentivem a trabalhar na melhora da vida das comunidades, a fim de que sejam mais resistentes e sustentáveis.

Objetivos específicos:

Promover a participação da UTADS em outras redes internacionais de cooperação ambiental.

Promover o desenvolvimento e a implementação da Agenda 21 na Região. Definir uma Agenda de Gestão Ambiental Regional que estabeleça os delineamentos para o desenvolvimento e ordenamentos das cidades da região.

Desenvolver como política regional a gestão integral de riscos, incorporando este enfoque à planificação urbana e promovendo a construção de uma cultura de prevenção.

Desenvolver instâncias participativas destinadas a diferentes setores da comunidade, a fim de efetuar análises coletivas das causas e consequências associadas aos diferentes riscos existentes nas cidades.

Articular a homogeneização de critérios entre localidades vinculadas, assim como nos diferentes níveis e jurisdições.

Reuniões e/ou Instâncias de Trabalho:

Primeira reunião da UTADS, 8 de outubro de 2015, Santa Fé, Argentina.

Atividades/Seminários:

“Terceiras Jornadas Internacionais de Gestão Ambiental Urbana”, 9 de outubro, Cidade de Santa Fé, Argentina.

Presença da Rede na “Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Redução do Risco de Desastres”, desenvolvida em Sendai, Japão. Participou da Conferência, Eduardo Aguirre Madariaga, diretor de Gestão de Risco da Municipalidade de Santa Fé e membro da equipe de coordenação da UTADS.

Participação do coordenador da UTADS, Roberto Celano, como expositor nos “Diálogos Internacionais sobre a gestão de resíduos sólidos para Lixo Zero”, desenvolvidos nos dias 26 e 27 de março de 2015, em Bogotá, Colômbia.

Participação de Eduardo Madariaga -coordenação da UTADS- em uma oficina de trabalho organizada pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), cujo objetivo foi o de “abrir um espaço de intercâmbio e debate em relação aos delineamentos dos principais

CAPÍTULO 6

Instâncias de Mercocidades

eixos e desafios que enfrenta o país para lograr uma efetiva gestão de riscos de desastre no nível local, fortalecendo particularmente a gestão corretiva e prospectiva”. Pretendeu-se a partir da oficina, lograr a elaboração de um documento, “capaz de iluminar experiências relevantes tanto por seu caráter efetivo e inovador, como também pelas lições aprendidas em matéria de gestão de riscos de desastre no nível local”. Ademais, também assistiu ao Evento de Difusão do 5º Relatório do IPCC (AR5), realizado no dia 4 de setembro na Universidade Di Tella, CABA.

Participação e apoio de encontros de ambiente em cidades da região. Realizaram-se, em maio e junho, os encontros “Academias de Mudança Climática” em Santiago do Chile, Buenos Aires e Montevideu, co-organizados por ADAPT Chile com colaboração da Cooperação Francesa no âmbito de um projeto financiado pela União Europeia através de Euroclima. Nos encontros participaram várias cidades membro da Rede.

Participação da equipe de coordenação da UTADS (Roberto Celano e Eduardo Madariaga) da Oficina de Resiliência “100 Cidades Resilientes”, organizado pelo Governo da Cidade de Santa Fé e pela Presidência de 100 Cidades Resilientes da Fundação Rockefeller, desenvolvida no dia 17 de setembro em Santa Fé.

Participação da subcoordenação da UTADS na reunião preparatória do próximo encontro do Sub-Grupo de Trabalho de Meio Ambiente MERCOSUL (SGT6), no dia 15 de junho de 2015, em Buenos Aires.

Participação de Lautaro Lorenzo, pela subcoordenação da UTADS, do II Simpósio Regional sobre Mudança Climática e Tomada de Decisões, organizado por UNESO e pela Fundação AVINA, realizado nos dias 18 e 19 de agosto, em Montevideu.

Continua-se com as atividades relativas ao plano de ação Cidades Resilientes, que implica a elaboração do relatório do atuado e programação de um side event sobre resiliência, a se realizar

CAPÍTULO 6

Instâncias de Mercocidades

durante a XX Cúpula de Mercocidades, em São Paulo, em conjunto com a UNISDR. Prevê-se organizar um side event sobre Adaptação a Mudança Climática com a ONG Adapt Chile e a Cooperação Francesa no âmbito da XX Cúpula da Rede. Neste âmbito de colaboração se propôs ao Conselho da Rede, elaborar um convênio de Cooperação entre Mercocidades e ADAPT Chile.

Conclusões:

Poderão se elaborar conclusões depois das reuniões a se realizarem em outubro. Neste momento o que sim se pode assegurar é que membros da UT tiveram participação ativa em importantes eventos desenvolvidos durante o ano em curso, relacionados tanto às temáticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, como de Gestão de Risco e Resiliência.

UNIDADE TEMÁTICA DE AUTONOMIA GESTÃO E PARTICIPAÇÃO (UTAGP)

Cidade coordenadora: Canoas, Brasil.

Prefeito: Jairo Jorge da Silva.

Responsável pela coordenação: Deise Martins

Cidades subcoordenadoras: Porto Alegre, (Brasil), El Bosque, (Chile), Córdoba (Argentina), Morón (Argentina).

Prefeitos: José Fortunati, Sadi Melo Moya, Ramon Javier Mestre, Lucas Ghi.

Responsáveis de subcoordenações: Ronaldo García, Claudio Sule, Jaime Juaneda, Roxana Pierpaoli.

CAPÍTULO 6

Instâncias de
Mercocidades

Reuniões e/ou Instâncias de Trabalho:

No dia 6 de junho, a Unidade Temática de Autonomia, Gestão e Participação realizou seu primeiro encontro anual no âmbito da 14ª Conferência do Observatório Internacional de Democracia Participativa (OIDP), com sede em Canoas, Brasil, de 3 a 5 de junho. Durante o encontro se trabalhou no Plano Anual da Unidade, definindo as responsabilidades e ações de continuidade por parte das cidades da Rede que participam deste espaço.

Atividades/Seminários:

A cidade coordenadora junto aos promotores organizou a II Assembleia Internacional do Fórum Mundial de Autoridades Locais de Periferia (FALP) “Cidades das periferias, territórios do futuro”. A Assembleia se realizou em Morón, Argentina, nos dias 24 e 25 de setembro de 2015. O encontro se desenvolveu no âmbito da semana “Morón ao Mundo”, que incluiu diversas atividades para representantes de governos locais e público em geral.

UNIDADE TEMÁTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CAPACITAÇÃO (UTCTC)

Cidade coordenadora: Tandil, Argentina.

Intendente: Miguel Angel Lunghi.

Responsável pela coordenação: Marcela Petrantonio.

Cidades subcoordenadoras: Porto Alegre, São Leopoldo (Brasil).

Prefeitos: Jorge Fortunati, Aníbal Moacir da Silva.

Responsáveis de subcoordenações: Mario Rosito, Deborah Pilla Villela.

CAPÍTULO 6

Instâncias de
Mercocidades

Reuniões e/ou Instâncias de Trabalho:

A Reunião da UT se realizou no âmbito da “V Mostra de Ciência e Tecnologia de Mercocidades”, de 25 a 27 de março em Santa Fé, Argentina.

Atividades/Seminários:

A V Mostra de Ciência e Tecnologia, contou com a presença de acadêmicos, especialistas e representantes de empresas de mais de 40 cidades, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Medellín, Valparaíso, Montevideu, Rosário, Córdoba e Buenos Aires, foram algumas das grandes urbes que expuseram suas experiências de governo eletrônico, junto com referentes de empresas como IBM, Microsoft, Tecso, e acadêmicos pertencentes à Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM).

A mostra nasceu no âmbito da Unidade Temática de Ciência, Tecnologia e Capacitação de Mercocidades, com o objetivo de divulgar as experiências desenvolvidas pelas cidades membros que envolvessem a ciência e a tecnologia como ferramentas de solução dos problemas da gestão municipal.



UNIDADE TEMÁTICA DE CULTURA (UTC)

Cidade coordenadora: Buenos Aires, Argentina.

Intendente: Mauricio Macri.

Responsável pela coordenação: Hernán Lombardi e María Victoria Alcaráz

Cidades subcoordenadoras: São Paulo (Brasil), Valparaíso (Chile), San José (Uruguai), Morón (Argentina).

Intendentes: Fernando Haddad, Jorge Castro Muñoz, José Luis Falero, Lucas Ghi.

Responsáveis de subcoordenações: Nabil Georges Bonduki, Jacobo Ahumada, Juan Carlos Barreto, Gabriel Redak.

Objetivos Prioritários:

Fortalecer a Integração e a Cooperação Cultural na região.

Contribuir com o desenvolvimento do MERCOSUL através da promoção e difusão da cultura da região no nível local.

Propender a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos da região através da cultura, concebendo esta como um instrumento essencial para a inclusão social e a construção democrática.

Aprofundar os laços criados entre Mercocidades e a Comissão de Cultura de CGLU.

Promover a Agenda 21 da Cultura, documento que relaciona a cultura (o patrimônio, a identidade, o conhecimento, a beleza, o rito, a diversidade) com os principais desafios do desenvolvimento (a sustentabilidade, a participação cidadã, a boa governança, a inclusão social e os direitos humanos).

Propiciar a vinculação da Unidade Temática de Cultura de Mercocidades com outras redes culturais para compartilhar casos de boas práticas.

Reuniões e/ou Instâncias de Trabalho:

Reunião dia 31 de julho e 1º de agosto de 2015, em Coquimbo, Chile.

Reunião de 7 a 9 de outubro de 2015, na Cidade de Buenos Aires, Argentina.

Festa do Sul: Encontro artístico cultural com representações culturais da região, nos dias 9, 10 e 11 de outubro.

Atividades/Seminários:

Seminário “Cultura para a inclusão social”, 30 de julho, Coquimbo, Chile.

Seminário “Cidades, cultura e futuro”, 7, 8 e 9 de outubro, Cidade de Buenos Aires, Argentina.

Cidades participantes das Atividades/seminários/reuniões/instâncias de trabalho:

Em Coquimbo:

Argentina: Mendoza, Buenos Aires, Vicente López, San Juan

Bolívia: a Paz,

Brasil: Fortaleza, Limeira, Belo Horizonte,

Chile: Quilpué, Concepción, Arica, Valparaíso, Peñalolén, Coquimbo.

Uruguai: Canelones, Tacuarembó.

CAPÍTULO 6

Instâncias de
Mercocidades

Conclusões:

Conseguiu-se o fortalecimento dos laços entre os membros da Rede e da região através da cooperação cultural e da participação em atividades integradoras de cultura das distintas cidades.

Conseguiu-se também o aprofundamento da relação com outras redes.

A promoção dos documentos “Agenda 21 da cultura” e “Agenda 21: Ações” permitiram que os membros da Rede tivessem acesso a casos de boas práticas internacionais em gestão cultural através da relação entre a Unidade Temática de Cultura e a Comissão de Cultura da rede CGLU.

Por último, mais de 50 cidades membro participaram ativamente de projetos e atividades realizadas durante o ano.



Participantes de Cultura em encontro em Buenos Aires, outubro 2015.

UNIDADE TEMÁTICA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (UTCI)

Cidade coordenadora: Comissão Diretiva e STPM.

Prefeito: José Fortunati, Francisco Gutiérrez, Mónica Fein,
Ana Olivera/Daniel Martínez.

Responsável pela coordenação: Jorge Rodríguez.

Cidade subcoordenadora: Lavalleja (Uruguai).

Intendente: Adriana Peña.

Responsável da subcoordenação: Ana Laura Soto.

Objetivos Prioritários:

Os objetivos de trabalho fixados pela Unidade Temática de Cooperação Internacional, foram acordados na Cúpula de Quilmes, renovando-se nas Cúpulas de Porto Alegre e Rosário, e mantendo vigência na atualidade. Nesse momento se decidiu trabalhar as seguintes temáticas:

Análise, debate e reflexão sobre a Cooperação Internacional em seu conjunto no cenário atual.

Política de alianças no âmbito dos Convênios e Acordos assinados por Mercocidades para ações de incidência política na região e no mundo.

CAPÍTULO 6
Instâncias de
Mercocidades

Apoio e promoção da participação dos governos locais em articulação com a sociedade civil organizada das distintas modalidades da Cooperação:

Descentralizada
Triangular
Sul-Sul
Multilateral

Captação de recursos para projetos regionais.

Troca de experiências, e geração de capacidades para a formulação de projetos regionais.

Socialização e visibilidade de oportunidades para os governos locais de Mercocidades.

Reuniões e/ou Instâncias de Trabalho:

Em atenção aos objetivos prioritários, a UTCI trabalhou de forma conjunta com os coordenadores e subcoordenadores das instâncias temáticas de Mercocidades na reunião anual realizada de 18 a 20 de março de 2015 em Montevideu. Nessa oportunidade se organizou conjuntamente com o Observatório de Cooperação Descentralizada (OCD), espaços de trabalho que permitiram intercambiar e avançar na identificação de insumos para incorporar em um programa de cooperação sul-sul de Mercocidades.

Esta atividade contou com a apresentação do Estudo “A cooperação Sul-Sul através das redes: o caso de Mercocidades”, por parte de Rodrigo Perpétuo, diretor adjunto de Relações Internacionais da Prefeitura de Belo Horizonte.

CAPÍTULO 6

Instâncias de
Mercocidades

Atividades/Seminários:

A UTCI acompanha o processo de geração de capacidades em Mercocidades para participar do sistema de cooperação internacional e na adaptação da função da Rede de participar como um ator da cooperação sul-sul.

Execução do Projeto: Rede Urbana para o Desenvolvimento e a Inovação Municipal (BID).

Começou-se com a execução do projeto de cooperação técnica apresentado por Mercocidades, denominado “Rede urbana para a inovação em gestão municipal”. Na reunião de coordenadores de Unidades Temáticas de Mercocidades na cidade de Montevideu, se realizou a apresentação e o lançamento das atividades. A iniciativa está na fase de implementação, com um estudo comparativo sobre o desenvolvimento das políticas de governo eletrônico nas cidades membro da Rede.

Esta iniciativa de cooperação técnica tem como objetivos: realizar um diagnóstico sobre o uso da internet e outras tecnologias de informação nos governos locais para responder às demandas dos cidadãos; elaborar um Plano de Ação para melhorar a disseminação de tecnologias de e-governo entre cidades pequenas, médias e grandes; e melhorar a funcionalidade do site web de Mercocidades. O estudo será apresentado na XX Cúpula de Mercocidades.

Oficina de trabalho, durante a reunião do Conselho de Mercocidades.

Realizou-se de forma conjunta com o OCD, uma Oficina de Trabalho, durante a reunião do Conselho de Mercocidades na cidade de Montevideu, de 28 de agosto de 2015. Finalmente, se continuaram as explorações de vias de financiamento para desenvolver projetos em Mercocidades. Mantiveram-se reuniões com o BID, com ONU-Hábitat e se realiza um seguimento das oportunidades de financiamento para os governos locais, pondo no site web de Mercocidades, a informação correspondente.

CAPÍTULO 6
Instâncias de
Mercociudades

Cidades participantes das atividades/ seminários/ reuniões/ instâncias de trabalho:

Argentina: Quilmes, Rosário, Buenos Aires, Esteban Echeverría, Morón

Brasil: Porto Alegre, Canoas, Guarulhos, Osasco, Belo Horizonte

Chile: Peñalolén

Uruguai: Montevideu, Canelones, Colônia.



Encontro de Cooperação Internacionais em Montevideu, agosto 2015.

Conclusão/ões:

La UTCI, ha desarrollado un trabajo de relacionamiento intenso, conjuntamente con la Secretaría Ejecutiva en los espacios globales y regionales. Este desarrollo se enmarca en la política de alianzas que lleva adelante Mercociudades, procurando una incidencia política en los distintos ámbitos de actuación, y generando oportunidades para los gobiernos locales integrantes de la Red.

GRUPO DE TRABALHO EM CULTURA DO ESPORTE, DA ATIVIDADE FÍSICA E DA RECREAÇÃO

Cidade coordenadora: Parcona, Peru.

Intendente: Javier Gallegos Barrientos.

Responsável pela coordenação: Arnaldo Rodríguez Arroyo.

Cidade subcoordenadora: Porto Alegre (Brasil).

Prefeito: Jorge Fortunati.

Responsável da subcoordenação: Paulo Marques.

Reuniões e/ou Instâncias de Trabalho:

O Grupo se reuniu em conjunto com a Municipalidade de Valparaíso para coordenar as ações a realizar sobre o projeto Grupo de Apoio a Mega eventos de Mercocidades (GAME), de 11 a 14 de março de 2015, em Valparaíso, Chile.

GAME, é uma iniciativa do Grupo de Trabalho em Cultura do Esporte, da Atividade Física e da Recreação de Mercocidades, é um programa de voluntariado que consiste em potencializar dispositivos de proteção dos direitos de crianças e adolescentes, em cidades que tenham como cenário a realização de eventos esportivos multitudinários, e colaborar com a conscientização da população local nestes temas.

Atividades/Seminários:

Encontro “O Esporte Especial: desenvolvimento humano para todos e todas”, 1º, 2 e 3 de setembro em Parcona, Ica, Peru, cidade que coordena o Grupo.

Projeto de voluntariado “Grupo de Apoio a Mega Eventos de Mercocidades” (GAME), jovens realizaram diversos trabalhos sociais na sede de Valparaíso, Chile, no âmbito da Copa América Chile 2015. As atividades se realizaram de 10 a 26 de junho de 2015.



Voluntários do GAME em Valparaíso, junho 2015.

GRUPO DE COMUNICAÇÃO (GC)

Cidade coordenadora: Porto Alegre (Brasil), Rosário (Argentina), São Paulo (Brasil), Montevideu (Uruguai), cidades da Comissão Diretiva e STPM.

Intendentes: José Fortunati, Mónica Fein, Fernando Haddad e Daniel Martínez.

Responsáveis pela coordenação: Liane Schwab, Rosalía Aranda, Julia Magalhães e Sabrina Crovetto

Cidades subcoordenadoras: Córdoba (Argentina), Canelones (Uruguai), Quilmes (Argentina) e Guarulhos (Brasil).

Intendentes: Ramón Mestre, Yamandú Orsi, Francisco Gutiérrez e Sebastião Almeida.

Responsáveis de subcoordenação: Natalia Albanese, Sara Castro, Gonzalo Pérez e Luís Jácome.

Objetivos Prioritários:

Avançar na consolidação do Plano Estratégico de Comunicação de Mercocidades, e avaliar e monitorar seus avanços.

Realizar recomendações para favorecer uma melhor comunicação entre as instâncias da Rede.

Facilitar ferramentas e expertise em comunicação em momentos concretos de importante visibilidade e difusão (cúpulas, campanhas regionais e outros eventos destacados no nível regional que desenvolva a Rede).

Propiciar que as áreas de comunicação dos governos locais membros da Rede incluam em suas pautas de comunicação atividades, comunicados, etc., que realize Mercocidades.

CAPÍTULO 6
Instâncias de
Mercocidades

Colaborar na formação de equipes de comunicação de cidades membros da Rede na abordagem da perspectiva regional e integradora da comunicação.

Formular e implementar projetos comunicacionais regionais em Mercocidades, que possam ser financiados pela mesma Rede ou por outras organizações e entidades.



Reuniões e/ou Instâncias de Trabalho:

4 de dezembro de 2014 em Rosário, no âmbito da XX Cúpula de Mercocidades, realizada nos dias 3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

4 de março de 2015 em Rosário, no âmbito do primeiro encontro anual da Comissão Diretiva de Mercocidades.

18 de março de 2015 em Montevideu, no âmbito do encontro anual de coordenadores e subcoordenadores de instâncias temáticas de Mercocidades.

26 e 27 de agosto de 2015 em Montevideu, no âmbito da primeira reunião anual do Conselho de Mercocidades.

Além das reuniões presenciais, ao longo do ano se realizaram numerosos encontros virtuais, pautados no que foi a convocatória e o processo de seleção do novo logotipo da Rede.

CAPÍTULO 6

Instâncias de Mercocidades

Atividades/produtos:

Oficina no âmbito do encontro de coordenadores e subcoordenadores das instâncias temáticas da Rede, para avançar em um slogan representativo para os 20 anos de Mercocidades. Realização do Guia de Participação e responsabilidades de Mercocidades.

Concurso e seleção do novo logotipo de Mercocidades e realização do Manual de Identidade Visual da Rede. Começou-se a elaborar uma base de contatos com responsáveis de comunicação das mercocidades.

Cidades participantes das atividades/seminários/reuniões/instâncias de trabalho:

As que integram o Grupo de Comunicação, 8 em total. Que resultaram depois de uma convocatória a todas as cidades da Rede que quisessem participar, realizada em 2014.

Conclusão/ões:

No próximo ano o Grupo lançará uma nova convocatória as cidades que desejem participar, e especificamente se propõe avançar no seguinte: Elaboração de um Dossiê de Apresentação de Mercocidades (enfocado a outras organizações, entidades locais e/ou regionais, e também um dossiê específico para a imprensa e equipes de comunicação das cidades membro). Identificação de meios de imprensa da região, aos quais se proporá entrevistas ou espaços para artigos de autoridades da Rede, em temas de interesse para as cidades. Reconfiguração do site web de Mercocidades, adaptado às necessidades comunicacionais de seus destinatários e da Rede em geral. Realização de um novo vídeo institucional de Mercocidades. E desenvolvimento de uma proposta de mini documentários, sobre práticas urbanas com foco na América do Sul.

CAPÍTULO 6

Instâncias de
Mercocidades

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS (CDDHH)

Cidade coordenadora: Morón, Argentina

Intendente: Lucas Ghi

Responsável pela coordenação: Gustavo Moreno

Cidades subcoordenadoras: Zárate (Argentina), Maldonado (Uruguai).

Intendentes: Osvaldo Raúl Caffaro, Oscar de los Santos/Enrique Antia.

Responsáveis de subcoordenação: Juan Manuel Aolita, María del Carmen Salazar.



Participantes de reunião de Direitos Humanos em Morón, julho 2015.

Reuniões e/ou Instâncias de Trabalho:

A Comissão de Direitos Humanos se reuniu no dia 4 de julho de 2015, em Morón, Argentina.

Atividades/Seminários:

Na cidade de Morón, Argentina, nos dias 3 e 4 de julho, se realizou o encontro “A Segurança Democrática e os Direitos Humanos: experiências inovadoras desde os governos locais”, com o objetivo de abordar as políticas públicas de segurança e prevenção do delito, no âmbito do respeito aos direitos humanos e da democracia.

UNIDADE TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (UTDS)

Cidade coordenadora: Esteban Echeverría, Argentina.

Intendente: Fernando Gray.

Responsável pela coordenação: Javier Nascone.

Cidade subcoordenadora: Avellaneda, Argentina.

Intendente: Jorge Ferraresi.

Responsável de subcoordenação: Andrea Rocca

Objetivos Prioritários

Sendo o objetivo principal a troca de experiências, o debate, a discussão e consenso das diferentes abordagens que os governos locais fazem da problemática social, nos propomos como primeira meta, manter os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que estabelece como metas a participação na Cúpula Social e na Reunião de Ministros, e o aprofundamento do trabalho horizontal com as Unidades Temáticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a de Desenvolvimento Urbano.

Continuar com os logros obtidos pela UTDS até o momento, aprofundando e enriquecendo o trabalho realizado. Procurou-se trabalhar coordenadamente com as experiências construídas até então.

Fortalecer e ampliar a rede de cidades que participam da Unidade Temática.

CAPÍTULO 6
Instâncias de
Mercocidades

Consolidar espaços de troca e sistematização de experiências em matéria de políticas públicas locais que garantam direitos sociais: aumento e investimento em cobertura social; acesso por direito a programas universais, participação social e transparência. Estratégias de diminuição da pobreza urbana e dos processos de exclusão social.

Promover o intercâmbio de práticas que garantam direitos das infâncias e adolescências no âmbito da Convenção Internacional dos Direitos dos Meninos, Meninas e Adolescentes.

Promover estratégias locais que incentivem o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.



Participantes da reunião de Desenvolvimento Social em Esteban Echeverría, setembro 2015.

Promover a busca de financiamento para o desenvolvimento de atividades de cooperação entre as Cidades Integrantes da Rede.

Promover espaços de trabalho, articulação e incidência na agenda social latino-americana: MERCOSUL Social e UNASUL.

CAPÍTULO 6

Instâncias de Mercocidades

Estudar as possibilidades de concretizar um convênio de cooperação entre a Unidade Temática e o âmbito acadêmico (Universidades).

Promover instâncias de trabalho com o fim de gerar colaborações e difusão ao processo de posicionamento da Rede Mercocidades frente à 3ª Conferência das Nações Unidas, (Hábitat III).

Reuniões e/ou Instâncias de Trabalho:

Reunião Unidade Temática no âmbito da XIX Assembleia da Rede Mercocidades na cidade de Rosário, 3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

Reunião de programação das atividades da Unidade Temática, no Município de Esteban Echeverría, 10 de março de 2015.

Reunião da Unidade Temática em Esteban Echeverría, 3 e 4 de setembro de 2015.

Atividade patrocinada pela Fundação Friedrich Ebert e organizada em conjunto com o Centro de Pesquisa de Políticas Urbanas da Universidade Nacional de Tres de Febrero (CEIPSU – UNTREF).

Atividades/Seminários:

Participação na 2ª reunião da “IV Jornada Acadêmica do Grupo de Estudos Institucionalidade Social e MERCOSUL”, 10 de junho de 2015.

Publicação de duas notas jornalísticas na Revista MERCOSUL ABC, 2 e 9 de setembro de 2015.

Desenvolvimento de Práticas de Estudo por mestrandos do Mestrado de Políticas Sociais Urbanas da UNTREF, no âmbito da UTDS, 29 de setembro de 2015.

CAPÍTULO 6

Instâncias de
Mercocidades

Cidades participantes das Atividades/seminários/reuniões/instâncias de trabalho:

Argentina: Esteban Echeverría, Quilmes, Zárate, Cañuelas, Neuquén, Morón, Avellaneda.

Uruguai: Canelones.

Brasil: Recife.

Paraguai: Asunción.

Organismos e Instituições:

- Chancelaria Argentina. Subsecretaria de Relações Institucionais do Ministério de Relações Exteriores.
- Fundação Friedrich Ebert.
- Mestrado em Políticas Sociais Urbanas. CEIPSU / UNTREF.
- Curso de Trabalho Social. Faculdade de Ciências Sociais (UBA).
- Subsecretaria de Estudos Avançados da Faculdade de Ciências Sociais – UBA.
- Direção de Inversões e Cooperação Internacional do Ministério de Produção, Ciência e Tecnologia da Província de Buenos Aires.
- Instituto Internacional do Meio Ambiente e Desenvolvimento – América Latina.
- Revista MERCOSUL ABC.
- Comissão de Comunas da Cidade Autônoma de Buenos Aires.
- Instituto de Pesquisas Gino Germani. Faculdade de Ciências Sociais (UBA).
- Chancelaria Argentina. Subsecretaria de Integração Econômica Americana e MERCOSUL.
- Universidade de São Paulo. San Miguel de Tucumán.
- Universidade Católica de Santiago del Estero. ZICASUR.
- Universidade Nacional de Misiones.

CAPÍTULO 6

Instâncias de Mercocidades

Conclusões:

Entre os logros mais destacados se ressaltam:

Participação de cidades de Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina.

O trabalho articulado na UT com as Universidades (UNTREF e UBA).

Articulação com organismos de cooperação como Fundação Friedrich Ebert, Direção de Inversões e Cooperação Internacional do Ministério de Produção, Ciência e Tecnologia da Província de Buenos Aires, Instituto Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento – América Latina.

Destaca-se a transversalidade do trabalho entre Unidades Temáticas.

Acordos e Conclusões:

Posicionamento das Cidades participantes frente ao documento a ser apresentado na ONU Hábital III 2016.

Participar da II Assembleia Internacional da Rede FALP “Cidades das periferias, territórios do futuro”, 24 e 25 de setembro de 2015, em Morón, Buenos Aires, Argentina.

Apoiar as candidaturas de Esteban Echeverría para a coordenação e de Canelones para a subcoordenação da UTDS a partir de 2016.

Convidar às cidades participantes da reunião e aquelas que não puderam participar nesta ocasião a apresentarem sua candidatura para subcoordenar a UTDS em 2016.

Dar continuidade ao processo de trabalho e aos delineamentos de projetos com financiamento internacional acordados nesta reunião.

CAPÍTULO 6
Instâncias de
Mercocidades

Resolve-se que os temas vinculados a Economia Social e Solidária, sejam articulados com a UT de Desenvolvimento Econômico Local da Rede, para não sobrepor temas.

Propõe-se para o próximo encontro, integrar formalmente às UT de Desenvolvimento Urbano, e Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em uma possível futura reunião.

Acorda-se incorporar ao Banco de Boas Práticas existente, todas as iniciativas mencionadas na reunião sobre Políticas Sociais Urbanas.

Definem-se como eixos mais relevantes para dar continuidade a projetos regionais desde a UTDS:

Articulação Metropolitana das Políticas Públicas (especificamente as Políticas Sociais Urbanas).

Educação e Formação no Acesso a Direitos (formação de agentes municipais e acesso real da população à informação).

UNIDADE TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL (UTDEL)

Cidade coordenadora: Canelones

Intendente: Yamandú Orsi

Responsável pela coordenação: Luis Garrido

Cidades subcoordenadoras: Malvinas Argentinas (Argentina), Valparaíso (Chile).

Intendentes: Jesús Cataldo Cariglino, Jorge Castro Muñoz.

Responsáveis de subcoordenação: Nury Adriana Echeverría, Juan Morales Neyra.

Objetivos Prioritários:

Dando continuidade ao plano de trabalho 2013-2014, se continuou trabalhando no aprofundamento de cadeias de valor de alcance regional e em criar e difundir oportunidades de intercâmbio comercial regional.

Reuniões e/ou Instâncias de Trabalho:

A Unidade funcionou basicamente acompanhando à Comissão de Fomento de Negócios, em Santa Fé e Pergamino.

Reunião da Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local em conjunto com a Comissão de Fomento de Negócios, 3 de dezembro de 2014, Rosário, Argentina.

Primeira reunião anual de Fomento de Negócios, 29 de junho de 2015, em Santa Fé, Argentina.

Segunda reunião de Fomento de Negócios “Juntos Fazemos Pergamino Internacional”, 11 e 12 de setembro de 2015, Pergamino, Argentina.

Atividades/Seminários:

Participação na Semana do Comércio Exterior e Rodada de Negócios conexa, Santa Fé, Argentina.

Participação no âmbito da Exposição Rural e Seminário sobre BRICS, Pergamino, Argentina.

Realização de artigo para III Fórum Mundial de Desenvolvimento Econômico Local, realizado em Turín, Itália.

Conclusões:

A coordenação entende que esta é uma área de trabalho que deve se potencializar ainda mais, desenvolvendo um trabalho sério de vinculação extra-regional; aproveitando uma série de oportunidades que surgem no nível mundial em torno ao desenvolvimento local sustentável. As próximas coordenações, em acordo com a Secretaria Executiva e a STPM, deveriam desenvolver o vínculo existente com CGLU na matéria e se incluírem junto à UT de Ambiente no âmbito de Hábitat III para intervir nas definições mundiais dos caminhos de crescimento e sustentabilidade urbana. Entendemos que a dinâmica das Rodadas de Negócios e similares desenvolvidas por Mercocidades deveriam ter continuidade e proteção dos possíveis vaivens. A continuidade de outras linhas de trabalho deverão ser avaliadas no âmbito da Cúpula e em função do Plano de Trabalho que proponham os eventuais candidatos.

UNIDADE TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO (UTDU)

Cidade coordenadora: Zárate, Argentina.

Intendente: Osvaldo Raúl Cáffaro.

Responsável pela coordenação: Jorge Rocchi.

Cidades subcoordenadoras: Quilmes (Argentina), Esteban Echeverría (Argentina).

Intendentes: Francisco Gutiérrez, Fernando Gray.

Responsáveis de subcoordenação: Roxana González, Daniel Numerosky.

Objetivos Prioritários:

Para a coordenação do período 2014-2015, o Município de Zárate se propôs como objetivo principal encaminhar uma ação formativa que assegure a competência profissional dos que se encarregam de pensar e gerir as estratégias em matéria urbanística das cidades. Para atender esta meta nos propusemos objetivos secundários que a continuação listamos:

Contribuir na formação de profissionais capazes de delinear, de gerir planos e projetos estratégicos, enfatizando a vinculação com diferentes atores que intervenham no desenvolvimento urbano das cidades.

Propor um sistema de formação facilitando o intercâmbio do conhecimento através de uma rede de estrategistas expertos em projetos urbanísticos.

Facilitar os espaços que permitam conhecer casos de boas práticas baseados no paradigma da sustentabilidade urbana, social e econômica.

CAPÍTULO 6

Instâncias de Mercocidades

Reuniões e/ou Instâncias de Trabalho:

Primeira Reunião, março de 2015

Segunda Reunião, agosto de 2015

Terceira reunião, outubro de 2015

Atividades/Seminários:

Seminário Internacional sobre Captação de Mais-Valia e seu Impacto no Desenvolvimento Urbano das Cidades. Novas fontes de financiamento para a construção de Cidades Justas e Equitativas. Esta atividade se realizou nos dias 19 e 20 de outubro de 2015.

Cidades participantes das Atividades/seminários/reuniões/instâncias de trabalho:

Argentina: Quilmes, Esteban Echeverría, San Nicolás, Lanús, Zárate, Sunchales, Avellaneda, Rosário, Paraná, Corrientes.

Uruguai: Montevideú, Canelones.

Conclusões:

Concluiu-se de maneira satisfatória com os objetivos expostos na proposta de coordenação da Unidade Temática de Desenvolvimento Urbano, expressos no documento da candidatura para o período 2014-2015. Mediante as reuniões de trabalho foi se construindo o programa do Seminário Internacional celebrado nos dias 19 e 20 de outubro do ano em curso. Através deste se proporcionaram conhecimentos empíricos e teóricos aos diferentes funcionários públicos assistentes com especialistas e referentes internacionais na temática assinalada. A partir das reuniões de trabalho e do seminário se criou uma incipiente rede de cidades que visa adquirir conhecimentos e compartilhar experiências pontuais sobre questões de

desenvolvimento e crescimento urbano das cidades. Concluiu-se, a partir dos diversos encontros, continuar na procura e aprofundamento de ferramentas que possibilitem a construção de cidades justas e equitativas, que promovam a inclusão, governança e sustentabilidade a partir de ferramentas e conhecimentos relacionados ao desenvolvimento urbano.

GRUPO DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E INCLUSÃO (GDI)

Cidade coordenadora: Porto Alegre, Brasil.

Prefeito: Jorge Fortunati.

Responsável pela coordenação: Raul Cohen.

Cidades subcoordenadoras: Villa Carlos Paz e Rosário (Argentina), Montevideu, (Uruguai), Guarulhos (Brasil).

Intendentes: Mónica Fein, Esteban Áviles, Daniel Martínez, Sebastião Almeida.

Responsáveis de subcoordenação: Patricia Morla, Firmino Manoel da Silva, Adriana Ciarlantini, Federico Lezama.

Objetivos Prioritários:

Promover a acessibilidade à Rede Mercocidades, estimular e garantir a constante inclusão das pessoas com deficiência física na sociedade em todos seus aspectos: sociais, culturais, esportivos e trabalhistas.

Reuniões e/ou Instâncias de Trabalho:

Reunião da Unidade Temática, 27 de maio, Villa Carlos Paz, Argentina.
Primeiro Seminário Internacional de Direitos Sexuais e Saúde Sexual.
Primeiro Curso Internacional de Capacitação em Sexualidade e

Diversidade Funcional/Deficiência Física. Ambos realizados de 22 a 24 de setembro de 2015, Porto Alegre, Brasil.

Atividades/Seminários:

Participação na Reunião de Coordenadores/as de Unidades Temáticas e no Fórum Internacional: Incidência Global das Cidades, 18 a 21 de março de 2015, Montevideu, Uruguai.

O secretário municipal de Acessibilidade e Inclusão Social, Raúl Cohen, coordenou os debates da Reunião da Unidade Temática do dia 27 de maio de 2015, em Villa Carlos Paz, Argentina. O encontro serviu para trocar experiências entre as cidades que compõem a rede e contou com a apresentação de Porto Alegre com referência à acessibilidade e a inclusão social. De forma paralela à reunião, se realizou a Jornada de Sexualidade e Diversidade Funcional para Pessoas com Deficiência Física.

Primeiro Seminário Internacional de Direitos Sexuais e Saúde Sexual.
Temas abordados:
Violência contra a Mulher,
Educação Sexual,
Diversidade Funcional/Deficiência Física.

Primeiro Curso Internacional de Capacitação em Sexualidade e Diversidade Funcional/Deficiência Física.

Programa:

Evolução dos conceitos de deficiência física e sexualidade através do tempo.

Passagem do modelo médico clínico ao modelo social.

Corpo e intimidade: mais além do sexo e do prazer.

A sexualidade como direito humano, saúde sexual, qualidade de vida e transcendência.

Cidades participantes das Atividades/seminários/reuniões/instâncias de trabalho:

Argentina: Villa Carlos Paz, Quilmes, Córdoba, Vicente López, Villa Allende.

Brasil: Porto Alegre, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Canoas, São José de Rio Preto, Viamão.

Conclusões:

Os avanços em matéria de acessibilidade e inclusão social, com exemplos e apresentação da gestão pública, se centralizaram no desenvolvimento das cidades a favor das pessoas com deficiência física.



Grupo de Deficiência Física e Inclusão em Villa Carlos Paz, maio 2015.

CAPÍTULO 6
Instâncias de
Mercocidades

Implementação e alento através do Selo de Acessibilidade e de ações realizadas.

Formação de alianças estratégicas com entidades, governo e sociedade civil.

Promover encontros e incentivos como, por exemplo, desjejum pela acessibilidade para a incorporação de cartas Braille e como receber e ofertar serviços.

Promover entretenimento para cegos e pessoas com pouca visão, capacitação no sistema Braille, e adotar práticas públicas com stands e cadeiras inclusivas.

Construção de rampas de acessibilidade e placas inclusivas.

Promover a divulgação das ações realizadas pelas diferentes cidades da Rede, através de entrevistas aos expertos em Acessibilidade nos jornais, Rádio, TV, Colunas especiais.

Empresas comprometidas, banco de dados.

Criar um diagnóstico - parâmetro para calcular os dados das pessoas com deficiência física por tipo de deficiência (quantificação).

Criar fontes de recursos para programas de inclusão e acessibilidade.

UNIDADE TEMÁTICA DE EDUCAÇÃO (UTE)

Cidade coordenadora: Ciudad de Santa Fe, Argentina.

Intendente: José M. Corral

Responsável pela coordenação: Rossana Ingaramo

Cidades subcoordenadoras: Rosario (Argentina), Guarulhos (Brasil), Morón (Argentina), Córdoba (Argentina).

Intendentes: Mónica Fein, Sebastião Almeida, Lucas Ghi, Ramón Javier Mestre.

Responsáveis de subcoordenações: Nidia Garber, Moacir Souza, Luis Eduardo Dermartini, Brenda Austin.

Objetivos Prioritários:

Objetivo Geral: Promoção de Políticas Educativas para a Primeira Infância.

Objetivos específicos:

Promover o desenvolvimento de ações que tendam à instalação de políticas públicas que considerem aos meninos e meninas como sujeitos de direito e que compreenda, em consequência, à educação para as crianças pequenas como tal.

Definir uma agenda de temas para debater e compartilhar, que suponha um enfoque integral para compreender a complexidade do tema, desde uma abordagem interdisciplinar que incorpore o conjunto das dimensões do desenvolvimento infantil; do lugar das famílias; das redes intersetoriais; da cooperação entre o setor público e o privado, particularmente no âmbito municipal; o lugar e as competências dos municípios no atendimento à primeira infância, entre outros.

CAPÍTULO 6

Instâncias de Mercocidades

Gerar espaços de troca de boas práticas de educação em primeiras infâncias a partir da ideia da replicabilidade no que se refere aos princípios ou fundamentos acerca da concepção da Primeira Infância e das políticas, porém com a necessária contextualização para que cada Município recupere ações em curso e as complemente ou amplie.

Reuniões e/ou Instâncias de Trabalho:

Reunião, 29 de outubro de 2015, no âmbito das jornadas de “Educação Para a Primeira Infância e Governos Locais” realizadas nos dias 29 e 30 de outubro, em Santa Fé.



CAPÍTULO 6

Instâncias de
Mercocidades

Atividades/Seminários:

No dia 30 de outubro se realizou na Cidade de Santa Fé o “Seminário para gestores de Governos locais em educação para a primeira infância”, com o objetivo de gerar espaços de troca de boas práticas -de educação em primeiras infâncias e na infância- desde a ideia da replicabilidade. Deste modo cada Município poderá recuperar ações em curso, complementar-las e ampliar-las. Ao mesmo tempo, aprofundou algumas dimensões constitutivas e emergentes da política em questão, isto é: “a arquitetura dos espaços educativos destinados à primeira infância”, “a saúde e a promoção social”, “a igualdade de tratamentos e oportunidades às mães de meninos e meninas.”

COMISSÃO DE ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA (CESS)

Ciudad coordinadora: Posadas, Argentina.

Intendente: Orlando Ramón Franco.

Responsável pela coordenação: Claudio Aguilar.

Cidade subcoordenadora: Osasco (Brasil).

Prefeito: Jorge Lapas.

Responsável de subcoordenação: Luciano Jurcovichi.

COMISSÃO DE FOMENTO DE NEGÓCIOS (CFN)

Cidade coordenadora: Santa Fe, Argentina.

Intendente: José Manuel Corral.

Responsável pela coordenação: José María Chemes.

Cidade subcoordenadora: Pergamino (Argentina).

Intendentes: Omar Pacini.

Responsable de subcoordinación: Araceli Campisteguy.

Reuniões e/ou Instâncias de Trabalho:

Reunião da Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local em conjunto com a Comissão de Fomento de Negócios, 3 de dezembro de 2014, Rosário, Argentina.



Reunião de Fomento de Negócios em Santa Fé, junho 2015.

Primeira reunião do ano da Comissão de Fomento de Negócios, 29 de junho de 2015, Santa Fé, Argentina.

Segunda reunião de Fomento de Negócios “Juntos fazemos Pergamino internacional”, de 11 a 12 de setembro, Pergamino, Argentina.

UNIDADE TEMÁTICA DE GÊNERO E MUNICÍPIO (UTGM)

Cidade coordenadora: 2014 Canelones, Uruguay - 2015 Quilmes, Argentina.

Intendente: Yamandú Orsi, Francisco Gutiérrez

Responsável pela coordenação: Arceli Delgado, Paula Gutiérrez Apolito

Cidades subcoordenadoras: Avellaneda (Argentina), Recife (Brasil), Pergamino (Argentina).

Intendentes: Jorge Ferraresi, Geraldo Julio, Omar Pacini.

Responsáveis de subcoordenações: Elizabeth Severien, Cecilia Gonzalez, Romina Yaryura, Arceli Delgado, Paula Gutiérrez Apolito (2014).

Objetivos Prioritários:

Eixos de trabalho definidos:

Gênero e Deficiência Física; Mulheres Rurais, Tráfico de Pessoas, Participação Política das Mulheres, Gênero e Educação com base na Educação Sexual Integral.

Reuniões e/ou Instâncias de Trabalho:

Reunião Anual da Unidade Temática de Gênero e Município, no âmbito da XIX Cúpula de Mercocidades, dia 3 de dezembro de 2014, Rosário, Argentina.

CAPÍTULO 6
Instâncias de
Mercocidades

Reunião anual UTGM, nos dias 28 e 29 setembro de 2015, Quilmes, Argentina.

Seminário com temáticas definidas nos eixos prioritários para 2015.

Convite à Unidade Temática de Educação e ao Grupo de Deficiência Física e Inclusão.

Atividades/Seminários:

Ano 2014:

Em Pergamino se apresentou uma pesquisa realizada sobre o tema Sexualidade e Deficiência Física com referentes da Intendência de Montevideu e do Ministério de Desenvolvimento Social do Uruguai.

A Coordenadora da UTGM representante de Canelones participou em La Rioja do Primeiro Encontro Latino-Americano de Mulheres Rurais, com a participação de mulheres rurais e de povos originários de vários países da América Latina.

Desenvolveu-se em Canelones, Uruguai, um seminário sobre Orçamentos Sensíveis ao Gênero, onde participou uma delegação de referentes de políticas de gênero da América Latina, organizado pela União Ibero-Americana de Municipalistas.

Ano 2015:

Participação da reunião anual da UT Juventudes, setembro.

Cidades participantes das Atividades/seminários/reuniões/instâncias de trabalho:

Argentina: Pergamino, Malvinas Argentinas, Avellaneda, Salto, Rosario, Quilmes, San Nicolás, Rio Tercero, Realicó.

CAPÍTULO 6
Instâncias de
Mercocidades

Brasil: Contagem, São Paulo, Belo Horizonte, Jabotão dos Guararapes, Recife.

Chile: Coquimbo, Osorno.

Paraguai: Asunción.

Uruguai: Montevideú, Canelones.

Conclusões:

Trabalha-se na formação de uma equipe coordenadora com mais participação das subcoordenações, para possibilitar uma maior visibilidade da Unidade Temática nos diferentes municípios, incluindo a todos os que alguma vez participaram da Unidade Temática.



Reunião de Gênero e Município em Quilmes, setembro 2015.

UNIDADE TEMÁTICA DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA (UTIF)

Cidade coordenadora: Bagé (Brasil), Rosario (Argentina).

Intendente: Luis Eduardo Colombo, Mónica Fein.

Responsável pela coordenação: Luis Eduardo, Dudu Colombo, Sergio Barrios.

Cidades subcoordenadoras: Quilmes (Argentina), Porto Alegre, (Brasil), Asunción (Paraguay).

Intendentes: Francisco Gutiérrez, Jorge Fortunati, Armando Samaniego

Responsáveis de subcoordenações: Rodrigo Corradi, Gustavo Pol.

Reuniões e/ou Instâncias de Trabalho:

Reunião da Unidade Temática de Integração Fronteiriça, 25 de setembro de 2015, em Porto Alegre, Brasil. O objetivo da discussão foi as medidas para o desenvolvimento das zonas fronteiriças dentro do processo de integração regional do MERCOSUL. Neste âmbito se apresentaram propostas dirigidas a criação de regiões de cooperação transfronteiriças e de consórcios públicos de fronteira, também se realizou um debate sobre a necessidade de criar legislações específicas para as zonas fronteiriças dos países do MERCOSUL.

Atividades/Seminários:

Encontro organizado de forma conjunta entre a UTIF e a coordenação do Brasil do FCCR. Um dos resultados da reunião foi avançar em ampliar a discussão sobre a redefinição do conceito de fronteira, com vistas a integração regional e concebendo as fronteiras como espaços de direitos. Promover a importância dos governos locais de fronteira na gestão e no desenvolvimento de competências em seus

CAPÍTULO 6
Instâncias de
Mercocidades

territórios, com o fim de conciliar os interesses da cidadania, considerando que não sempre coincidem as políticas nacionais, com as necessidades e prioridades locais. Continuar articulando ações com o Grupo de Trabalho de Integração Fronteiriça do Foro Consultivo de Cidades e Regiões do MERCOSUL. Avançar em 2016 com propostas para apresentar ante o MERCOSUL, de políticas públicas específicas na temática, e de alterações em legislações nacionais.

Cidades participantes das atividades/ seminários/ reuniões/ instâncias de trabalho:

Brasília (Presidência da República do Brasil/SAF), Porto Alegre, Santa Vitória do Palmar, Uruguiana e Quilmes.



Reunião de Integração Fronteiriça em Porto Alegre, setembro 2015.

UNIDADE TEMÁTICA DE JUVENTUDES (UTJ)

Cidade coordenadora: Avellaneda, Argentina.

Intendente: Jorge Ferraresi

Responsável pela coordenação: Julio Rodríguez

Cidades subcoordenadoras: São Paulo (Brasil), Rosario (Argentina),
Medellín (Colombia).

Intendentes: Fernando Haddad, Mónica Fein, Aníbal Gaviria Correa.

Responsáveis de subcoordenações: Kelly Komatsu, Guillermo
Lasala, Valeria Mejía Echeverría.

Objetivos Prioritários:

Troca de experiências locais transversais da área juventude.

Lograr participação de experiências locais transversais da área
juventude.

Debates e Acordos sobre:

Juventude e Democracia.

Juventude e Compromisso Social e Político.

Juventude e Ampliação e Empoderamento de Direitos.

Juventude e Integração Regional.

CAPÍTULO 6

Instâncias de Mercocidades

Reuniões e/ou Instâncias de Trabalho:

Três reuniões anuais UTJ com objetivos de avaliação, incorporação, acompanhamento e capacitação.

Um encontro anual de jovens.

Vinculação e participação em atividades da Unidade Temática de Cultura e na Unidade Temática de Educação de Mercocidades.

Participação em ações conjuntas de Mercocidades e Universidades da região.

Vinculação com direções e/ou institutos da área juventude do MERCOSUL e da UNASUL.

Atividades/Seminários:

Reunião e Encontro da UTJ no Âmbito do Encontro Nacional de Juventudes do Brasil “Encontro: Juventudes – seus direitos, desafios e perspectivas para o próximo período”, 6 e 7 de maio 2015, em Brasília, Brasil.

Reunião da Unidade Temática de Juventudes de Mercocidades: “Ampliação de Direitos, Inclusão, Protagonismo Social e Político dos Jovens da América do Sul, avanços e esperanças”, 17, 18 e 19 de setembro de 2015, em Avellaneda, Argentina.

Mesa Redonda: Integração Regional, Papel do Parlasul
Apresentação da Lei de Promoção das Juventudes, Argentina
Ampliação de Direitos, Gênero e Diversidade
Direitos Humanos e aprofundamento da democracia
Compromisso Social e Políticos dos jovens

Cidades participantes das Atividades/seminários/reuniões/instâncias de trabalho:

Argentina: Pergamino, Rojas, Necochea, Saladillo, Quilmes, Santa Fé, Morón, Buenos Aires, Avellaneda, Rosário, Lomas de Zamora.

Bolívia: La Paz.

Brasil: São Paulo, Brasília, Mauá, São Luiz do Maranhão, Mossoró, Rio Claro.

Peru: Trujillo, Parcona-Ika, La Esperanza,

Uruguai: Canelones, Paysandú, Montevideu, Pando, San José de Mayo.

Conclusões:

Documento final do Encontro Declaração dos Jovens Sul-Americanos: “Juventudes do Sul, é um momento em que nosso norte se constrói a partir do sul”, Unidade Temática de Juventudes de Mercocidades. Encontro de 31 de julho a 1º de agosto, Avellaneda, Argentina.

“El Rol de los Jóvenes en las Nuevas Democracias y en la Integración regional” / “Função da Juventude nas Novas Democracias e Integração Regional”, documento contemplado no relatório de gestão 2014.

Documento em elaboração conjunta pelos 20 anos de Mercocidades para ser apresentado na Cúpula de São Paulo, em novembro de 2015. “Mercocidades 20 anos – Desafios para a Integração, uma Visão desde as Juventudes”.

Resolve-se realizar a próxima reunião da UTJ no contexto da Cúpula e da Assembleia do mês de novembro de 2015, em São Paulo, na mesma se resolverá oficialmente as responsabilidades de coordenação e subcoordenações para o próximo período 2015-2016, a

CAPÍTULO 6
Instâncias de
Mercocidades

confeção dos objetivos e o plano de ação para o biênio 2015-2017 no contexto dos 20 anos de Mercocidades e, a apresentação oficial do documento “Mercocidades 20 anos – Desafios para a integração, uma visão desde as juventudes”.



Reunião de Planificação Estratégica e Áreas Metropolitanas em Canoas, julho de 2015.

UNIDADE TEMÁTICA DE PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA E ÁREAS METROPOLITANAS (UTPEAM)

Cidade coordenadora: Quilmes, Argentina.

Intendente: Francisco Gutiérrez

Responsável pela coordenação: Lucrecia Monteagudo y Gonzalo Pérez

Cidades subcoordenadoras: Posadas (Argentina), El Bosque (Chile), Canoas (Brasil), São Paulo (Brasil), Morón (Argentina).

Intendentes: Orlando Franco, Sadi Melo Moya, Jairo Jorge, Fernando Haddad, Lucas Ghi.

Responsáveis de subcoordenações: Luis Enrique Lichowski, Cláudio Sule, Deise Martins, Analía Mandirola, Reinaldo de Freitas, Luciano Jurcovichi.

Objetivos Prioritários:

Consolidar o grupo de cidades que compartilhamos a necessidade da planificação estratégica das áreas metropolitanas e das cidades de periferia.

Seguir gerando espaços de reflexão e construção de ferramentas que contribuam com o delineamento e a execução de planos estratégicos regionais que possam ser publicados e difundidos.

Insistir em nosso trabalho de instalar na agenda pública a necessidade da planificação estratégica das áreas metropolitanas.

Reuniões e/ou Instâncias de Trabalho:

Reunião de coordenação e subcoordenação, 18 de maio de 2015, Quilmes, Argentina.

Primeira Reunião da Unidade Temática, 9 de julho de 2015, Canoas, Brasil.

Segunda Reunião da Unidade Temática, 20 de agosto de 2015, Posadas, Argentina.

Atividades/Seminários:

Seminário de Troca de experiências. Consórcio Metropolitano de Porto Alegre, no âmbito da Primeira Reunião da Unidade Temática, em Canoas, Brasil, 9 de julho de 2015.

Seminário “Ferramentas para a participação cidadã” no âmbito da Segunda Reunião da Unidade Temática, Posadas, Argentina, 20 de agosto de 2015.

Cidades participantes das Atividades/seminários/reuniões/instâncias de trabalho:

Argentina: Quilmes, Esteban Echeverría, Posadas e Morón.

Brasil: Canoas, São Paulo, Porto Alegre.

Chile: Pedro Aguirre Cerda.

França: Nanterre.

Moçambique: Matola.

Paraguai: Asunción, Encarnación.

Uruguai: Montevideú.

CAPÍTULO 6

Instâncias de Mercocidades

Conclusões:

Acreditamos que cumprimos com o principal objetivo de consolidar um grupo de cidades para compartilhar a necessidade da planificação estratégica das áreas metropolitanas e das cidades de periferia. Com as atividades e seminários realizados contribuimos para colocar na agenda a reflexão e construção de ferramentas que contribuam com o delineamento e a execução de planos estratégicos regionais. Esperamos para a próxima Cúpula de Mercocidades em São Paulo, poder ter imprimido uma publicação que mostre todo o trabalho realizado.



Reunião de Planificação Estratégica e Áreas Metropolitanas em Canoas, julho de 2015.

UNIDADE TEMÁTICA DE SEGURANÇA CIDADÃ (UTSC)

Cidade coordenadora: Pergamino, Argentina.

Intendente: Omar Pacini

Responsável pela coordenação: Romina Viale

Cidades subcoordenadoras: Tandil (Argentina), Canoas (Brasil), Morón (Argentina).

Intendentes: Miguel Angel Lunghi, Jairo Jorge da Silva, Lucas Ghi.

Responsáveis de subcoordenações: Marcos Nicolini, Deise Martins, Juan Carlos Martínez.

Objetivos Prioritários:

Fortalecer o trabalho da UTSC no interior da Rede de Mercocidades, com uma ativa e mantida participação das cidades e do trabalho transversal com outras instâncias da Rede.

Estabelecer laços com outras instâncias e organismos, que no nível regional trabalhem em torno à segurança cidadã, gerando instâncias de diálogo e reflexões conjuntas.

Continuar desenvolvendo espaços de reflexão e troca de experiência em torno a temáticas relevantes e sensíveis para nossos governos locais vinculadas à segurança cidadã.

Reuniões e/ou Instâncias de Trabalho:

Jornada de Trabalho “A Insegurança Viária: as políticas dos governos locais”, que se realizou na cidade de Tandil, no dia 11 de junho, no âmbito da comemoração do Dia Mundial da Segurança Viária.

CAPÍTULO 6

Instâncias de Mercocidades

Durante o encontro se debateu sobre a problemática viária nas cidades, considerando-a um aspecto central da “insegurança” para os habitantes dos territórios. A abordagem se fez a partir da apresentação de vídeos que mostravam diferentes aspectos da mobilidade urbana, onde se observavam diversas fraquezas vinculadas ao comportamento dos usuários da via pública em seus papéis de pedestres, passageiros ou condutores de veículos particulares, transporte público e privado de passageiros ou carga, assim como as relacionadas com a infraestrutura urbana e os controles tanto por parte de agentes como de meios tecnológicos.

Atividades/Seminários:

Manutenção do site web da UTSC.

Difusão da segunda publicação conjunta “A Segurança Como uma Construção Coletiva”; confecção e difusão de um boletim virtual para visibilizar as experiências das cidades participantes em torno à segurança cidadã, assim como os resultados do encontro anual realizado na cidade de Tandil.

Jornada “A Segurança Democrática e os Direitos Humanos: experiências inovadoras de governos locais”, 3 de julho de 2015, Morón, Argentina, realizada no âmbito da divulgação do Projeto de Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul, celebrado entre o Município de Morón e a Prefeitura de Canoas, da Reunião da Comissão de Direitos Humanos da Rede de Mercocidades e do 15º Aniversário da Casa da Memória e da Vida.

Cidades participantes das Atividades/seminários/reuniões/instâncias de trabalho:

Argentina: Aguilares, Pergamino, Morón, Tandil, Bragado e Balcarce.

Brasil: Porto Alegre.

Colômbia: Medellín.

Peru: Jesús Maria.

Uruguai: Montevideú e Rocha.

Conclusões:

O principal encontro que se gestou no âmbito da UTSC foi de grande importância para poder consolidar a abordagem da segurança viária como componente prioritário da segurança cidadã. Não só se constituiu como um espaço de diálogo e troca de experiências senão que também se materializou em um documento, a ser elevado ao Conselho da Rede, o qual contém propostas para abordar a insegurança viária das Mercocidades.

UNIDADE TEMÁTICA DE TURISMO (UTT)

Cidade coordenadora: Córdoba, Argentina

Intendente: Ramón Javier Mestre

Responsável pela coordenação: Analía Righetti

Cidades subcoordenadoras: Buenos Aires (Argentina), Porto Alegre (Brasil) Maldonado (Uruguay).

Intendentes: Mauricio Macri, José Fortunati, Oscar de Los Santos/ Enrique Antia

Responsáveis de subcoordenações: Luis Fernando Moraes, Mónica Kapusta, Álvaro Bertoni.

CAPÍTULO 6

Instâncias de Mercocidades

Objetivos Prioritários:

1. Concretizar a criação do Instituto de Turismo de Mercocidades (ITM). Permitirá dar continuidade no tempo, financiar e concretizar as atividades da UTT.
2. Implementação de uma estratégia de comunicação institucional da UTT, para acordar e desenhar delineamentos de ações a seguir para fortalecer o turismo regional.
3. Consensualizar a imagem da Marca Turística Regional de Mercocidades/América do Sul.
4. Promover a melhora na conectividade dos destinos turísticos, por seu papel estratégico no desenvolvimento turístico e na viabilidade dos corredores internacionais de Mercocidades e oferta turística integrada.
5. Prosseguir com a identificação e fortalecimento das ofertas turísticas locais a partir do intercâmbio e da articulação com os municípios integrantes da UTT, dinamizando com isso a economia da região e a visualização do destino América do Sul no contexto internacional.
6. Ampliar e fortalecer a realização dos Calendários de eventos de cidades membros da Rede de Mercocidades e elaborar o do ano 2016.
7. Continuar e realizar ações pontuais no desenvolvimento de programas de intercâmbio e melhoramento contínuo dos recursos humanos e técnicos, tendentes à melhora da qualidade de serviço e competitividade da região.
8. Aprofundar e promover as associações público/público, público/privado e privados/privados, através de acordos bilaterais e multilaterais de cooperação técnica e promoção conjunta e cruzada.
9. Implementar a plataforma do Sistema de Informação Geográfico Turístico (SIGT) desenhado no âmbito conceitual de “Turismo Sem Fronteiras”.
10. Promover o intercâmbio de estatísticas entre os municípios integrantes da UTT, para avançar na construção de uma base de dados que facilite a construção de indicadores básicos e comparáveis, que contribuam para o delineamento de políticas mais eficientes e o seguimento do impacto do turismo na região.
11. Incentivar a difusão das estatísticas turísticas, promovendo o direito cidadão de acesso à informação.

Reuniões e/ou Instâncias de Trabalho:

Reuniões da Unidade Temática de Turismo:

18 em junho 2015 em Foz de Iguaçu, no âmbito do Festival de Turismo das Cataratas.

16 e 17 de setembro em Curitiba, no âmbito do 9º Congresso de Turismo de Mercocidades.

27 de setembro em Buenos Aires, durante a Feira Internacional de Turismo.

Atividades/Seminários:

Apresentação do Instituto Internacional de Turismo de Mercocidades no “Encontro de gestores de turismo do Paraná”, 5 e 6 de março de 2015, Curitiba, Brasil.



Reunião de Turismo em Foz de Iguaçu, junho de 2015.

CAPÍTULO 6
Instâncias de
Mercocidades

9º Congresso de Turismo de Mercocidades “Turismo sem Fronteiras para o próximo quinquênio 2016-2021”, 16 e 17 de setembro de 2015 em Curitiba, Brasil.

Neste evento, co-organizado com a Câmara Empresarial do Turismo do Paraná (Fecomércio), se iniciaram as atividades do Instituto de Turismo de Mercocidades (ITM).

Assim mesmo, cabe destacar que o Congresso concluiu com a assinatura de uma importante carta de intenções entre Mercocidades e a Câmara Empresarial do Turismo do Paraná, Brasil, Fecomércio PR.

AVALIAÇÃO E RANKING

Instância Temática	Plano	Atividades	Produtos	Participação	Total	Categoria
Desenvolvimento Social	1	2	1	2	6	Ativo
Juventudes	2	2	0	2	6	Ativo
Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	2	2	1	Sem informação	5	Ativo
Cultura	2	2	1	2	7	Proativo
Segurança Cidadã	2	1	1	2	6	Ativo
Educação	2	1	1	1	5	Ativo
Gênero e Município	1	2	1	2	6	Ativo
Planificação Estratégica e Áreas Metropolitanas	2	2	1	2	7	Proativo
Desenvolvimento Econômico Local	0	2	1	1	4	Mínimo
Desenvolvimento Urbano	1	1	1	2	5	Ativo
Deficiência Física e Inclusão Social	0	2	1	1	4	Mínimo
Cooperação Internacional	0	1	2	2	5	Ativo
Autonomia, Gestão e Participação	0	1	1	2	4	Mínimo
Ciência e Tecnologia	0	1	1	2	4	Mínimo
Esportes	2	1	2	2	7	Proativo
Economia Social e Solidária	0	0	0	0	0	Paralisado

CAPÍTULO 6
Instâncias de
Mercocidades

Fomento de Negócios	0	2	1	2	5	Ativo
Direitos Humanos	0	1	1	2	4	Mínimo
Integração Fronteiriça	0	1	1	1	3	Mínimo
Turismo	2	2	2	2	8	Proativo

O seguinte quadro mostra o lugar e o mês em que as instâncias temáticas de Mercocidades realizaram suas reuniões

TEMÁTICA	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Rosário, Argentina.										Santa Fé, Argentina	
Autonomia, Gestão e Financiamento Municipal							Canoas, Brasil					
Comunicação	Rosário, Argentina.			Rosário, Argentina / Montevideú, Uruguai.					Montevideú, Uruguai.			
Ciência, Tecnologia e Capacitação				Santa Fe, Argentina.								
Comissão de Direitos Humanos	Rosário, Argentina.							Morón, Argentina				
Cultura	Rosário, Argentina.							Coquimb, Chile.			Buenos Aires, Argentina	
Grupo de Trabalho de Cooperação Internacional	Rosário, Argentina.			Montevideú, Uruguai.					Montevideú, Uruguai.			
Grupo de Trabalho em Cultura do Esporte, da Atividade Física e da Recreação				Valparaíso, Chile.						Parcona, Peru.		
Grupo de Trabalho de Integração Fronteiriça										Porto Alegre, Brasil		
Desenvolvimento Econômico Local	Rosário, Argentina.							Santa Fé, Argentina				
Desenvolvimento Social	Rosário, Argentina.			Esteban Echeverría, Argentina.						Esteban Echeverría, Argentina.		
Grupo de Deficiência Física e Inclusão	Rosário, Argentina.			Montevideú, Uruguai		Villa Carlos Paz, Argentin.						
Desenvolvimento Urbano											Zárate, Argentina	
Educação	Rosário, Argentina.										Santa Fé, Argentina	
Gênero e Município	Rosário, Argentina.								Quilmes, Argentina.			
Juventudes	Rosário, Argentina.					Brasília, Brasil.				Avellaneda, Argentina.		
Planificação Estratégica	Rosário, Argentina.						Canoas, Brasil.		Posadas, Argentina.			
Segurança Cidadã	Rosário, Argentina.						Tandil, Argentina.					
Fomento de Negócios	Rosário, Argentina.					Santa Fé, Argentina		Santa Fé, Argentina		Pergamino, Argentina.		
Turismo	Rosário, Argentina.						Foz do Iguaçú, Brasil			Cunilba, Brasil. / Buenos Aires, Argentina.		

Nota: As reuniões a se realizar no âmbito da Cúpula em São Paulo, Brasil, serão incluídas no próximo relatório anual. (Este quadro foi enviado em um Excel como anexo)

REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETIVA, MARÇO DE 2015 EM ROSÁRIO

A intendente de Rosário e secretária executiva de Mercocidades, Mónica Fein, presidiu junto ao diretor de Relações Internacionais, Sergio Barrios, a reunião da Comissão Diretiva de Mercocidades, realizada em Rosário, nos dias 5 e 6 de março de 2015.

O encontro contou com a participação de representantes de São Paulo, Porto Alegre e Montevideú. Com vistas na preparação da reunião de coordenadores e subcoordenadores das distintas instâncias temáticas da Rede a se realizar em Montevideú de 18 a 20 de março.

Encabeçaram as delegações participantes: Leonardo Barchini, secretário de Relações Internacionais da Prefeitura Municipal de São Paulo; Ruben García, diretor da Divisão de Relações Internacionais e Cooperação de Montevideú; Jorge Rodríguez, coordenador da Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades e Ronaldo Garcia, secretário adjunto de Relações Internacionais da prefeitura de Porto Alegre.

Em apoio às jornadas de trabalho, e em consonância com os compromissos assumidos pela Secretaria Executiva de Rosário, participaram do que foi a discussão e planejamento da reunião de coordenadores e subcoordenadores de temáticas da Rede, grande parte das autoridades da cidade, das áreas do gabinete de governo, Comunicação Social, Agência de Mobilidade e Segurança Viária, Saúde e Serviços Públicos, Meio Ambiente, Planejamento, Economia Solidária, Cultura e Educação, Produção e Desenvolvimento Local, Turismo, Gênero e Inclusão, Deficiência Física, Juventude, Recreação e Esportes, entre outros.

Durante estes dois dias de trabalho, se adotaram as seguintes resoluções: estabelecer as pautas para a reunião de coordenadores e subcoordenadores de temáticas de Mercocidades, que se realizou em Montevideú, nos dias 18, 19 e 20 de março. Debateu-se a ideia da criação do Instituto do Turismo de Mercocidades, a partir da proposta da Unidade Temática de Turismo, com a intenção de promover

CAPÍTULO 6

Instâncias de Mercocidades

a cooperação e o desenvolvimento do turismo. Estabeleceu-se a data da próxima Cúpula que se realizará em São Paulo nos dias 9, 10 e 11 de novembro (que finalmente se fixou de 12 a 14 de novembro); se convidou para participar da mostra de Ciência e Tecnologia de Mercocidades que se realizou em Santa Fé, de 25 a 27 de março; se apresentaram os delineamentos comunicacionais para a apresentação do novo logotipo de Mercocidades.

Assim mesmo, se apresentou o Projeto de Mercocidades recentemente aprovado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, “Rede Urbana para o Desenvolvimento e a Inovação Municipal”; se



Reunião da Comissão Diretiva em Rosário, março de 2015.

acordou uma posição política comum a modo de incidir na III Conferência da ONU-Hábitat III. Trocaram-se opiniões sobre a coordenação do Comitê de Municípios do Foro, no exercício de Rosário na qualidade de Secretaria Executiva de Mercocidades. Recebeu-se um relatório da participação da intendente Mônica Fein, na XV Reunião

Plenária do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR), que se realizou no âmbito da 47ª Cúpula de Chefas e Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados na cidade de Paraná, Entre Rios, em dezembro de 2014.

REUNIÃO DE COORDENADORES E SUBCOORDENADORES DE INSTÂNCIAS TEMÁTICAS E FÓRUM “INCIDÊNCIA GLOBAL DAS CIDADES”, MARÇO DE 2015 EM MONTEVIDÉU

A reunião de coordenadores e subcoordenadores é uma atividade que se faz anualmente. Este ano se realizou no âmbito do “Fórum Internacional: Incidência Global das Cidades”, organizado conjuntamente por Mercocidades, pelo Observatório de Cooperação Descentralizada (OCD), pelo Projeto ALLAs, pela Coligação Latino-Americana de Cidades contra o Racismo, a Discriminação e a Xenofobia, e pela Intendência de Montevideú.

O Fórum foi uma atividade dentro da reunião de coordenadores e subcoordenadores, em que se enfatizou o contexto da Rede, que neste ano celebra seus 20 anos desde seu início em 1995. Seu propósito foi trabalhar, debater e refletir acerca dos desafios comuns e das oportunidades no contexto político atual. Para isso, o Fórum englobou uma série de atividades agrupadas em duas instâncias de trabalho, um debate comum entre todos os participantes do Fórum e atividades desenvolvidas paralelamente (algumas de caráter aberto e outras fechadas).

Em um contexto em 2015 e 2016 em que a comunidade internacional aprovou e aprovará algumas das agendas mais determinantes para a gestão dos processos de desenvolvimento na escala global, com efeitos até 2030. Em particular, a denominada Agenda Pós 2015, que incluiu a aprovação dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sus-

CAPÍTULO 6
Instâncias de
Mercocidades

tentável; e a Terceira Cúpula das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, Hábitat III, a se celebrar em Quito (Equador, 2016) na qual se concluirá a nova agenda urbana, ambas as instâncias foram o sustento para este Fórum junto à reunião de coordenadores das instâncias temáticas da Rede. Porém, é mais necessário ainda este debate, se consideramos que a nova agenda do desenvolvimento não se articula unicamente em torno a estas duas agendas. Em paralelo, a comunidade internacional está discutindo outras agendas de caráter mais específico ou setorial, que têm uma incidência clara nas cidades, nos territórios e nas políticas públicas que desenvolvem seus governos. Entre elas, o financiamento para o desenvolvimento, a eficácia da cooperação internacional, a mudança climática e a Agenda 21 da cultura.



Coordenadores e subcoordenadores de temáticas da Rede, Montevidéu, março 2015.

As jornadas de trabalho de 18 a 20 de março de 2015, na cidade de Montevidéu, tiveram dois espaços diferenciados. O primeiro com mesas temáticas abordando a agenda dos governos locais, para incidir nas agendas globais. Onde, como se disse anteriormente, se discute a nova agenda do desenvolvimento, a agenda urbana mundial, com as atividades mundiais da COP 21, o V Congresso de CGLU

CAPÍTULO 6

Instâncias de Mercocidades

e Hábítat III como focos principais. E o segundo com a reunião de coordenadores, onde se trabalhou na construção conjunta de ideias força que deem sustento às slogans ou campanhas que a partir de Mercocidades preveem se realizar desde seu aniversário número 20.

Fórum sobre a incidência global das cidades

Contou-se com um documento base¹, como uma colaboração realizada pelo Projeto ALLAs, do qual Montevideu e várias cidades de Mercocidades são sócias, onde se abordou as possibilidades e as ferramentas com que contam os governos locais para incidir na agenda global.

Nas distintas mesas do Seminário, se trocaram opiniões sobre o contexto da América Latina em um mundo globalizado, o estágio da integração regional nesse contexto latino-americano e mundial. Abordando a análise do diálogo entre a União Europeia e a América Latina, com a ideia de refletir se esse diálogo é uma estratégia compartilhada. Os temas da agenda que preocupam aos governos locais e que impactam no território a partir da adoção pela comunidade internacional dos compromissos sobre os ODS (objetivos de desenvolvimento sustentável), o financiamento do desenvolvimento, o impacto da mudança climática, a definição de uma nova agenda urbana. Grandes desafios propostos e tempos para pôr em prática os acordos e consensos de nossos debates. Para incidir nas decisões é necessário que como Rede possamos comunicar nossas propostas, que construímos de forma participativa e transparente, sobre a base do conhecimento e da legitimidade dos governos locais. Nesse sentido foi relevante o debate sobre cidade e cultura em um âmbito de desenvolvimento sustentável, sobre a ampliação de direitos e a convivência cidadã, como elementos indispensáveis para uma cidadania regional

1- O Documento Base do Fórum Incidência Global das Cidades, se encontra disponível em www.mercociudades.org

CAPÍTULO 6

Instâncias de Mercocidades

A organização das ideias

Na reunião de coordenadores se trabalhou nas ideias força da mensagem e do slogan, que mostrem e acompanhem os traços distintivos de Mercocidades, durante o trabalho dos próximos 2 anos.

Para isso, na manhã do dia 19 se realizou um intercâmbio entre os participantes sobre os conceitos que sustentaram 3 (três) slogans possíveis de se transformar em uma campanha de Mercocidades, com o fim de lograr o resultado desejado. Para isso, se partiu de uma apresentação da Secretaria Executiva de Mercocidades, incluindo as colaborações realizadas na XIX Cúpula de Mercocidades “A contribuição das cidades para o processo de ampliação dos direitos cidadãos no âmbito da integração regional”, em Rosário, em 2014, nos 5 eixos temáticos que estruturaram o debate:

- 1.- Inclusão Social
- 2.- Cidadania Regional
- 3.- Integração Produtiva
- 4.- Sustentabilidade
- 5.- Cooperação Internacional.

Depois se realizou uma breve apresentação do posicionamento da Rede nos temas de debate que se abordaram na primeira parte do trabalho (Seminário Internacional) e que se sustentam nos documentos de Mercocidades.

Estas apresentações foram sucedidas por um debate, que permitiu apresentar as opiniões dos coordenadores das instâncias temáticas, gerando-se um rico intercâmbio. Concluiu-se que Mercocidades empregou seu acionar com um relacionamento internacional a partir de seu desenvolvimento regional, desde um ponto de liderança, baseado em um relacionamento solidário, generoso, comprometido, leal, transparente, apegado a seus valores democráticos, promovendo uma cultura da integração

CAPÍTULO 6
Instâncias de
Mercocidades

regional, apostando a seu papel articulador para gerar uma incidência política na agenda regional e global.

Ao igual que todos os anos, se formulou um calendário de atividades da Rede, que depois de juntar as modificações e correções necessárias, permitiu consolidar seu calendário anual.

Além disso, se trabalhou em pequenas oficinas desde a perspectiva da agenda internacional de Mercocidades, para avançar no programa de cooperação sul-sul de Mercocidades. Nos acordos com ONU-Hábitat e no Instituto de Turismo de Mercocidades.



Abertura do Fórum “Incidência Global das cidades”, Montevideu, março 2015.

CAPÍTULO 6

Instâncias de
Mercocidades

Programa de Cooperação Sul-Sul

Com o apoio do Observatório de Cooperação Descentralizada, se apresentou o Estudo: “A cooperação Sul-Sul através das redes: o caso de Mercocidades”, por parte de Rodrigo Perpétuo, diretor adjunto de Relações Internacionais da Prefeitura de Belo Horizonte, Brasil. A partir desta apresentação se realizou uma reflexão conjunta, permitindo identificar os aprendizados e os elementos distintivos de Mercocidades para incorporar ao Programa.

ONU-Hábitat

No âmbito do Convênio firmado entre ONU-Hábitat (Rolac) e Mercocidades, se realizou a apresentação da situação do processo e as negociações para Hábitat III por parte do diretor do Escritório Regional com sede no Rio de Janeiro, Elkin Velázquez. Isto foi o disparador do debate, assim como uma chuva de ideias nas que se identificaram possíveis atividades a realizar em conjunto no âmbito do Convênio entre Rolac (Escritório Regional para América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos) e Mercocidades.

Intercâmbios transversais

A reunião de coordenadores contou com um espaço de transversalidade livre, para trocar ideias a partir dos eixos trabalhados, sobre as distintas atividades que se realizam desde as instâncias temáticas, como forma de promover o trabalho transversal nas Temáticas.

CAPÍTULO 6

Instâncias de Mercocidades

Propostas

Finalmente, o Grupo de Comunicação de Mercocidades, propôs uma metodologia de trabalho para o debate sobre 3 slogans como ideias força que comunicaram e mostraram o capital acumulado da Rede durante seus 20 anos de existência. A discussão se centralizou nas seguintes propostas: “20 anos de integração, projetando-se para o futuro”, “20 anos construindo caminhos de integração sem fronteiras”, “Realidades diversas, desafios comuns e ações conjuntas”.

Depois de um rico intercâmbio a proposta com maior aceitação foi a de “Realidades diversas, desafios comuns e ações conjuntas”. A discussão e as propostas foram consideradas por São Paulo, à cidade que assumirá a Secretaria Executiva de Mercocidades a partir da XX Cúpula, propondo finalmente o seguinte slogan: “Mercocidades 20 anos: cidades do futuro, desafios do presente”.

Como se ressaltou, o Fórum Internacional sobre Incidência Global das Cidades englobou uma série de atividades que se mencionam a continuação:

- Reunião de coordenadores e subcoordenadores de Unidades Temáticas, Comissão Diretiva e Secretarias Executiva e Técnica da Rede de Mercocidades (19 de março, de 9 a 13 horas e 20 de março de 15 a 17 horas, Sala de Plenários, Edifício MERCOSUL).
- Reunião do Observatório de Cooperação Descentralizada, (19 de março de 9 a 13 horas, Sala de Conferências, Edifício MERCOSUL).
- Oficina “A cooperação Sul-Sul, OCD –Mercocidades” (20 de março de 10h30min a 12 horas, Sala de Plenários, Edifício MERCOSUL).
- Terceiro Seminário Internacional “Modelos de gestão de resíduos nas cidades da América Latina” (19 a 21 de março de 9 a 18 horas, Sala de Presidentes, Edifício MERCOSUL).
- Reunião Comitê Executivo da Rede Latino-Americana de Gestão de Resíduos Sólidos (RELAGRES), (20 de março de 13 a 15 horas, Sala de Apoio, Edifício MERCOSUL).

CAPÍTULO 6

Instâncias de Mercocidades

- Seminário “O papel das cidades na luta contra a discriminação e a promoção dos Direitos Humanos”, organizado pela Coligação Latino-Americana de Cidades contra o Racismo, a Discriminação e a Xenofobia, (19 de março de 9 a 13 horas, Sala UNESCO do Edifício MERCOSUL) e reunião fechada da Coligação (20 de março, de 9 a 13 horas, Sala UNESCO do Edifício MERCOSUL).
- Lançamento do Projeto: Rede Urbana para o Desenvolvimento e a Inovação Municipal (BID).
- 7ª Oficina de Aprendizagem do Projeto ALLAs (19 e 20 de março, Sala de Imprensa do Edifício MERCOSUL).

É de mencionar que no âmbito do Projeto ALLAs, se adotaram as mensagens ALLAs, que mostram os aprendizados dos governos locais e suas estratégias de internacionalização. Estas mensagens estão disponíveis em www.proyectoallas.net



Mesa de intendentes, Montevideu, março 2015

CAPÍTULO 6

Instâncias de Mercocidades

O Fórum teve um momento onde as prefeitas da região participaram do painel “Os governantes e a agenda regional e global”, as intendentas de Rosário (Argentina) e Montevideu (Uruguai), junto à vice-prefeita de São Paulo (Brasil), manifestaram a necessidade de redobrar esforços para a construção de cidades com mais inclusão social e democracia participativa, em um contexto de integração regional solidário, destacando os logros da Rede Mercocidades nesta matéria.

O painel se realizou na quinta-feira 19 de março, às 18h30min horas na Sala de Presidentes do Edifício MERCOSUL.

REUNIÃO DO CONSELHO DE MERCOCIDADES, AGOSTO DE 2015 EM MONTEVIDÉU

O Conselho de Mercocidades se reuniu em duas oportunidades durante o período, na XIX Cúpula de Mercocidades, em dezembro de 2014 e em Montevideu, nos dias 27 e 28 de agosto de 2015, nesta última com a presença de delegações das cidades de Buenos Aires, Esteban Echeverría, Morón, Quilmes, Rosário, Santa Fé, Tandil e Zárate de Argentina; Canoas, Contagem, Osasco, Porto Alegre e São Paulo, de Brasil; El Prado de Chile; Canelones, Colônia, Lavalleja e Montevideu de Uruguai.

Durante o último Conselho em Montevideu, se apresentaram e desenvolveram vários temas da agenda, onde se enfatizou sobre a incidência global das cidades e seu posicionamento em temas de interesse local, regional e mundial, para a definição de uma nova agenda a se pactuar em 2016.

A Secretaria Executiva realizou um breve relatório da situação da Rede, abrangendo a situação política do MERCOSUL. Deu conta da participação da SE e da STPM nas reuniões de coordenadores do Foro Consultivo de Cidades e Regiões (FCCR). Ao mesmo tempo em

que incluiu uma resenha sobre a apresentação do posicionamento da Rede para HÁbitat III, em um evento realizado pela Secretaria de Assuntos Federativos da Presidência da República do Brasil, para a construção da posição nacional.

Também se apresentou o avanço pela UTT sobre o Instituto do Turismo de Mercocidades.

Outro tema destacado no relatório foi a participação da intendente de Rosário e secretária executiva de Mercocidades, Mónica Fein, entre os 60 prefeitos convocados pelo Papa Francisco para debater a Mudança Climática e as novas formas de escravidão moderna.

Depois do relatório se passou a tratar os pontos da agenda, produzindo-se um debate e decisões e acordos posteriores que se incorporaram a ata correspondente, disponível no site web de Mercocidades **www.mercociudades.org**

Os representantes das cidades apresentaram as distintas propostas de trabalho conjunto. Entre estas, se destacam os avanços na formulação do Programa de Cooperação Sul-Sul de Mercocidades, que contou com a realização de uma Oficina conjunta entre Mercocidades e o Observatório de Cooperação Descentralizada. E os avanços realizados pelo Grupo Aberto de Trabalho Permanente (GATP) para a formação de uma nova representação da América Latina em Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU).

Tomou-se conhecimento por parte do Conselho de Mercocidades das candidaturas das cidades de Buenos Aires (Argentina) e El Prado (Chile), para exercer a Secretaria Executiva de Mercocidades no período 2016-2017.

O Grupo de Comunicação apresentou o processo que se realizou para a adoção da nova imagem de Mercocidades. Informaram sobre a construção e aprovação das bases, da convocatória, das apresentações recebidas e da seleção, que finalmente colocaram

CAPÍTULO 6

Instâncias de Mercocidades

a consideração do Conselho. Este aprovou por aclamação com aplausos a nova imagem, o logotipo e os produtos de comunicação apresentados. Esta nova imagem institucional se inaugura no âmbito do 20º aniversário da Rede, a se celebrar em novembro de 2015.

O representante da Prefeitura de Porto Alegre apresentou o III Encontro de Cidades e Universidades, organizado por Mercocidades e pela Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM), que se realizará conjuntamente entre a Prefeitura de Porto Alegre e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O representante de Morón apresentou a II Assembleia Internacional do Fórum Mundial de Autoridades Locais de Periferia (FALP), “Cidades das periferias, territórios do futuro”, que se realizou em Morón, Argentina, nos dias 24 e 25 de setembro de 2015.



Reunião do Conselho de Mercocidades em Montevideu, agosto de 2015.

CAPÍTULO 6

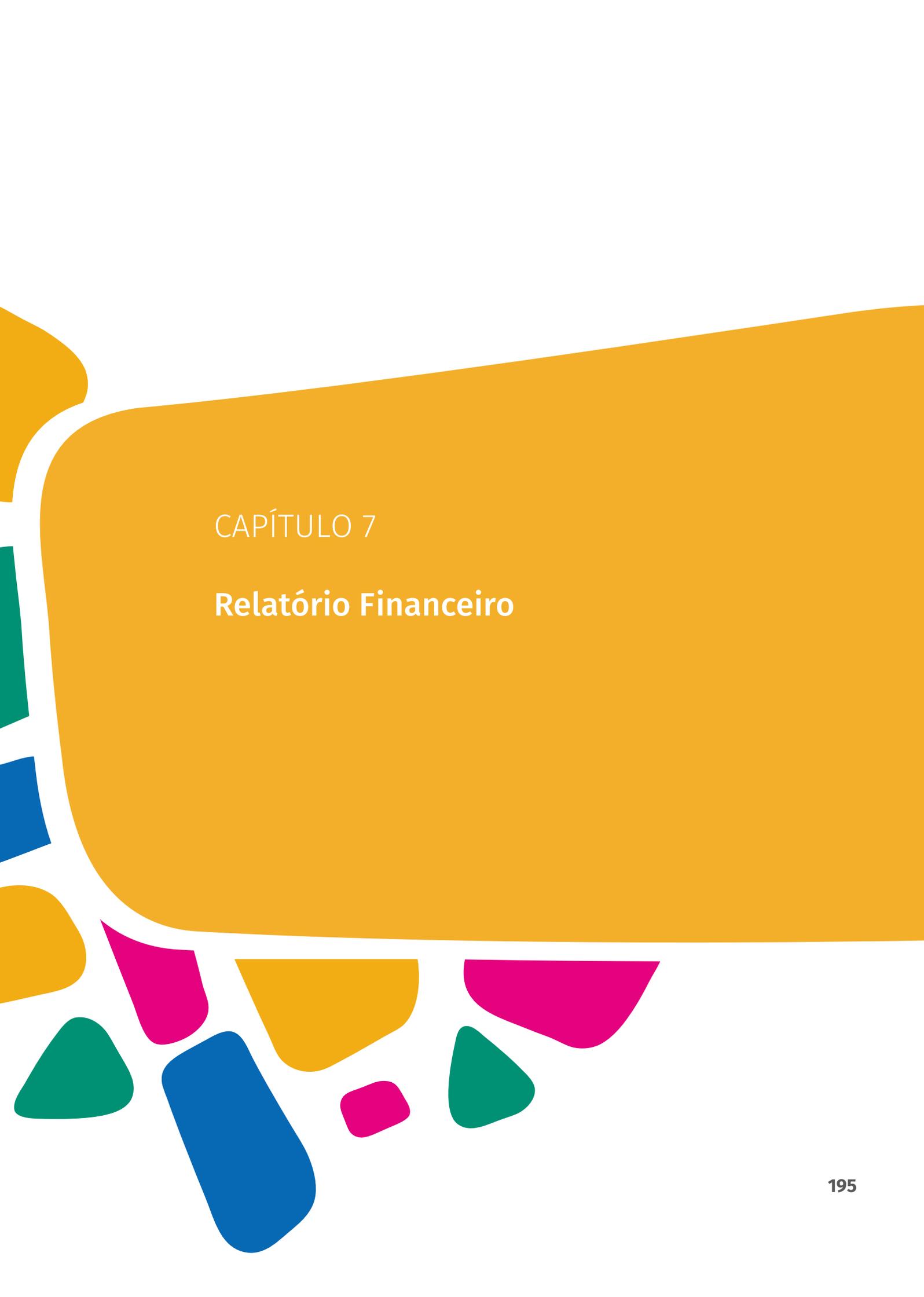
Instâncias de Mercocidades

O representante da cidade de Tandil apresentou a proposta da Unidade Temática de Segurança Cidadã de Mercocidades, resultado das Jornadas de “Insegurança Viária”, realizadas na cidade de Tandil nos dias 10 e 11 de junho de 2015.

O representante de Esteban Echeverría apresentou a iniciativa de firmar um Convênio com a Organização Não Governamental ADAPT-Chile. O principal objeto do mesmo é criar o âmbito de cooperação entre as duas instituições com o fim de promover, difundir, capacitar e assessorar aos governos locais associados, nos temas referentes à Mudança Climática, promovendo a colaboração na mudança climática entre municípios da América Latina.

Finalmente, se abordou a Declaração de Montevideu, que contou com o debate dos intendentes das cidades de Canelones, Colônia, Montevideu, Quilmes, El Prado e da vice-prefeita de São Paulo. Culminando, depois de incluir as distintas colaborações dos governantes, com a aprovação da mesma.

Leia a Declaração de Montevideu, na seção de Anexos desta publicação.



CAPÍTULO 7

Relatório Financeiro

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Durante o período 2014-2015 se executou o orçamento dentro das porcentagens estabelecidas para o período. Até o dia 31 de outubro se executou 99,78% do mesmo, porém, ficaram compromissos assumidos para efetuar o pagamento. As porcentagens aprovadas para o período se mostram no seguinte quadro.

Conceito	Ingressos	Egressos*
Ingresso porcentagem	100	
Administração Associação Civil Internacional Mercocidades		15
Política e projetos de Comunicação		25
Capacitação e Fortalecimento de Mercocidades		15
Apoio SE e STPM -		20
Atividades priorizadas por Mercocidades		25
Total en %	100	100

Para o período 2015-2016 se propõe manter as porcentagens de distribuição do orçamento.

O quadro do nível de execução do orçamento pode ser observado no seguinte quadro.

Conceito	Ingressos	Execução	% Execução	Diferença
Ingressos	63.732,80	63.593,95	99,78%	0,22%
Administração Associação Civil Internacional Mercocidades	9.559,92	8471,03	13,32%	1,68%
Política e projetos de Comunicação	15.933,20	20187,08	31,74%	-6,74%
Capacitação e Fortalecimento de Mercocidades	9.559,92	8811,60	13,86%	1,14%
Apoio SE e STPM -	12.746,56	11476,64	18,05%	1,95%
Atividades priorizadas por Mercocidades	15.933,20	14647,60	23,03%	1,97%

CAPÍTULO 7

Relatório Financeiro

Cidades que pagaram a prestação no período 2014-2015

ARGENTINA	BRASIL	COLÔMBIA	URUGUAI	BOLÍVIA
Buenos Aires	Canoas	Medellin	Canelones	La Paz
Concordia	Contagem		Florida	
Cordoba	Guarulhos		Lavalleja	
Esteban Echeverria	Guarulhos		Montevideú	
Morón	Guarulhos		Paysandú	
Pergamino	Rio de Janeiro		outra	
Posadas	São Paulo			
Quilmes				
Rio Grande				
Rio Grande				
Rosario				
Santa Fé				
Villa Carlos Paz				
	13	7	1	6
			Total	28

Rio Grande e Guarulhos realizaram o pagamento do período atual e anteriores.

Nos registros do Banco figura um pagamento de uma cidade do Uruguai, que não pudemos identificar antes do encerramento deste relatório.

No quadro aparecem só os países das cidades que pagaram prestações. É de destacar que algumas cidades estão fazendo os trâmites para seu pagamento e não chegaram a tempo para o encerramento do relatório. Também se valoriza positivamente que as cidades possam ir pagando mais prestações para cancelar dívidas anteriores.

Situação financeira até o dia 31 de outubro de 2015, expressa em U\$S (dólares americanos)

Conceito	Ingressos	Egressos	Saldo
Ingressos do período anterior	45461,86		45461,86
Ingressos do período anterior recebidos depois de 31/10/14	5623,37		51085,23
Ingresso por diferença de câmbio	129,43		51214,66
Envio relatório período 2013-14 Porto Alegre		267,64	50817,59
Plataforma Web-hosting		336,18	50481,41
Participação GCM-Cúpula		5205,90	45275,51
Participação CD no IX Fórum Ibero-Americano		2041,00	43234,51
Difusão XIX Cúpula Jornal La Capital+outros meios		4550,00	38684,51
Relatório Design impressão (espanhol e português)		8583,51	30101,00
Ingressos por prestações até 4 de fevereiro 17/4/15	38908,73		69009,73
Plataforma Web Hosting		337,93	68671,80
Capacitação IN Mercocidades Corpo Docente		4000,00	64671,80
Plataforma Web-hosting e atualização		406,48	64265,31
Assessoria Econômica Empresarial		121,48	64143,83
Encontro SE – STPM-CD e GCM		2454,60	61689,23
Coordenadores UTs, SE,CD e GCM - Fórum Incidência Global		2357,00	59332,23
Material difusão MC-Folhetos		2979,29	56352,94
Apoio a SE participação Fórum Incidência Global		430,00	55922,94
Plataforma Web - hosting e impressões		327,35	56025,59
Participação FCCR		2897,00	53128,59
Participação V Mostra de C e T		647,00	52481,59
Plataforma Web-hosting mudança do sistema administração		529,75	51951,84
Conexão alta velocidade portal Plataforma web		265,38	51686,46
Migração e atualização web		1589,27	50097,19
Plataforma Web-hosting		505,67	49591,52
Conexão alta velocidade portal Plataforma web		110,44	49481,08
Assessoria Econômica Empresarial		131,64	49349,44
Ingresso por prestações até 31/8/2015	20769,71		70119,15
Participação UTT		1605,80	68513,35
Diálogo Latino-Americano de Cidades Bogotá		186,00	68327,35
Bureau Executivo CGLU e GATP Porto Alegre		1252,79	67074,56
FCCR e FMDS Brasília		2596,33	64478,23
Migração e atualização web		1550,65	62927,58
Conselho Mercocidades Montevidéu colaboração extraordinária Rosário	3848,49		66776,07
Conselho Mercocidades Montevidéu*		4664,02	62410,54
Banner novo logotipo		182,67	62227,87
Grupo de Comunicação		1340,00	60887,87
Devolução impostos	76,44		60964,31
Adiantamento Relatório período 2014_2015		690,85	60273,46
Participação GATP Quito		3858,94	56414,52
Participação FCCR		1573,41	54841,11
Plataforma Web-hosting		328,25	54512,86
Conexão alta velocidade portal Plataforma web		219,51	54293,35
9º Congresso de Turismo		2194,00	52099,35
Assessoria Econômica Empresarial		129,11	51970,24
Participação SE em GATP Montevidéu		147,10	51823,14
Caixa Corrente			1035,00
Arredondamento			0,35
Total al 31/10/2015*	63732,80	63593,95	52858,49

* O Conselho de Mercocidades foi financiado de forma tripartite, Rosário, Mercocidades e Montevidéu.

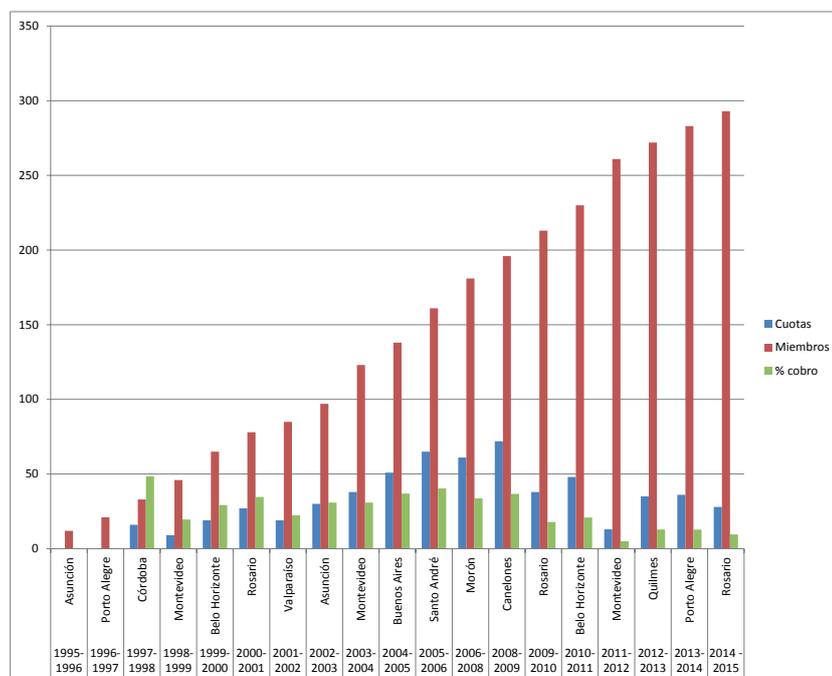
Há gastos comprometidos não pagos, design e impressão do relatório anual. Apoio a GCM para a participação na XIX Cúpula e gastos de difusão. Assessoramento e acompanhamento virtual da capacitação, etc.

CAPÍTULO 7

Relatório Financeiro

Quadro histórico de prestações

Período	SE	Prestação	Membros	% cobrança
1995-1996	Asunción	sem dados	12	0 %
1996-1997	Porto Alegre	sem dados	21	0 %
1997-1998	Córdoba	16	33	48 %
1998-1999	Montevideu	9	46	20 %
1999-2000	Belo Horizonte	19	65	29 %
2000-2001	Rosário	27	78	35 %
2001-2002	Valparaíso	19	85	22 %
2002-2003	Asunción	30	97	31 %
2003-2004	Montevideu	38	123	31 %
2004-2005	Buenos Aires	51	138	37 %
2005-2006	Santo André	65	161	40 %
2006-2008	Morón	61	181	34 %
2008-2009	Canelones	72	196	37 %
2009-2010	Rosário	38	213	18 %
2010-2011	Belo Horizonte	48	230	21 %
2011-2012	Montevideu	13	261	5 %
2012-2013	Quilmes	35	272	13 %
2013-2014	Porto Alegre	36	283	13 %
2014 -2015	Rosário	28	293	10 %
		36	promédio	26 %





CAPÍTULO 8

Cidades que solicitaram ingresso à Rede

CAPÍTULO 8

Cidades que solicitaram
ingresso à Rede

Argentina

Cidade: Loncopue

Intendente: Maria Fernanda Villone

Partido Político: Mpopular Neuquino

Mandato: 2015-2019

População: 8.213

Superfície: 80 km²

Brasil

Cidade: Campo Mourão

Prefeita: Regina Massareto

Partido Político: PR

Mandato: 2013-2016

População: 92.300

Superfície: 763.637 km²

Chile

Cidade: Talcahuano

Alcaide: Gastón Savedra

Partido Político: PSCH

Mandato: 2012-2016

População: 177.752

Superfície: 92.3 km²

Peru

Cidade: Nuevo Chimbote

Alcaide: Valentín Fernández Bazán

Partido Político: Vale Ancash

Mandato: 2015 - 2018

População: 137.235

Superfície: 389.7 km²

CAPÍTULO 8

Cidades que solicitaram
ingresso à Rede

Cidade: Nicasio
Alcaide: Roger Epifanio Chura
Partido Político: PDR
Mandato: 2015-2018
População: 4.900
Superfície: 134.35 km²

Cidade: Santa Lucía
Alcaide: Salvador Alejo Tunco
Partido Político: Restauración Nacional
Mandato: 2015-2018
População: 8.368
Superfície: 1595.65 km²

Cidade: Ocuvirí
Alcaide: Cosme Huaynacho
Partido Político: PDR
Mandato: 2015 - 2018
População: 3.500
Superfície: 724 km²

Cidade: Calapuja
Alcaide: David Barrantes
Partido Político: FADEP
Mandato: 2015-2018
População: 1.800
Superfície: 141 km²

Uruguai

Cidade: San Carlos
Intendente: Alba Rijo
Partido Político: Frente Amplo
Mandato: 2015 - 2020
População: 31.500
Superfície: 1.438 km²



CAPÍTULO 9

Desafios e perspectivas

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO

A participação dos governos locais no panorama regional e mundial, está tensionada pelas funções e responsabilidades que lhe impõem esta participação. Ou seja, hoje mais que nunca é necessário participar ativamente no processo de integração regional e na agenda global. Esta afirmação tem mantido que o futuro do planeta se vive hoje nas cidades e nas áreas urbanas. Por isso, a ação internacional dos governos locais é um instrumento para estimular o pensamento crítico e o debate público diante da pobreza, das desigualdades, da exclusão social, assim como dos desafios de sustentabilidade e de respeito às diversidades culturais.

¹ Mensagem Nº 10, das Mensagens do Projeto AL-LAS

“Os desafios dos governos locais nos espaços urbanos que enfrenta o planeta, a ação internacional, a cooperação entre territórios e o trabalho em rede, permitem ampliar a difusão e o andamento de boas práticas na construção de territórios mais atrativos, mais inclusivos e mais sustentáveis. Neste sentido, para serem atrativas, as cidades e os governos locais deverão superar a estreita visão do “marketing” e da publicidade como meios para se posicionar no mundo. Mais que slogan ou marca, um território constrói sua atratividade com base em um modelo e baseado na identidade coletiva. Assim como a sustentabilidade não é uma etiqueta. Apostamos por governos locais e uma cidadania comprometida e ativa na promoção da justiça social e ambiental, onde a cultura é um pilar fundamental deste desenvolvimento. Ante os desafios econômicos, sociais, culturais e ambientais, deve se dar ênfase na construção da cidadania ativa e na participação de todos os atores do território, aprofundando o exercício da democracia, o trato igualitário, e o Direito à Cidade”¹.

“Em um cenário de construção de agendas globais, historicamente monopolizado pelos governos nacionais, e onde resulta impossível medir a quantidade de todo tipo de atores de diversas natureza que pressionam por espaços de participação e incidência, é evidente que uma cidade por si só, por maior que seja, tem uma capacidade

CAPÍTULO 9

Desafios e perspectivas

limitada de influir internacionalmente. Diante desta evidência, as cidades devem ser capazes de unir esforços, ou seja, de gerar a massa crítica suficiente que lhes permita ser ouvidas. As redes de governos locais constituem uma ferramenta chave para a elaboração e implementação conjunta de estratégias de incidência política”².

“As redes, pelo geral, se articulam em torno a um duplo enfoque, interno e externo. Assim, externamente, a rede assegura a representação, o lobby e a busca de reconhecimento nas instituições internacionais; enquanto que internamente, a rede promove a cooperação técnica e o aprendizado de políticas públicas (policy learning) entre seus membros, facilita a adaptação destes ao ambiente político e normativo internacional e, deste modo, organiza a participação responsável das autoridades locais, com suas próprias competências, nos sistemas da governança global”³

² Documento Base do FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE INCIDÊNCIA GLOBAL DAS CIDADES, Montevideú, Uruguai, março de 2015.

³ Sánchez e Grasa, 2013: 88, em Publicação do FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE INCIDÊNCIA GLOBAL DAS CIDADES, Montevideú, Uruguai, março de 2015.

A dimensão local da atuação regional e global

A atuação principal de Mercocidades é na região, e por isso o duplo enfoque de trabalho interno-externo promove o desenvolvimento do potencial da Rede, para incidir no regional e participar como um ator relevante da região na agenda global.

Por isso, Mercocidades trabalha e desenvolve suas atividades, observando, analisando e interpretando o cenário regional, principalmente, mas também o global. Ter uma incidência articulada e acordada com outros atores regionais e globais é o resultado do desenvolvimento de uma política de alianças estratégicas que a Rede vem realizando, no âmbito de sua planificação estratégica.

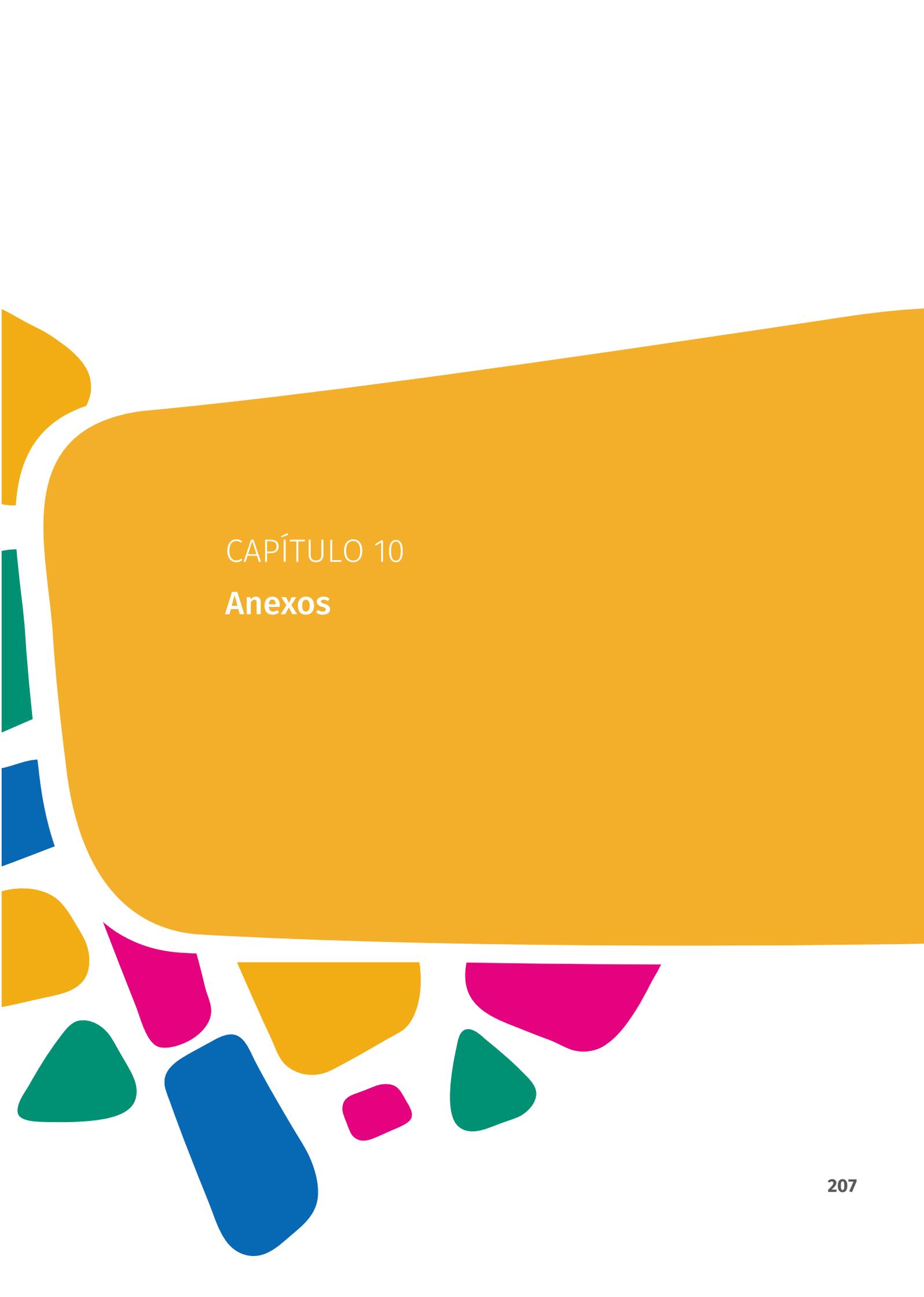
CAPÍTULO 9

Desafios e perspectivas

Na região, durante o período 2014-2015, o lema de trabalho de Mercocidades tem sido: “A contribuição das cidades ao processo de ampliação dos direitos cidadãos no âmbito da integração regional”, que expressa com ênfase à construção da cidadania ativa e da participação de todos os atores do território, aprofundando o exercício da democracia, o tratamento igualitário, e o Direito à Cidade.

Nesse sentido, construir cidadania ativa, constituindo direitos, passa por trabalhar com especial atenção em abater a desigualdade na América Latina (o continente mais desigual), em gerar desenvolvimento atendendo o desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental de nossa região, em ampliar nossa soberania, para compartilhar soberania, para aumentá-la em oposição de ceder soberania. Compartilhar valores, no respeito pelo outro, pelo diferente, para potencializar o intercâmbio cultural, social e político, que nos torna maiores e mais fortes para nos inserirmos no mundo. Ampliar nossa soberania é flexibilizar as fronteiras, para compartilhar desenvolvimento e progresso, para que a integração fronteiriça seja um elemento de união e não de separação, somos irmãos e devemos construir um destino comum: o MERCOSUL.

E por último, porém não por isso menos importante, defender e aprofundar a democracia. É defender a institucionalidade democrática, as autoridades legitimamente eleitas, em um âmbito de respeito e garantia de liberdades, tanto individuais como coletivas. Em resumo, é imperativo implantar ações de impacto na agenda global, atendendo estes quatro vetores principais.



CAPÍTULO 10
Anexos

PROPUESTA Nº 6 - DOCUMENTO DE TRABAJO

Estatutos de Criação do Instituto de Turismo de Mercocidades

ESTATUTOS

CAPÍTULO 1: DENOMINACIÓN

Art. 1: El Instituto se constituye con la siguiente denominación “INSTITUTO DE TURISMO DE LA RED DE CIUDADES MERCOCIUDADES, en adelante INSTITUTO DE TURISMO DE MERCOCIUDADES (ITM).” El Instituto de Turismo de Mercocidades funcionará con sede en Travessa do Carmo, Nº 84, del barrio Cidade Baixa de la ciudad de Porto Alegre, RS, Brasil, siendo integrante de la Asociación Civil Internacional de la Red de Ciudades Mercocidades (Mercocidades) con domicilio en la calle Luis Piera 1994, Edificio Mercosur, en la ciudad de Montevideo, Uruguay. La Sede del ITM se estipula entre acuerdo de partes, por la Prefeitura de Porto Alegre y Mercocidades.

CAPÍTULO 2: DEL OBJETO

Art. 2: Este Instituto tendrá los siguientes fines:

- A) Favorecer la participación de las ciudades y los destinos turísticos de América del Sur, las Asociaciones Empresarias, los empresarios del sector, Universidades especializadas, los operadores y las Agencias de Turismo en los proyectos turísticos regionales de la Unidad Temática de Turismo de Mercocidades.
- B) Impulsar la creación y articulación de circuitos turísticos regionales, atractivos y destinos turísticos, a través de las comisiones o áreas temáticas operativas o aquellas que a futuro puedan crearse con el consenso de la UTT a fin de desarrollar acciones, programas y proyectos de interés común intermunicipal en el marco del proceso de integración regional.
- C) Crear mecanismos de comunicación entre los actores participantes del ITM, los proyectos, destinos, atractivos y circuitos turísticos regionales a fin de facilitar la articulación e intercambio de experiencias.

ANEXO I – Estatutos de Criação do Instituto de Turismo de Mercocidades

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO I – Estatutos de Criação do Instituto de Turismo de Mercocidades

- D) Establecer e impulsar convenios y servicios recíprocos entre los diversos circuitos que se fueran creando.
- E) Racionalizar y potenciar los recursos humanos y económicos, en materia de planificación, desarrollo y promoción de los productos y destinos turísticos regionales.
- F) Coordinar, planificar y promover acciones vinculadas al turismo que contribuyan al crecimiento, y al desarrollo social, económico y cultural de la región.
- G) Coordinar proyectos y desarrollar programas integrados bajo el concepto de un “Turismo sin Fronteras”, considerando criterios de sustentabilidad.
- H) Propugnar la cooperación intermunicipal en el campo de las ciencias y las tecnologías aplicadas a la gestión y desarrollo turístico responsable.
- I) Desarrollar y potenciar actividades comunes e integradas vinculadas a la cultura, la recreación y el deporte, que propendan a dinamizar el turismo regional.
- J) Inventariar eventos culturales y deportivos que permitan crear agendas regionales y reforzar la identidad regional.
- K) Desarrollar y planificar acciones promocionales del turismo en la región y el mundo.
- L) Colaborar en la elaboración de planes y estrategias para el desarrollo turístico local y regional.
- M) Colaborar en la planificación de las políticas y planes de desarrollo de las áreas naturales, rurales y urbanas, desde la perspectiva del turismo, con el objetivo de mejorar la calidad de vida de las personas, fomentando las relaciones de intercambios y aprendizajes que se generen a partir del hecho turístico.
- N) Impulsar la adopción de políticas adecuadas a un desarrollo turístico sostenible.
- O) Impulsar la adopción de políticas que adecuen los proyectos locales al espacio regional.
- P) Impulsar la creación de áreas temáticas intermunicipales, con representación integrada, para la planificación y el desarrollo de proyectos turísticos, micro regionales y regionales, comunes.
- Q) Propugnar y concienciar sobre la necesidad de trabajar en políticas

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO I – Estatutos de Criação do Instituto de Turismo de Mercocidades

educativas para el turismo en todos los niveles así como desarrollar políticas inclusivas de turismo que contemplen aspectos de accesibilidad física y económica. (Turismo Accesible, Turismo Social)

R) Promover y estimular la capacitación que contribuya a un seguimiento de los impactos locales y regionales del desarrollo de la actividad del Turismo.

S) Actuar en la promoción, el fortalecimiento y el desarrollo de un turismo sin fronteras en lo microregional, regional y continental

T) Realizar y divulgar estudios, investigaciones y publicaciones relativas al turismo

U) Promover acciones conjuntas, de difusión, promoción, y desarrollo de políticas turísticas entre los gobiernos municipales, estatales, regionales y nacionales.

CAPITULO 3: DE LOS MIEMBROS DEL INSTITUTO

Art. 3: Se pueden asociar los miembros de Mercocidades como así también, asociaciones u órganos afines, sean públicos, Entes mixtos (público-privado) o privados, nacionales o extranjeros que atiendan las exigencias previstas en este Estatuto.

Art. 4: Todas las ciudades integrantes de Mercocidades pueden ser parte del ITM, gozando de los mismos derechos y deberes, mediante declaración expresa. Toda aquella ciudad que representada por su máxima autoridad electa, desee integrar el ITM, deberá ser miembro de Mercocidades.

Art. 5: Para ingresar como asociado se requerirá solicitud escrita presentada al Consejo del Instituto de Turismo de Mercocidades, a través de su Secretaría Ejecutiva y resolución favorable de su Asamblea General. La mencionada declaración deberá contar con el perfil del municipio, organización o institución solicitante e ir acompañada de la documentación e información que se solicita en la Ficha Única de Registro Turístico. Todas las solicitudes de integración como asociado, previo a su consideración por el ITM deberán contar con el visto bueno del Consejo de Mercocidades

Art. 6: Son cuatro las categorías de asociados:

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO I – Estatutos de Criação do Instituto de Turismo de Mercocidades

I-Fundador (a): Aquellos que participan de la Asamblea de Fundación y han cumplido con el Art. 5to. y que constan en la siguiente lista:

1. Prefeitura de Porto Alegre / Secretaria Municipal de Turismo de Porto Alegre
2. Intendencia Departamental de Maldonado / Dirección General de Turismo de Maldonado
3. Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires / Ente de Turismo de Buenos Aires
4.
5.
6. Fecomercio Paraná
7. Sanna Inc
8. Instituto Rota Imperial
9.
10. ABIH / Asociación Brasileira de la Industria de Hoteles
11. FEHGRA / Federación Empresarial Hotelera Gastronómica de la República Argentina
12.

I I-Efectivo (a): aquella que, mediante presentación de una asociada, tenga su inscripción aprobada por la Asamblea General del ITM, analizada por su Secretaría Ejecutiva y hayadado cumplimiento al Art. 5to.

I I I-Benemérito (a): aquella que, independientemente de ser asociada en las demás categorías, haya prestado relevante servicio al Instituto de Turismo de Mercocidades -ITM -. o a las comunidades porella atendida en las áreas de su actuación y haya sido elegida por la Asamblea General.

I V-Honorario (a): los que hayan prestado relevante servicio a la causa, siendo cualquiera de los siguientes personalidades: intendentes, presidentes de cámaras y asociaciones empresariales, representantes locales y presidentes de asociaciones de turismo, cultura, de la industria y el comercio, entre otros, todos vinculados a cargos de representación en los respectivos municipios identificados por la entidad de clase. Los socios honorarios serán identificados y electos por la Asamblea General, a propuesta de la Unidad Temática de Turismo de Mercocidades

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO I – Estatutos de Criação do Instituto de Turismo de Mercociudades

V –Colaborador (a): serán socios colaboradores, aquellas personas físicas o jurídicas que deseen hacer un aporte económico para el desarrollo de actividades educativas y de promoción que el ITM se plantee.

Art. 7: Los derechos de los socios fundadores y efectivos serán los siguientes:

I –Participar de las Asambleas Generales,

II –Derecho a voz y voto

III –Ser informada de las actividades del ITM

IV –Tener acceso a todos los datos e información del ITM, en especial a los de naturaleza contable y financiera,

V –Presentar propuestas de trabajo y actividades en general

VI –Convocar a la Asamblea, conforme lo dispuesto en el artículo Art. 13 y subsiguientes

VII –Participar de todas las actividades del ITM,incluyendo aquellas de carácter técnico, científico, educacional, artístico o recreativo, sean cursos, proyectos, excursiones, conferencias, etc.

El ejercicio de los derechos consagrados en el presente artículo se regirá por las disposiciones de estos estatutos y por las resoluciones y reglamentos que para los distintos casos y dentro de su competencia dicten el Consejo Directivo o la Asamblea General del ITM, como asimismo con sujeción a las leyes y demás normas que fueren aplicables.

CAPÍTULO 4: DE LAS OBLIGACIONES

Art. 8: Son obligaciones de los asociados fundadores y efectivos:

a) abonar puntualmente las cuotas ordinarias y las contribuciones extraordinarias que se establezcan;

b) las ciudades integrantes de Mercociudades que participan como Asociadas del ITM abonarán lo que Mercociudades establezca como cuota de participación en el ITM y el pago se realizará conjuntamente con la cuota de membresía a la red, a la Asociación Civil Internacional de la red de Ciudades: Mercociudades.

c) acatar las reglamentaciones y resoluciones sociales.

d) cumplir diligentemente con los deberes y obligaciones del cargo para el cual fue electo

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO I – Estatutos de Criação do Instituto de Turismo de Mercocidades

Art. 9: Aquellos socios que no cumplan con lo estipulado en el Estatuto del ITM, serán pasibles de las siguientes sanciones:

- a) No podrán ejercer la coordinación de Comisiones Temáticas que se creen, ni tampoco integrar el Consejo del ITM, aquellos asociados que no estén al día con sus cuotas anuales.
- b) Perderán su derecho a voto en la Asamblea General, aquellos socios que adeuden 2 cuotas anuales consecutivas.
- c) Perderán su condición de asociadas, aquellas instituciones que tengan impagas 3 cuotas anuales consecutivas, requiriéndose para su expulsión resolución por expreso del órgano competente en tal materia. El Consejo del ITM se reservará la facultad de considerar y de resolver casos especiales planteados con relación a las sanciones mencionadas precedentemente. Toda otra irregularidad no contemplada en lo establecido en el Estatuto Social y en el reglamento interno será laudada por la Asamblea General de Socios.

Todo socio expulsado tendrá derecho de presentar ante el Consejo del ITM los descargos pertinentes con el fin de solicitar su reincorporación. El Consejo estudiará el planteo y presentará un informe a la Asamblea General, quien tomará decisión definitiva en su próxima reunión Ordinaria o Extraordinaria.

CAPÍTULO 5: DE LOS ÓRGANOS DEL ITM

Art. 10: El Instituto de Turismo de Mercocidades (ITM) estará administrado por los siguientes órganos: I) Asamblea General, II) Consejo de Turismo, III) Comisión Directiva, IV) Secretaría Ejecutiva, V) Secretaría Técnica Permanente, VI) Comisión Fiscal, VII) Comisión Electoral.

Art. 11: De la Asamblea General.

Las instituciones de naturaleza pública, mixta (públicas privadas) o privadas asociadas al ITM son integrantes de la Asamblea General a través de los representantes designados por la máxima autoridad o comisión directiva de cada una de las mismas en acto de delegación expresa y pleno derecho de ejercicio para adoptar cualquier decisión de interés que la Asamblea General someta a consideración, tratamiento y o votación, ajustándose a las normas estatutarias, legales y reglamentarias que fueren aplicables.

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO I – Estatutos de Criação do Instituto de Turismo de Mercocidades

El Secretario(a)/Director(a) de Turismo que estuviera ocupando la Secretaría Ejecutiva del Instituto de Turismo de Mercocidades presidirá las reuniones de la Asamblea General, pudiendo ser auxiliado por otro representante de su libre elección. Si fuera necesario, el Presidente de la Asamblea General, además de su voto ordinario, tendrá voto de calidad.

Art. 12: Del Carácter de la Asamblea General.

La Asamblea General se reunirá con carácter de Ordinaria o Extraordinaria, para considerar exclusivamente los asuntos incluidos en el respectivo orden del día. La Asamblea General Ordinaria se reunirá bianualmente en fecha que será comunicada con 60 días de antelación y tratará la memoria y el balance bianual, así comotodo otro asunto incluido en el orden del día. La Asamblea General Extraordinaria se reunirá en cualquier momento por decisión del Consejo del Instituto de Turismo Mercocidades o a pedido del cincuenta por ciento (50%) de los asociados hábiles para integrarla.

Art. 13: De la Convocatoria de las Asambleas Generales.

Las Asambleas Generales serán convocadas mediante aviso personal y escrito a los asociados, con antelación de por lo menos 60 días a la fecha de realización de aquellas y con la publicación en la página web del ITM y en www.mercocidades.org un aviso haciendo la convocatoria.

Art. 14: De la Instalación y quórum.

La Asamblea General Ordinaria sesionará válidamente con el número de asociados hábiles para integrarla con plenos derechos que se encuentren presentes a la hora de la citación. La Asamblea General Extraordinaria, de igual forma, sesionará con los socios hábiles con derecho a voto que concurren a la convocatoria. En todos los casos, la Asamblea General adoptará sus decisiones por mayoría simple de votos presentes. Para participar en las Asambleas será necesario que los socios acrediten su identidad en la forma que se reglamente, que firmen un libro especial de asistencia llevado al efectoy que no se encuentren suspendidos en su calidad de socio. Las Asambleas serán presididas por la Secretaría Ejecutiva o, en defecto de ésta, por el órgano o persona que a tal efecto designe la propia Asamblea, la que también designará Secretario ad-hoc.

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO I – Estatutos de Criação do Instituto de Turismo de Mercociudades

Art. 15: De las mayorías especiales.

Para la destitución de miembros del Instituto de Turismo de Mercociudades, la reforma de este Estatuto y la disolución de la Entidad, será necesaria la resolución por los tres quintos de asistentes a una Asamblea Ordinaria o Extraordinaria, convocada a tales fines y con aval del Consejo de Mercociudades.

Art. 16: Funciones privativas de la Asamblea General

- A) Aprobarel presente Estatuto y aquellas eventuales propuestas de modificación.
- B) Elegir los integrantes del Consejo, la Secretaría Ejecutiva y las Comisiones Temáticas. Así como crear o disolver las Comisiones Temáticas.
- C) Definir la política general y las estrategias de la actuación del Instituto, en concordancia con los fines consagrados en el presente Estatuto.
- D) Aprobar el Reglamento interno, el que deberá contar previamente con el aval de la Unidad Temática de Turismo de Mercociudades
- E) Decidir los pedidos de ingreso y exclusión de socios.
- F) Decidir los recursos y decisiones de otros órganos que lo conforman.
- G) Decidir acerca de la disolución del Instituto, siguiendo los procedimientos establecidos en el presente Estatuto y con previo aval del Consejo de Mercociudades.
- H) Entender en la presentación de las cuentas del Consejo, de la Secretaría Ejecutiva y de las Comisiones Temáticas.
- I) Resolver en los casos de omisión del presente Estatuto.
- J) Recibir informes de la Comisión Fiscal y entender sobre las cuentas del ITM

CAPITULO 6: DEL CONSEJO DEL INSTITUTO DE TURISMO MERCOCIUDADES

Art. 17: De la Integración.

La administración del ITM estará a cargo de un Consejo compuesto de dos secretaría de turismo titulares y dos secretaría de turismo suplentes de ciudades integrantes de Mercociudadespor país, dos organizaciones/instituciones privadas o público/privadas titulares por país y dos organizaciones/instituciones privadas o público/privadas suplente por país asociado; por la Coordinación y Subcoordinaciones de la Unidad Temática de Turismo de Mercociudades y por la Comisión Directiva del ITM, quienes

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO I – Estatutos de Criação do Instituto de Turismo de Mercocidades

durarán 2 (dos) años en sus cargos, con posibilidad de reelección consecutiva, sin limitación. Los mismos se mantendrán en el desempeño de sus funciones al vencimiento del mandato, hasta la toma de posesión de los nuevos miembros electos. Los miembros del Consejo serán electos por la Asamblea General.

El Consejo tendrá una instancia coordinadora para sus trabajos, archivo y difusión de los documentos producidos en la figura de la Secretaría Ejecutiva

Art. 18: De las Generalidades.

Los países que posean únicamente un Asociado en el Instituto, tendrán una sola representación en el Consejo. La Secretaría Ejecutiva integrará el Consejo en tal carácter y presidirá el mismo. En las reuniones del Consejo del Instituto de Turismo Mercocidades sólo tendrán derecho a voto los represente debidamente designados, que lo integren y cumplan con lo establecido en los capítulos 3 y 4 del presente Estatuto. El Consejo de Turismo se reunirá ordinariamente cada 6 (seis) meses, por convocatoria de la Secretaria Ejecutiva, o extraordinariamente, siempre que se crea necesario, por convocatoria del mismo o de más del 50% de sus miembros.

Art. 19: De las Competencias.

Las competencias del Consejo del ITM son las siguientes:

- A) Elaborar y presentar a la Asamblea General de Socios los informes de funcionamiento y actividades del Instituto durante su mandato.
 - B) Manifestarse en nombre del Instituto sobre los asuntos de interés de la misma, en especial aquellas referentes al turismo en el proceso de integración regional.
 - C) Definir y promover eventos que proyecten al Instituto y que promuevan sus objetivos.
 - D) Sugerir acciones de las Comisiones Temáticas y acompañar las actividades por estas promovidas
 - E) Mantener informados a los Asociados al Instituto y a la Red de Mercocidades de las iniciativas y actividades promovidas por la misma.
- Las decisiones del Consejo se tomarán por mayoría absoluta.

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO I – Estatutos de Criação do Instituto de Turismo de Mercociudades

CAPÍTULO 7: DE LA SECRETARÍA EJECUTIVA

Art. 20: La Secretaría Ejecutiva será la instancia responsable para coordinar los trabajos del Consejo y de mantener archivados y difundir los documentos. Son atribuciones de la Secretaría Ejecutiva del Instituto de Turismo de Mercociudades:

I -Representar oficialmente al Instituto y así también designar representantes para ello.

II -Convocar y presidir las reuniones de la Asamblea General de Socios y del Consejo, cabiendo cuando sea necesario, además de su voto ordinario, su voto de calidad.

III) Elaborar y distribuir a los socios las actas de las reuniones, debidamente firmadas por los participantes.

El mandato de la Secretaría Ejecutiva será de dos (2) años, debiendo coincidir con la realización de las reuniones ordinarias de la Asamblea General de Socios. La Asamblea General podrá prorrogar por igual período o fracción dicho período de mandato, por razones debidamente fundadas.

CAPÍTULO 8: COMISIONES TEMÁTICAS

Art. 21: Las Comisiones Temáticas constituyen instancias responsables por el desarrollo de temas específicos del INSTITUTO DE TURISMO DE MERCOCIUDADES. Son áreas de trabajo, creadas a tales fines y que dejan de existir una vez concluido el objeto de su creación. Son áreas dinámicas, ágiles y productoras de insumos para el desarrollo de los trabajos del ITM. Compete a las Comisiones Temáticas:

I -Formular y proponer, políticas comunes para que sean sugeridas en el ámbito del Instituto y de MERCOCIUDADES .

II -Promover la investigación y la divulgación de las experiencias desarrolladas en los distintos municipios que integran Mercociudades.

III -Trabajar en la coordinación de políticas y articulación de productos y circuitos turísticos regionales con el objetivo de dinamizar el turismo en la región.

IV -Confecionar calendarios anuales y georeferenciar productos, servicios y atractivos turísticos usando la Ficha Única de Registro Turístico

V.) Preparar un banco de datos con las informaciones acerca de los temas coordinados.

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO I – Estatutos de Criação do Instituto de Turismo de Mercocidades

Art. 22: Las Comisiones Temáticas deberán remitir a la Secretaría Ejecutiva del Instituto un informe cuatrimestral de sus actividades, además de las propuestas de actividades del próximo cuatrimestre. La Secretaría Ejecutiva mantendrá informado y solicitará decisión del Consejo sobre las propuestas, siempre que sea necesario.

CAPÍTULO 9: SECRETARÍA TÉCNICA PERMANENTE

Art. 23: La Secretaría Técnica Permanente es un órgano asesor de la Secretaría Ejecutiva. La Secretaría Técnica funcionará en la Ciudad sede del Instituto de Turismo.

Compete a la Secretaría Técnica Permanente:

- I.) Desarrollar la memoria institucional del Instituto.
- II.) Apoyar y asesorar con trabajotécnico y administrativo a la Secretaría Ejecutiva.
- III.) Apoyar y asesorar con trabajo técnico y administrativo el trabajo de las Comisiones Temáticas.
- IV.) Realizar el seguimiento de los temas de interés turístico en el proceso de integración regional, a partir del desarrollo y articulación de productos y circuitos turísticos regionales; procurando determinar los debates y decisiones de interés para los municipios.

CAPITULO 10: DE LA COMISIÓN DIRECTIVA

Art. 24: La Comisión Directiva es un órgano de apoyo de la Secretaría Ejecutiva del ITM en los trabajos de coordinación.

Art. 25: La Comisión Directiva del ITM estará conformada por el Asociado(a) que estuviera ejerciendo la Secretaría Ejecutiva y por el Asociado (a) que ejercerá la Secretaría Ejecutiva en la gestión inmediata posterior. Sus miembros durarán hasta 4 (cuatro) años en el cargo, ingresando cada 2 (dos) años un nuevo miembro en sustitución del saliente

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO I – Estatutos de Criação do Instituto de Turismo de Mercocidades

CAPÍTULO 11: COMISIÓN FISCAL

Art. 26: De la Integración y mandato.

La Fiscalización de las actuaciones del ITM estará gestionada por la Comisión Directiva en la persona de sus miembros titulares, quienes durarán hasta un máximo de cuatro (4) años en sus cargos y serán elegidos conjuntamente con un número de suplentes preferenciales. Asimismo serán integrantes de la Comisión Fiscal un miembro en representación de la Secretaría Ejecutiva de la Red Mercociudades y un miembro en representación de la Secretaría Técnica Permanente de la Red Mercociudades

Art. 27: De las Atribuciones.

Son facultades de la Comisión Fiscal en funciones de fiscalización:

- a) Solicitar a la Secretaría Ejecutiva del ITM la convocatoria de Asamblea Extraordinaria o convocatoria directamente en caso de que aquella no lo hiciera o no pudiese hacerlo.
- b) Fiscalizar los fondos sociales y sus inversiones en cualquier tiempo.
- c) Inspeccionar en cualquier momento los registros contables y otros aspectos del funcionamiento de la Institución.
- d) Verificar el balance bianual o anual, el que deberá aprobar u observar fundadamente antes de su consideración por la Asamblea General.
- e) Asesorar a la Secretaría Ejecutiva cuando ésta se lo requiera.
- f) Cumplir cualquier otra función inspectiva o de control que entienda conveniente o le cometa la Asamblea General.

CAPÍTULO 12: COMISIÓN ELECTORAL

Art. 28: De la Designación y Atribuciones.

Todo lo relativo a la integración y funciones de la Comisión Electoral será asumido por el Consejo del ITM.

El Consejo en ejercicio de estas funciones tendrá a su cargo la presentación ante la Asamblea General de los postulantes a ocupar los distintos cargos del ITM, así como difundir lo resuelto por la Asamblea General a tales efectos. Tiene facultades para llamar a Asamblea Extraordinaria en caso de irregularidades graves en la elección.

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO I – Estatutos de Criação do Instituto de Turismo de Mercocidades

CAPÍTULO 13: ELECCIONES

Art. 29: Disposiciones Generales.

Los miembros propuestos por la Comisión Electoral a ocupar funciones en los órganos del ITM serán confirmados e impuestos en sus cargos por la Asamblea General, mediante mayoría simple de votos, dejando constancia en actas de las designaciones. El acto eleccionario se realizará durante el desarrollo de la cumbre, en el mes de septiembre según estatutos, o cuando quedará establecido por disposición del Consejo. Las personas electas para desempeñar sus cargos asumirán los mismos 10 días después de cumplido el acto eleccionario, mediante comunicación formal a todo(a)s lo(a)s Asociado(a)s, informando los nuevos titulares en los cargos electos.

Art. 30: Del Carácter honorario.

Todos los cargos electivos que se ejerzan dentro de la ITM tendrán carácter honorario.

Art. 31: Del Destino de los bienes.

En caso de disolución de la ITM los bienes que existieren serán puestos bajo la custodia de la Asociación Civil Internacional de la Red de Ciudades: Mercocidades con domicilio en Luis Piera 1994, de la ciudad de Montevideo, Uruguay.

CAPÍTULO 10

Anexos



CARTA DE INTENÇÕES ENTRE A ASSOCIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL DA REDE DE CIDADES: MERCOCIDADES E A CÂMARA EMPRESARIAL DE TURISMO DO PARANÁ - FECOMÉRCIO/PR

CARTA DE INTENÇÕES: Na cidade de Curitiba, Brasil aos 17 dias do mês de setembro do ano 2015, por uma parte, a Associação Civil Internacional da Rede de Cidades: Mercociudades, ora adiante Mercociudades, representada por **HECTOR DE BENEDICTIS**, DNI 11672328, Diretor de Turismo de Municipalidade de Rosario em exercício de Secretaria Executiva do Mercociudades, com domicílio na cidade de Montevidéu, Uruguai, em Luis Piera 1992, e por outra parte, a Câmara Empresarial de Turismo do Paraná, Brasil: Federação de Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná, cito a Rua Visconde do Rio Branco, 931, 6º andar – Curitiba/PR, representada por seu Presidente **DARCI PIANA**, brasileiro, casado, empresário do comércio, com carteira de identidade nº: 427.232-3 SSP/PR e com CPF/MF: nº: 008.608.089-04, residente e domiciliado em Curitiba/PR Brasil, acordam a intenção de celebrar a seguinte **CARTA DE INTENÇÕES:**

PRIMEIRO, ANTECEDENTES: MERCOCIDADES é a principal rede de governos locais e municípios do MERCOSUL e um referente destacado nos processos de integração. Foi fundada em 1995 por iniciativa dos principais Alcaldes, Intendentes e Prefeitos da região com o objetivo de favorecer a participação dos municípios no processo de integração regional, promover a criação de um âmbito institucional para as cidades no seio do MERCOSUL e desenvolver o intercâmbio e a cooperação horizontal entre as municipalidades da região, segundo o estipulado em seus Estatutos.

Desde então, a rede vem se ampliando e incorporando novos membros. Atualmente conta com 293 cidades associadas de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Bolívia, Peru e Colômbia, onde vivem mais de 114 milhões de pessoas.

De acordo ao art. 2 do Estatuto, Mercociudades persegue os seguintes objetivos:

- Favorecer a participação das cidades na estrutura do MERCOSUL perseguindo a co-decisão nas áreas de sua competência.

ANEXO II –Carta de Intenções
Mercociudades – Fecomércio PR

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO II –Carta de Intenções Mercocidades – Fecomércio PR

- Incentivar a criação de redes de cidades através de unidades técnicas operativas que desenvolvam diversas ações, programas e projetos de interesse comum intermunicipal, adequados ao processo de integração.
- Criar mecanismos de comunicação em redes entre as cidades a fim de facilitar a troca de experiências e informações e facilitar o acesso dos cidadãos aos centros municipais de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e cultura.
- Estabelecer e incentivar convênios e serviços recíprocos entre as diversas municipalidades e as redes que foram se criando.
- Potencializar os recursos humanos e as experiências administrativas para as municipalidades.
- Coordenar a planificação e promover ações vinculadas ao crescimento e ao desenvolvimento urbano das cidades.
- Coordenar projetos e desenvolver programas integrados, com o objetivo de facilitar a realização de serviços e qualificar a infraestrutura urbana.
- Propugnar a cooperação intermunicipal no campo das ciências e da tecnologia.
- Desenvolver e potencializar atividades comuns e integradas vinculadas à cultura, a recreação, ao esporte e ao turismo.
- Efetuar através de Unidades Temáticas de representação integrada o inventário do patrimônio cultural e histórico das cidades do MERCOSUL necessários para adotar medidas comuns que garantissem sua preservação e difusão.
- Desenvolver e planificar o turismo regional.
- Realizar estudos e colaborar na elaboração de planos e estratégias na área urbana ambiental, com o objetivo de harmonizar e coordenar as ações nesta matéria.
- Colaborar na planificação das políticas e planos de desenvolvimento das cidades, tomando em conta a necessidade de melhorar a qualidade de vida.
- Incentivar a adoção de políticas adequadas frente ao crescimento populacional e prevenir a violência nas cidades.
- Incentivar a adoção de políticas que adaptem os projetos locais ao novo espaço regional.
- Incentivar a criação de unidades técnicas intermunicipais, com representação integrada, para a planificação e o desenvolvimento de projetos comuns e regionais.
- Propugnar e conscientizar sobre a participação cidadã que conduza a exercitar ativamente os direitos no âmbito político, econômico, social e cultural.
- Identificar as causas da acentuação das desigualdades sociais, a fim de propor e apoiar soluções possíveis de serem executadas pelos governos locais.
- Difundir uma cultura democrática e democratizadora no nível regional, nacional e subnacional, estabelecendo uma relação mais estreita de cooperação para, através das municipalidades, definir políticas sociais adequadas.

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO II –Carta de Intenções Mercocidades – Fecomércio PR

- Estudar e incentivar, através das diversas municipalidades a introdução de políticas coordenadas destinadas a que o setor de escassos recursos acesse a todos os serviços públicos e não seja marginalizado do desenvolvimento social e cidadão.
- Realizar toda outra ação ou gestão destinada aos fins e objetivos propostos, sendo os precedentes enunciados não limitativos do objetivo geral de Mercocidades.

FECOMÉRCIO/PR: A Federação de Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná, é uma entidade sindical de grau superior, com base territorial em todo o Estado do Paraná e se rege pelos Estatutos aprovados pela Resolução CR/FECOMÉRCIO/PR-PR Nº03/2005 e suas modificações Nº 01/2008, 01/2012 e 01/2013. A FECOMÉRCIO/PR trabalha com a intenção de liderar e estar presente de forma cotidiana entre o empresariado do Estado do Paraná e pela defesa de seus interesses e da sociedade civil, superando suas expectativas. O objetivo da Federação é ampliar constantemente suas ações com qualidade e que contribuam para o desenvolvimento do estado.

A partir da premissa que o desenvolvimento do país é através da iniciativa empresarial, a razão de ser de FECOMÉRCIO/PR é assegurar às empresas integrantes da Federação, as condições necessárias para lograr a sustentabilidade e o crescimento sustentável.

Ademais trabalha com a Visão para o ano 2020, de que o Sistema FECOMÉRCIO SESC SENAC, será reconhecido como um forte componente de liderança por parte da comunidade empresarial e da influência decisiva no desenvolvimento econômico e social do estado do Paraná. A partir da Missão de defesa dos interesses e do desenvolvimento do comércio de bens, serviços e o turismo com o objetivo de fortalecer o sistema.

SEGUNDO, CONSIDERANDO:

Que a XIX Cúpula de Mercocidades aprovou a ideia em geral, para gerar um espaço de trabalho que plasmasse a ideia de um Instituto de Turismo de Mercocidades.

Que o Conselho de Mercocidades, encomendou à Comissão Diretiva e à Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades avançar conjuntamente com a Unidade Temática de Turismo na concretização desta instância.

Que a Comissão Diretiva incumbiu à Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades a realização de consultas 1.- à Empresa Auditora (Assessoria Econômica Empresarial) da Associação Civil Internacional da rede de cidades: Mercocidades, se tal Associação Civil tinha as atribuições legais de acordo a seus estatutos fundacionais e inscritos no Ministério de Relações Exteriores do

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO II –Carta de Intenções Mercocidades – Fecomércio PR

Uruguai segundo nº571/2010, para criar o Instituto de Turismo de Mercocidades e 2.- à Assessoria Jurídica do Ministério de Relações Exteriores do Uruguai.

Que destas consultas¹ surge claramente que a Associação Civil Internacional da Rede de Cidades: Mercocidades tem atribuições para criar Unidades Temáticas e Grupos de Trabalho nos temas de interesse dos governos locais. Que a Assessoria Jurídica do Ministério de Relações Exteriores do Uruguai, se expressou de forma verbal, nos mesmos termos que o escrivão de referência na consulta mencionada.

Que na reunião da Unidade Temática de Mercocidades, realizada na cidade de Foz de Iguaçu, nos dias 17 e 18 de junho de 2015, no âmbito do Festival de Turismo das Cataratas, em atenção às decisões da última Cúpula de Mercocidades e do Conselho de Mercocidades, se decidiu avançar na instalação do Grupo de Trabalho: Instituto de Turismo de Mercocidades, com a participação dos governos locais integrantes da rede que assim o expressem, nos termos do Regulamento de funcionamento do Grupo.

Que esta iniciativa de trabalho sobre o turismo regional, é compartilhada pelos empresários do turismo, câmaras empresariais e distintos atores afins ao desenvolvimento do setor.

Que nesse sentido a FECOMÉRCIO/PR fará a articulação público-privado, como veículo para o desenvolvimento econômico local, cultural, social e meio ambiental da região.

Que esta iniciativa é compartilhada com Mercocidades, e por isso, criará o Grupo de Trabalho: Instituto de Turismo de Mercocidades, em concordância com os antecedentes e considerandos anteriormente expressados.

TERCEIRO, OBJETIVO: Trabalhar conjuntamente pelo desenvolvimento do turismo na região, como veículo para o desenvolvimento econômico local, cultural, social e meio ambiental regional, participando de forma ativa no desenvolvimento e nas atividades para a fundação do Instituto de Turismo do Mercocidades.

QUARTO, OBRIGAÇÕES DE FECOMÉRCIO/PR: Participar de forma ativa e comprometida do Trabalhos para instalação do Instituto de Turismo do Mercocidades com atenção e cumprimento dos direitos e deveres estabelecidos no presente instrumento. Cumprir e fazer cumprir os

¹ A consulta foi sanada pelo Escrivão, em documento oficial e legal, estando em poder da STPM o texto original, em seus escritórios sede no Edifício MERCOSUL, na Cidade de Montevidéu Uruguai.

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO II –Carta de Intenções Mercocidades – Fecomércio PR

compromissos e responsabilidade de acordo ao estabelecido no presente Instrumento .

QUINTO, OBRIGAÇÕES DE MERCOCIDADES: Reconhece a FECOMÉRCIO/PR como sócia promotora para a fundação do instituto de Turismo do Mercocidades. Convocar a FECOMÉRCIO/PR para as atividades e reuniões que realize durante o ano. Informar sobre a atividade e as contas, assim como facilitar a articulação e interlocução com a Prefeitura de Porto Alegre como próxima Secretaria Permanente do ITM. Cumprir e fazer cumprir os compromissos e responsabilidade de acordo ao estabelecido no presente instrumento .

SEXTO, PRAZO: O prazo do instrumento será desde a firma do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, com avaliação do desempenho no final do período. Finalizado este prazo poderá se renovar por períodos anuais de tempo ou outro que se estabeleça, por expressão de conformidade de ambas as partes.

SÉTIMO, COORDENAÇÃO E SEGUIMENTO: Se estabelecerá uma fluída coordenação entre Mercocidades e FECOMÉRCIO/PR para a realização das tarefas alvo da **CARTA DE INTENÇÕES**, sendo as mesmas seguidas e supervisionadas por FECOMÉRCIO/PR e pela Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades.

OITAVO, DESCUMPRIMENTOS: A não realização em tempo e forma do acordado neste instrumento , por motivos atribuíveis às partes, dará lugar à rescisão do mesmo, devendo-se culminar as ações em curso que estejam se desenvolvendo. Se os motivos dos descumprimentos se devem a terceiros, as partes acordarão as ações a seguir para obter o cumprimento do acordado.

NONO, RESPONSABILIDADES: As partes assumirão de forma independente e sob nenhum conceito as ações que uma compromete à outra, na totalidade das responsabilidades emergentes da relação travada entre cada parte e os recursos humanos que contratarem para o cumprimento de suas obrigações que estabelece o presente instrumento , assim como as obrigações que pela mesma possam se gerar com outros organismos estatais ou privados, a respeito das quais as partes são por completo alheias. As partes colocarão a disposição, toda a documentação e informação que se requeira para a verificação do cumprimento dos termos do instrumento .

DÉCIMO, RESCISÃO: O descumprimento de todas ou qualquer das obrigações pelas partes, dará lugar ao início, prévia constatação do mesmo, dos trâmites tendentes a sua rescisão. Considerar-se-á que qualquer das partes incorreu em descumprimento que mereça a rescisão, quando notificada

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO II –Carta de Intenções
Mercocidades – Fecomércio PR

por escrito da constatação do mesmo, que dentro do prazo dos dez dias seguintes não o retifique a satisfação da notificante, salvo que a conduta verificada implique uma ação ou omissão não suscetível de retificação. Em caso que se suceda por qualquer motivo, a rescisão ou variação das condições dos termos do presente Instrumento , será motivo de rescisão do mesmo.

DÉCIMO PRIMEIRO, MULTA AUTOMÁTICA: A multa se produzirá de pleno direito, sem necessidade de ato judicial ou extrajudicial algum, pelo só vencimento dos termos estabelecidos, assim como pela realização ou omissão de qualquer ato ou fato que se traduza em fazer ou não fazer algo contrário ao estipulado.

DÉCIMO SEGUNDO, DOMICÍLIOS ESPECIAIS: As partes constituem domicílios especiais a todos os efeitos deste Instrumento , nos indicados como respectivamente seus na comparência.

DÉCIMO TERCEIRO, COMUNICAÇÕES: Qualquer notificação ou intimação que deva ser realizada as partes, se dará por validamente efetuada se é feita aos domicílios constituídos neste documento, por meio de telegrama, correspondência registrada ou qualquer outro meio que dê certeza de sua realização.

DÉCIMO QUARTO: CONFORMIDADE: Em prova de conformidade se firmam no lugar e data da comparência dois exemplares do mesmo teor.

Firmas:



HECTOR DE BENEDICTIS
ASSOCIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL DA REDE DE CIDADES:
MERCOCIDADES



DARCI PIANA
FEDERAÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO PARANÁ

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO III – Declaração IX
Fórum Ibero-Americano de
Governos Locais



DECLARACIÓN DEL IX FORO IBEROAMERICANO DE GOBIERNOS LOCALES

Ciudad de México, 13 de noviembre de 2014

Los Jefes de Gobierno de Ciudades, Alcaldes, Intendentes, Prefectos, Regidores y Concejales iberoamericanos, así como las redes de ciudades participantes en el IX Foro Iberoamericano de Gobiernos Locales, reunidos en Ciudad de México entre el 12 y 13 de noviembre de 2014 con el propósito de deliberar sobre "Educación y Cultura para la Inclusión en el Espacio Local" y de este modo contribuir desde las ciudades a la XXIV Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno que se llevará a cabo en Veracruz entre el 8 y 9 de diciembre, hemos llegado a las siguientes conclusiones:

El surgimiento tan acelerado de la nueva sociedad urbana en la región latinoamericana conlleva un cambio de mirada. En este nuevo contexto, el desarrollo de los países en el siglo XXI depende de lo cooperativas, inclusivas y sostenibles que sean sus ciudades. Esto implica un cambio radical en la manera de entenderlas: dejar de verlas como problemas y asumirlas como áreas de grandes oportunidades y potencialidades que deben aprovecharse.

Las ciudades progresan, mejoran sus instituciones, su gestión y el manejo de sus finanzas, generan oportunidades de desarrollo, se ocupan de sus habitantes, con énfasis en los más vulnerables, y administran exitosamente su capital ambiental. Desde esta perspectiva, las ciudades pueden y deben ser potentes motores del desarrollo regional y nacional.

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO III – Declaração IX Fórum Ibero-Americano de Governos Locais

Lo que ocurra en las ciudades iberoamericanas definirá en gran medida el futuro de la región. Sin embargo, los desafíos son enormes e imponen retos de gran calado en materia de gestión, participación ciudadana, desarrollo económico, social e inclusivo, cultural, medioambiental y de inversión que den respuesta a las necesidades crecientes de servicios, movilidad, vivienda, seguridad y empleo. Las ciudades han desarrollado mecanismos propios que, en un contexto global desfavorable, comienzan a proporcionar soluciones que son satisfactorias y que reclaman promover una mayor participación popular, una mayor autonomía y mayores recursos para las ciudades.

El costo de no hacer nada sería enorme y probablemente irreversible. Por ello, es imperativo reforzar los mecanismos de intervención y gobierno en la ciudad, mediante una gestión activa con una concepción de sostenibilidad que aborda las dimensiones política, económica, social, cultural, ambiental y poblacional.

Es necesario reflexionar sobre la verdadera capacidad de nuestras sociedades urbanas para asumir, genuinamente, una agenda de desarrollo sustentable de las ciudades que responda a los desafíos del siglo XXI. Esta reflexión involucra la gobernanza y su relación con la creación de una nueva cultura, que sólo puede nacer de la amalgama de múltiples culturas tradicionales, rurales y urbanas, que se suman a la evolución permanente de la ciudad, en una mezcla donde se negocian nuevos pactos y se construyen nuevos códigos, lógicas, visiones, sueños y proyectos de sociedad.

La cultura es un proceso largo de construcción de la esencia de la sociedad, de su pensamiento colectivo. La aglomeración, la proximidad y la intensidad de las interacciones sociales que implica la ciudad, hace imperiosa la necesidad de civismo, de reglas de convivencia, de sistemas de competencia cooperativa y lógicas de vida que se van conformando al tiempo que se construye la ciudad material. Todo esto requiere, consecuentemente, una nueva cultura ciudadana que contribuya de forma efectiva a la puesta en marcha de políticas, estrategias y programas que tienen como objetivo el desarrollo económico, cultural y social inclusivo, la equidad, la solidaridad, la sostenibilidad medioambiental, la armonía, la paz y la seguridad.

Reconocer, de manera plena, a los actores sociales en la construcción urbana es parte del desafío, ya que de ello dependerá la factibilidad de una propuesta de sostenibilidad. El Estado y su política pública es un actor clave que debe liderar una articulación con el empresariado y sus acciones de mercado. Pero, sobre todo, lo es la sociedad, los grupos y colectividades, las comunidades, las familias, los hombres y mujeres, y lo son no exclusivamente como beneficiarias de la política pública o como agentes económicos en el mercado: lo son a través de su

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO III – Declaração IX
Fórum Ibero-Americano de
Governos Locais

acción colectiva, la cual se fundamenta en su capacidad y voluntad de cooperar y sumar esfuerzos.

En la ciudad como espacio de interacción social se encuentra el proceso de pertenencia, adscripción e identidad que integra visiones y valores, y que promueve el respeto a la diversidad, creando colectivos reales, histórica y socialmente construidos y amalgamados en una dimensión integradora y cohesionadora. De la identidad y la cultura surge también la territorialidad, como un sentir, una energía social que desemboca en procesos de innovación social y, más concretamente, en la acción colectiva. Sin considerar la dimensión cultural, en su base fundamental, será irrealizable el propósito de una sostenibilidad, como visión integral para armonizar la generación de riqueza, el cuidado de la naturaleza y el progreso de la sociedad.

Educación y socialización son los componentes base de la construcción social de la cultura. Esta es una primera responsabilidad y demanda para los sistemas de educación en el mundo urbano. Son claros los objetivos y responsabilidades materiales de la educación, que han de responder a la necesidad de poner mayor énfasis en la lucha por la erradicación del analfabetismo, desarrollar capacidades y competencias, promover el espíritu crítico y la creatividad, contribuir a hacer cierta la movilidad social, garantizar el principio de igualdad sustantiva entre mujeres y hombres, desarrollar mercados laborales para la competitividad, formar para la innovación que demanda este mundo urbano, en el marco de la sociedad global, y aumentar nuestra capacidad creativa como colectivo. Pero también, la educación tiene una enorme responsabilidad para facilitar los procesos de construcción de la cultura ciudadana, es decir, para encausar la creación de la energía social que soporta el verdadero ejercicio del derecho a la ciudad, la construcción de la territorialidad, de la identidad, del sentido democrático y, finalmente, del espíritu transformador que soporte la real pertinencia de la sostenibilidad.

A pesar de que en muchos casos los gobiernos locales iberoamericanos no tienen entre sus competencias la educación formal, su desarrollo se produce en las ciudades y por ello tiene un papel fundamental en la consecución de la cohesión social inclusivo en el territorio urbano.

Es el principal resorte para superar la pobreza y las causas estructurales que la reproducen, como la baja productividad en el trabajo, el escaso acceso a las herramientas de la vida moderna, marginalidad sociocultural, mayor vulnerabilidad en la salud familiar y discontinuidad y bajos logros en la educación de los hijos.

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO III – Declaração IX Fórum Ibero-Americano de Governos Locais

El espacio público resume en plenitud el sentido de esta cultura ciudadana o cultura urbana y el espacio natural para el ejercicio de los Derechos culturales de los ciudadanos. Su composición está determinada por los bienes públicos naturales y construidos, pero especialmente por su gente que es la medida de la riqueza social de una ciudad. El espacio público refleja la cultura y el espíritu de la ciudad, donde se desenvuelven las diferentes expresiones de la cultura civilizadora, el encuentro de la conciliación y la gestión de los conflictos inherentes al territorio.

Y, por todo ello,

Los gobiernos locales participantes del Foro Iberoamericano de Gobiernos Locales expresamos la voluntad de seguir promoviendo la adhesión de las ciudades iberoamericanas a la Agenda 21 de la cultura, que señala el compromiso local con el desarrollo e implementación de políticas urbanas sostenibles cuyo eje está fundado en una visión abierta, participativa y solidaria de la cultura y la educación.

Manifestamos, asimismo, el deseo de potenciar y desarrollar, en coordinación con las organizaciones de la sociedad civil y del sector privado, una mayor cooperación sur-sur entre los gobiernos locales que favorezca el acceso equitativo a la cultura y la educación.

Expresamos también nuestro apoyo a favor de incluir un objetivo urbano en los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). Dicho objetivo no estaría solamente dirigido a las ciudades, sino que implicaría un enfoque territorial, incluyendo los vínculos regionales y urbano-rurales.

Decidimos remitir esta Declaración al Secretariado de la futura Conferencia Global de Naciones Unidas sobre Desarrollo Urbano Sostenible y Vivienda, Habitat III, para que pueda incorporarla en la lista de insumos que alimentarán las discusiones hacia una "Nueva Agenda Urbana Global en 2016".

Defendemos una reforma fiscal que dirija los recursos para los gobiernos locales con el objetivo de que, de este modo, puedan implementar de manera efectiva las políticas públicas de su responsabilidad.

Proponemos a la Secretaría General Iberoamericana que, en coordinación con el Foro Iberoamericano de Gobiernos Locales y con organismos de Naciones Unidas, promueva la discusión sobre las atribuciones y las capacidades para instrumentar políticas públicas que permitan avanzar hacia una cultura de las ciudades sostenibles que, a su vez, contribuya al debate global sobre la Agenda de Desarrollo Sostenible post 2015.

CAPÍTULO 10

Anexos

Por último, en el contexto de este Foro Iberoamericano de Gobiernos Locales, solicitamos a la Comisión de Seguimiento del Foro hacer una propuesta para la conformación de un grupo representativo de las redes de apoyo del Foro y las asociaciones de gobiernos locales que discuta y analice la posibilidad de crear una instancia ejecutiva de actuación permanente con el objetivo de renovar y fortalecer la institucionalidad del Foro.

Proponemos que la reunión de la Comisión de seguimiento se realice en la sede de la Secretaría General Iberoamericana en Madrid en el segundo semestre de 2015. Así mismo, proponemos que la sede del X Foro Iberoamericano de Gobiernos Locales, a realizarse en el año 2016, se realice en la Ciudad de Bogotá, Colombia.

ANEXO III – Declaração IX
Fórum Ibero-Americano de
Governos Locais

FORO DE ALCALDES DE EUROPA - AMÉRICA LATINA Y CARIBE

Declaración institucional sobre energía y protección climática Bruselas, 4 de Junio del 2015

CONSIDERANDO que los líderes de Europa, América Latina y el Caribe, se reunirán en Bruselas los días 10 al 11 junio del 2015 bajo el lema "Dar forma a nuestro futuro común: trabajando por sociedades prósperas, cohesionadas y sostenibles para nuestros ciudadanos";

CONSIDERANDO que las ciudades son una parte crucial de la institucionalidad legítima de los países y que cualquier acción internacional que los gobiernos locales emprenden es complementaria a las acciones que ejercen sus respectivos gobiernos nacionales, por lo que sólo pueden reforzar las relaciones entre los países;

CONSIDERANDO que los acuerdos internacionales entre ciudades son, en el siglo 21, uno de los principales vectores para la difusión de cooperación pacífica y constructiva entre los pueblos;

CONSIDERANDO que el desafío del cambio climático presenta una oportunidad única para que los gobiernos locales puedan desarrollar esquemas de cooperación de beneficio mutuo y el intercambio de visiones comunes en lo que respecta a su campo habitual de competencia, en relación a las posiciones y prioridades nacionales en materia de cambio climático;

CONSIDERANDO que los gobiernos locales, son un actor clave para alcanzar el propósito común de lograr la reducción de emisiones de gases de efecto invernadero y que las acciones que los gobiernos locales se encuentran desarrollando en la actualidad para enfrentar el cambio climático, pueden ser aún más significativas si cuentan con el apoyo de los gobiernos nacionales y de la cooperación internacional;

RECONOCIENDO que el acceso universal a los servicios básicos y particularmente el acceso universal a la energía, es un derecho inalienable de los estados y de los individuos y que tanto este, como la capacidad de recuperación de los asentamientos humanos ante las catástrofes naturales y la lucha contra el Cambio Climático, deben realizarse en un marco de respeto de la dignidad humana :

ANEXO IV – Declaração Fórum
de Autoridades Locais União
Europeia – CELAC

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO IV – Declaração Fórum
de Autoridades Locais União
Europeia – CELAC

CONSIDERANDO que muchas ciudades de América Latina y el Caribe y de la Unión Europea ya han asumido el liderazgo en la toma de medidas para enfrentar el cambio Climático.

OBSERVANDO que más de 6.000 gobiernos locales de la Unión Europea y de otras regiones están agrupadas; bajo el Pacto de los Alcaldes, refrendando su compromiso común por establecer medidas que permitan reducir las emisiones y adaptarse al cambio climático;

POR CONSIGUIENTE, NOSOTROS, LOS GOBIERNOS LOCALES DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE Y DE LA UNION EUROPEA, NOS COMPROMETEMOS A COMPARTIR UNA VISION A LARGO PLAZO DE TODAS LAS CIUDADES SIGNATARIAS PARA:

- Compartir un objetivo global de descarbonización de nuestros territorios hasta el 2050, con metas ajustadas a las realidades de nuestras respectivas ciudades, sobre la base de las diferencias, necesidades sociales y particularidades existentes entre las ciudades de America Latina, el Caribe y Europa. Llevando a cabo todas las acciones bajo nuestra competencia que nos permitan alcanzar dicho objetivo;
- Realizar los mayores esfuerzos para garantizar el acceso a los servicios energéticos a todos nuestros ciudadanos, haciendo el mejor uso de los recursos energéticos locales limpios para que coincida con la demanda de energía;
- Mejorar o crear estrategias de resiliencia que aumenten la capacidad de recuperación de nuestras ciudades para responder de mejor manera a las interrupciones de suministro de energía derivados de los desastres naturales y del cambio climático;
- Movilizar a la sociedad civil en nuestras áreas geográficas para participar en la implementación de políticas de energía sostenible para la mitigación y la adaptación al Cambio Climático;
- Promover acciones de cooperación entre las ciudades para facilitar el acceso de América Latina y el Caribe a tecnologías limpias de energía en condiciones favorables,
- Definir objetivos intermedios, de acuerdo con la situación regional, alineados o más allá de los objetivos nacionales, que serán parte del camino para conseguir una visión a largo plazo compartida;

CAPÍTULO 10

Anexos

- Elaborar y aprobar, dentro de los dos años siguientes a la adhesión a este acuerdo, Planes de Acción Climática en cada uno de nuestros territorios locales;
- Compartir nuestras experiencias con otras autoridades locales en otras regiones del mundo, invitándoles a unirse a nuestro esfuerzo. Ampliando así la colaboración y participación que nuestras dos regiones pueden 'entregar para encontrar soluciones a los desafíos y demandas de nuestras sociedades frente al Cambio Climático;
- Realizar el Foro de Alcaldes CELAC-UE, cada dos años, alternativamente entre las dos regiones, con el propósito de establecer un espacio de reflexión que permita intercambiar puntos de vista y buenas prácticas sobre las decisiones que desde el ámbito de lo local se emprendan para mejorar la calidad de vida de nuestros ciudadanos;

ANEXO IV – Declaração Fórum
de Autoridades Locais União
Europeia – CELAC

Y PARA ELLO, NOSOTROS LOS ALCALDES, INSTAMOS A LOS:

líderes de Europa, América Latina y el Caribe a reconocer el papel de los gobiernos locales como actores clave en el logro de las aspiraciones mundiales de reducción de emisiones de gases de efecto invernadero y de adaptación al Cambio Climático.

líderes de Europa, América Latina y el Caribe a integrar a los gobiernos locales en la elaboración y aplicación de políticas, estrategias, programas y proyectos de mitigación y adaptación al Cambio Climático.

líderes de Europa, América Latina y el Caribe a considerar la protección climática y la energía local como prioridades en sus respectivos programas de ayuda, así como informar e involucrar a los municipios en la elaboración de políticas y planes de financiación locales en el ámbito de sus competencias. líderes de Europa, América Latina y el Caribe a apoyar la implementación de medidas climáticas y energéticas a nivel a nivel local.

líderes de Europa, América Latina y el Caribe a fortalecer las capacidades de los gobiernos locales, a facilitar el acceso directo a financiamiento, a favorecer la transferencia de tecnologías y de conocimiento, a asegurar el acceso a la información e intercambio de experiencias para ese fin.

líderes de Europa, América Latina y el Caribe a promover y apoyar la ampliación de la iniciativa del Pacto de los Alcaldes a otras regiones del mundo

Otras autoridades regionales y locales a que avalen esta declaración,

CAPÍTULO 10

Anexos

reconociéndola como parte de un movimiento político global para combatir el Cambio Climático, basado en los principios de la gobernanza multinivel, la participación ciudadana con un enfoque integrado y una visión común respetando las diferencias.

Bruselas, 4 de Junio del 2015

DECLARACIÓN DE MORÓN CIUDADES DE PERIFERIA, TERRITORIOS DEL FUTURO MORÓN, 25 DE SEPTIEMBRE DE 2015

ANEXO V – Declaração II Assembleia Internacional do FALP

Las ciudades representarán, hacia el año 2050, el 70% de la población mundial. Millones de personas se trasladan todos los años hacia las áreas urbanas por razones económicas y en busca de una vida mejor. 250 millones de refugiados climáticos habrán llegado también a las ciudades para ese momento.

Las áreas metropolitanas concentran una parte importante de ese crecimiento pero, sobre todo, representan los escenarios en donde se hacen más visibles los nuevos conflictos y desafíos que implica el proceso mundial de urbanización para el desarrollo humano sostenible. El futuro de estos cada vez más complejos conglomerados depende, en buena medida, de la forma en que las ciudades y sus gobiernos locales afronten las transformaciones urbanas de los próximos años.

Nuestras ciudades, los territorios de periferia que crecieron en los márgenes de los principales centros urbanos del mundo, conocen en primera persona las asimetrías del crecimiento urbano y son, en muchos sentidos, territorios de frontera: fronteras visibles e invisibles; fronteras económicas, sociales, culturales, étnicas y religiosas, que marcan los límites de la llegada del Estado y del Derecho a la Ciudad.

Décadas de hegemonía de un paradigma social y económico excluyente profundizaron la fragmentación social en las periferias urbanas que pasaron, de ser asociadas al desarrollo industrial, el ascenso social de los sectores populares y la organización política obrera, a ser vistas como espacios de segregación, marcados por la emergencia de guetos y la violencia urbana.

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO V – Declaração II Assembleia Internacional do FALP

Sin embargo, las ciudades de periferia juegan hoy un rol clave para el futuro de las metrópolis y para el desarrollo de territorios inclusivos y cohesionados. Las periferias se redefinen hoy como territorios de oportunidad para reducir la fragmentación urbana y generar nuevas formas de gobernanza metropolitana que respondan a la complejidad del ejercicio democrático en las ciudades del siglo XXI.

A lo largo de 12 años el Foro de Autoridades Locales de las Periferias (FALP) construyó una voz necesaria en el escenario internacional, que introdujo una nueva perspectiva política sobre la forma de “hacer ciudad”, que obliga a replantear de manera constante los límites de los procesos de urbanización. La periferia, no sólo como espacio, sino también como concepto, significa que una ciudad nunca está construida de antemano y nunca termina de construirse y que, por lo tanto, el significado del Derecho a la Ciudad debe ser permanentemente redefinido y ampliado en función de las nuevas demandas sociales.

Surgida del Foro de Autoridades Locales por la Inclusión Social (FAL) y el Foro Social Mundial, la red FALP ha recorrido un largo camino de construcción colectiva, desde el I FALP, realizado en Nanterre (Francia), en 2006, en el que se planteó “Otra mirada sobre las metrópolis desde las periferias” hasta Canoas (Brasil), en 2013, cuando en el III FALP exigimos el **Derecho a Metrópolis Solidarias e Inclusivas para todos y todas.**

En este sentido y de cara a la realización, en 2016, del IV FALP y de Hábitat III, la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Vivienda y Desarrollo, hemos establecido una agenda de temas prioritarios sin los cuales, creemos, no será posible avanzar hacia el cumplimiento de ese derecho.

Las ciudades del Foro de Autoridades Locales de Periferia reclamamos:

I. Áreas metropolitanas más multipolares, que aseguren el Derecho a la Centralidad

Creemos que las ciudades de los próximos años deben planificarse desde la periferia hacia el centro y no a la inversa. La policentralidad permite gestionar mejor el crecimiento urbano y para ello es imprescindible asegurar, en las ciudades de periferia, las inversiones necesarias para el adecuado acceso a la vivienda y los servicios básicos, a la educación y la salud.

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO V – Declaração II Assembleia Internacional do FALP

Buscamos ser ciudades sustentables, con oportunidades de empleo y desarrollo económico local, pero no ciudades aisladas. Para eso, necesitamos estar interconectadas a través del transporte público de calidad que asegure el Derecho a la Movilidad.

De este modo, serán territorios más solidarios contruidos sobre la redistribución de la riqueza producida en el ámbito metropolitano.

II. Áreas metropolitanas con más y mejor participación popular y articuladas a través de la cooperación intermunicipal y multinivel

El ejercicio de la democracia no consiste sólo en elegir a los representantes por un período determinado, si no también empoderar a la ciudadanía y promover su participación política.

Las metrópolis de los próximos años exigen promover una ciudadanía activa, el involucramiento de todos los actores relevantes de la ciudad y la transparencia en todos los actos de gobierno como forma de construir confianza.

Además, la gobernanza del área metropolitana exige diversas formas de cooperación horizontal entre los municipios que forman parte de ella y la creación de espacios de diálogo y participación efectiva junto a los otros niveles del Estado para generar políticas públicas más cercanas a los ciudadanos y ciudadanas.

III. Áreas metropolitanas más incluyentes, que amplíen y reconozcan permanentemente nuevos derechos en busca de la justicia social

Frente a las distintas formas de violencias urbanas, que van desde la violencia intrafamiliar y la violencia de género hasta la violencia institucional y la propia violencia generada por el sistema económico, necesitamos metrópolis que aborden de manera integral estas problemáticas y no contribuyan al punitivismo y a la criminalización.

Asimismo, las metrópolis deben reconocer la nuevas identidades culturales que se producen en las periferias, promoviendo la ampliación del espacio público frente a la segregación social.

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO V – Declaração II Assembleia Internacional do FALP

Territorios del futuro

Nuestras ciudades están marcadas por la fuerte presencia de jóvenes. Son los y las jóvenes de los barrios periféricos quienes más sufren, de manera cotidiana, distintas formas de discriminación por su condición social, su origen o su religión.

Son ellos, también, quienes pagan primero, las consecuencias de los ajustes económicos que llevan a la falta de empleo y oportunidades.

Es sobre ellos de quienes hablamos, cuando hablamos del futuro de nuestros territorios, pero debemos hacerlos partícipes hoy de la construcción de sus ciudades. Debemos promover su participación política y su inserción en la vida pública para que nos exijan todos los días una ciudad mejor, digna de ser vivida.

En esta II Asamblea Internacional de FALP, reafirmamos que el futuro de nuestros jóvenes y de las ciudades no puede ser decidido sin la voz de nuestros territorios, que es la garantía de avanzar hacia áreas metropolitanas más sostenibles, inclusivas y democráticas.

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO VI –Declaración de Bogotá, Diálogo Latino-Americano de Cidades



ALCALDÍA MAYOR
DE BOGOTÁ, D.C.

DECLARACIÓN DE BOGOTÁ CONSIDERACIONES

Reunidos en la ciudad de Bogotá, los días 3 y 4 de junio de 2015, representantes de gobiernos locales de América Latina, miembros de Ciudades y Gobiernos Locales Unidos, Mercociudades, la Red de Ciudades Suramericanas – Redcisur -, la Red del Foro de Autoridades Locales de Periferias por Metrópolis Solidarias, la Asociación Chilena de Municipalidades, la Asociación Brasileira de Municipios – ABM -, la Unión Nacional de Gobiernos Locales de Costa Rica y representantes de la sociedad civil que impulsan la Plataforma Global por el Derecho a la Ciudad.

Considerando que las autoridades locales juegan un rol clave en la definición e implementación de esta nueva Agenda Mundial de Desarrollo, que sea útil para guiar las políticas urbanas, sociales, económicas, ambientales y culturales de las próximas décadas, que respondan a las necesidades de sus habitantes, al desarrollo sostenible y a los retos que implica la definición de las agendas políticas que enmarcarán el proceso de desarrollo hasta el 2030.

Reconociendo que en este proceso de definición y articulación, el V Congreso de Ciudades y Gobiernos Locales Unidos – CGLU - a realizarse en Bogotá, será un escenario de primer nivel para que los gobiernos locales del mundo y en particular, de la región latinoamericana, acuerden contenidos y acciones para incidir en la definición de la nueva Agenda de Ciudades y Regiones del Siglo XXI que refleje los valores comunes que une a sus miembros y socios en el camino hacia Hábitat III y en la definición del rol que compete a las ciudades en la consecución de los objetivos de la Agenda Post 2015.

Reconociendo que la 3ª Conferencia de Naciones Unidas sobre Vivienda y Desarrollo Urbano Sostenible (Hábitat III) de 2016 en Quito, será un importante escenario para la definición de una nueva Agenda Urbana Mundial y de un proceso de articulación de compromisos para abogar por el derecho a la ciudad y los derechos humanos en este marco.

Considerando que este proceso de definición debe incorporar los aportes y propuestas de las diferentes redes internacionales de ciudades (Mercociudades, Redcisur, Metrópolis, Flacma, etc.) organismos intergubernamentales, la academia, las ONG, el sector privado y de la sociedad civil frente a los grandes temas que hoy día enfrentan las ciudades, las cuales deben plasmarse en la construcción de una Plataforma Global Urbana que incida en Hábitat III.

Reconociendo que en esta ruta de discusiones y definiciones se requiere de la participación conjunta y articulada de los Gobiernos Locales de la región con los actores antes señalados, para incidir y aportar en los distintos espacios internacionales en que se discuten dichas



1

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO VI –Declaração de Bogotá, Diálogo Latino-Americano de Cidades



ALCALDÍA MAYOR
DE BOGOTÁ, D.C.

propuestas: Cumbre sobre los Objetivos de Desarrollo Sostenible (Nueva York 2015); la Conferencia de Addis Abeba (Etiopia) sobre Financiación del Desarrollo y la Conferencia Anual sobre el Clima (COP 21 en París).

Reconociendo que la definición de la nueva Agenda Urbana Internacional y de los Objetivos de Desarrollo Sostenible- ODS - destacan el papel de las ciudades para promover y materializar un desarrollo urbano sostenible con justicia social y participación ciudadana con lo cual se requiere aumentar su capacidad para la gestión democrática y de planificación urbanas.

Considerando que se requiere promover la discusión y elaboración de propuestas de contenido relacionadas con el ejercicio pleno de los derechos humanos y de la ciudadanía, la función social de la ciudad y la propiedad, la gestión y producción democrática de la misma y el hábitat, la gestión sostenible y responsable de los bienes comunes, la equidad económica, y cultural en el usufructo de los bienes comunes y públicos de las ciudades, y la agenda pública y el papel del sector privado.

Considerando que el Derecho de la Ciudad es un derecho individual y colectivo de todos/as los/as habitantes, donde se considera el territorio de las ciudades y su entorno como espacios de ejercicio y cumplimiento de estos derechos como forma de asegurar la distribución y el disfrute equitativo, universal, justo, democrático y sustentable de los recursos, riquezas, servicios, bienes y oportunidades que brindan las ciudades.

Considerando que muchos de los temas que proponen los Organismos Internacionales Intergubernamentales y los Gobiernos Nacionales, también son de competencia y responsabilidad de los Gobiernos Locales, tales como la equidad, la cohesión social, el cambio climático y la resiliencia de las ciudades, la seguridad y la convivencia, la autonomía y la gobernanza local, el financiamiento del desarrollo, la vivienda y los asentamientos humanos, la movilidad y el género.

Considerando que durante los últimos 19 años, el partenariado entre autoridades locales y ONU – HÁBITAT se ha visto ampliado y fortalecido, pero todavía no ha alcanzado su pleno potencial y por lo mismo, los gobiernos locales tenemos la esperanza que Hábitat III debe representar la oportunidad de evaluar esta alianza y realizar un salto cualitativo en las relaciones entre los mismos, reconociéndonos un estatus especial y proporcionándonos un papel más directo y mayores responsabilidades dentro de los órganos de gobierno de ONU-HÁBITAT.

ACORDAMOS

Avanzar de manera conjunta entre Gobiernos Locales, sociedad civil, sector privado y academia, para incidir en los procesos y escenarios internacionales que contribuyan a la definición de los Objetivos de Desarrollo Sostenible, la COP21 de París 2015, el V Congreso del CGLU y Hábitat III y en la definición de las agendas políticas de desarrollo hacia el 2030,



CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO VI –Declaração de Bogotá, Diálogo Latino-Americano de Cidades



ALCALDÍA MAYOR
DE BOGOTÁ, D.C.

a través de la elaboración y discusión colectiva de propuestas que se enmarquen en la construcción de una Plataforma Temática Multiactoral sobre la Agenda Urbana Internacional.

Avanzar por la integración y articulación de las ciudades de América Latina a través del fortalecimiento de su interlocución en estos escenarios globales y en la coordinación de las redes internacionales de ciudades con presencia en la región, a través de la conformación de una Red de Redes Latinoamericana y de coordinación con otras redes de ciudades a nivel mundial. En este marco, consideramos que el CGLU como red de redes, amplíe los espacios de participación para América Latina.

Fomentar las iniciativas de nuestros gobiernos locales y redes de ciudades para incidir de manera proactiva en la definición de la Agenda Mundial del Desarrollo, en la Agenda Urbana Global y en la “localización” tanto de los ODS como del cumplimiento de los objetivos, metas e indicadores de las anteriores agendas. En este marco, propugnaremos por que el objetivo de desarrollo sostenible número 11, denominado objetivo urbano, centrado en las ciudades y los asentamientos humanos quede finalmente entre los ODS aprobados por la ONU en septiembre de 2015.

Avanzar hacia un cambio estructural en la forma en que se concibe el desarrollo urbano sostenible en un marco de promoción de nuevos modelos de gobernanza, la creación de nuevos patrones de producción y consumo; de regulación y defensa de los bienes comunes (agua, aire, suelo, espacio público y servicios); de inclusión social y de fortalecimiento de la democracia local y fortalecimiento de lo público; a través de la promoción y reconocimiento del Derecho a la Ciudad como marco general del derecho colectivo que tiene inmerso todos los demás derechos fundamentales.

Instar a ONU-Hábitat para que garantice la voz permanente de los gobiernos locales y de sus asociaciones junto con la sociedad civil en la elaboración de la Agenda hacia Hábitat III, a la vez, que se les reconozca el carácter de sujetos y actores de primer orden en la nueva gobernanza local, regional y mundial.

Abogar por el reconocimiento de las ciudades y redes de ciudades como actores fundamentales de la gobernanza mundial. En este sentido, propenderemos por fortalecer nuestro trabajo en red, el intercambio de visiones y conceptos sobre políticas públicas y la sistematización de experiencias locales relevantes que aporten a la construcción de la Agenda del Desarrollo Global y al Agenda Urbana Internacional.

Abogar de forma urgente por el derecho a la ciudad como un enfoque necesario para construir este mundo urbano de forma incluyente, justa, solidaria, democrática y sostenible. En este marco, crear un Comité de Coordinación Consultivo entre los Gobiernos Locales, representantes de la sociedad civil y la academia para la promoción del Derecho a la Ciudad.



3



CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO VI –Declaração de Bogotá, Diálogo Latino-Americano de Cidades



ALCALDÍA MAYOR
DE BOGOTÁ, D.C.

Contribuir a la construcción de ciudades con un enfoque de derechos, incluyentes, habitables, justos, democráticos, sustentables y disfrutables; contribuir a impulsar procesos de organización social, fortalecimiento del tejido social y construcción de ciudadanía activa y responsable;

Dada en Bogotá, D.C. a los 4 días del mes de Junio de 2015.



4



CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO VII – Declaração Semi-nário de Governos Locais pelo Direito à Cidade



CDMX
CIUDAD DE MÉXICO



Comisión de Inclusión Social, Democracia Participativa y Derechos Humanos de CGLU



CGLU
Ciudades y Gobiernos Locales Unidos

Declaración final

Reunidos en la ciudad de México, los días 20, 21 y 22 de Abril de 2015, representantes de gobiernos locales de todo el mundo, miembros de Ciudades y Gobiernos Locales Unidos, de Mercociudades, de la Red del Foro de Autoridades Locales de Periferias por Metrópolis Solidarias, representantes de la sociedad civil y de los movimientos urbanos populares, partes integrantes de la Plataforma Global por el Derecho a la Ciudad, con la presencia de más de cuatro mil quinientos habitantes de la ciudad de México, afirmamos nuestro compromiso por el derecho a la ciudad.



En el 2050, el 70% de la población mundial vivirá en ciudades. Esto significa que en los próximos 30 años, más de 2 mil millones de habitantes acudirán a las ciudades, especialmente a las mayores metrópolis del mundo. En un mundo en el que el 1% de la población mundial retiene el 50% de las riquezas, las áreas urbanas concentrarán tensiones y desigualdades insostenibles.

En este contexto, los gobiernos locales junto con sus habitantes, abogan de forma urgente por el derecho a la ciudad como un enfoque necesario para construir este mundo urbano de forma incluyente, justa, solidaria, democrática y sostenible.

En la continuidad del Primer encuentro Mundial de Ciudades por el Derecho a la Ciudad, celebrado en Saint Denis en 2012 e inspirados por la Carta de la Ciudad de México por el Derecho a la Ciudad (2010), la Carta Europea de Salvaguarda de los Derechos Humanos en la Ciudad (Saint-Denis, 2000), las cartas de Montreal (2006), de Viena (2012), los principios de Gwangju de Ciudades por los Derechos Humanos (2012) y por la Carta Agenda Mundial de los Derechos Humanos en la Ciudad de CGLU (2011), los gobiernos locales juntos con sus ciudadanos, y en la diversidad de sus situaciones, reafirman su rol como actores esenciales para la garantía de los derechos civiles, políticos, sociales, económicos, culturales y ambientales.

El Derecho a la Ciudad es un derecho individual y colectivo de todos/as los/as habitantes, donde se considera el territorio de las ciudades y su entorno como espacios de ejercicio y cumplimiento de estos derechos como forma de asegurar la distribución y el disfrute equitativo, universal, justo, democrático y sustentable de los recursos, riquezas, servicios, bienes y oportunidades que brindan las ciudades.

Para ello, el derecho a la ciudad supone:

- Ciudades donde se garantice el pleno ejercicio de los derechos humanos para todas y todos los y las habitantes
- Ciudades democráticas, transparentes y participativas, basadas en el empoderamiento ciudadano
- Ciudades como bienes comunes de todos y todas los y las habitantes donde los derechos humanos priman sobre los procesos de privatización, de renta especulativa que conllevan la exclusión de las mayorías y donde se rescatan los centros históricos degradados evitando la gentrificación

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO VII – Declaração Semi-nário de Governos Locais pelo Direito à Cidade



CDMX
CIUDAD DE MÉXICO



Comisión de Inclusión Social, Democracia Participativa y Derechos Humanos de CGLU



CGLU
Ciudades y Gobiernos Locales Unidos

- Ciudades sostenibles, que mantienen una relación equilibrada y respetuosa con el entorno rural que les rodea y con los recursos naturales
- Ciudades donde la economía mira por el bienestar de sus habitantes, basadas en un desarrollo económico local endógeno y sostenible, que se nutre de los recursos locales y no busca ante todo las inversiones del capital internacional
- Ciudades multi-culturales y acogedoras, que valoran la riqueza de las migraciones
- Ciudades donde el espacio público es de todos/as, y donde se reconoce la necesidad de estos espacios para la libertad de expresión, para los múltiples usos de la ciudad
- Ciudades donde se garantizan los derechos culturales por la inclusión social

En las grandes metrópolis estos principios tienen que aplicarse a través de la construcción de metrópolis policéntricas, construidas con las periferias, con equidad territorial y no de forma centralista.

Estamos convencidos de que los gobiernos locales, en el día a día, a través de sus políticas públicas y junto con sus habitantes podemos "contribuir a la construcción de ciudades incluyentes, habitables, justas, democráticas, sustentables y disfrutables; contribuir a impulsar procesos de organización social, fortalecimiento del tejido social y construcción de ciudadanía activa y responsable; contribuir a la construcción de una economía urbana equitativa, incluyente y solidaria que garantice la inserción productiva y el fortalecimiento económico de los sectores populares." (Carta por el derecho a la ciudad de la ciudad de México)

Queremos ciudades, para todas y todos, basadas en la justicia social y espacial, libres de fronteras visibles e invisibles, donde se garantiza el buen vivir colectivo.

Hoy en día, a un año y medio de la Cumbre Hábitat III de la ONU (Quito, 2016) donde los Estados del mundo se reunirán para definir la Nueva Agenda Urbana Mundial, queremos que se reconozca en esta agenda el derecho a la ciudad como una alternativa al discurso urbano predominante basada en el auge de grandes ciudades en competencia de unas con otras. La nueva Agenda del Hábitat deberá incluir metas, indicadores e instrumentos para la implementación del derecho a la ciudad a nivel mundial, regional y local.

Además instamos a ONU-Hábitat a que garantice una participación efectiva de los gobiernos locales y de sus asociaciones junto con la sociedad civil en la preparación, organización y realización de la Cumbre de Hábitat III. Llamamos a la convergencia de esfuerzos entre estados, gobiernos locales, sectores académicos, movimientos populares urbanos y ciudadanos, para lograr los objetivos propuestos en esta Declaración.

Por último, llamamos a una implicación amplia de las ciudades y de los miembros que comparten el compromiso por el derecho a la ciudad para hacer avanzar esta reflexión y este reconocimiento del derecho a la ciudad en el seno de CGLU, a través de nuestra herramienta común, la Comisión de Inclusión Social, Democracia Participativa y Derechos Humanos.

Ciudad de México, 22 de Abril de 2015

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO VIII – Documento de
Formação do Grupo Aberto
de Trabalho Permanente

Propuesta de Mercociudades, Redcisur, Red del Foro de Autoridades Locales de Periferias por Metrópolis Solidarias, Frente Nacional de Prefeitos, Asociación Chilena de Municipalidades, Asociación Colombiana de Ciudades Capitales y Asociación Brasileira de Municipios - ABM ante CGLU

Contexto y desafíos de las ciudades de América Latina

América Latina representa hoy, la región con el mayor proceso de urbanización en el mundo, ya que un 80% de su población vive actualmente en sus ciudades. Asimismo, es considerado el territorio más desigual del planeta, según la Cepal, al contener el 10 por ciento de los sectores más ricos con ingresos decenas de veces más altos que el 10 por ciento más pobre.

De una parte, sus ciudades son señaladas hoy día como espacios para la innovación, productividad, conectividad y espacios llenos de oportunidades para mejorar el acceso a bienes y servicios y de opciones para la población en materia social, económica, cultural y ambiental. Y sin embargo, también se señala que en ellas se expresan cambios traumáticos relacionados con los fenómenos de la expansión urbana, el aumento de la densidad poblacional, la alta desigualdad social, la configuración de ciudades duales, segregadas social y espacialmente, la inseguridad y la formación de asentamientos humanos informales.

Además, la región todavía expresa serios problemas relacionados con el déficit y la baja calidad de las viviendas, la inequidad y precariedad en la oferta de servicios básicos, los problemas derivados de la movilidad urbana, los usos del espacio público y los riesgos de las poblaciones frente a los impactos derivados del cambio climático.

Ante estos desafíos, las ciudades agrupadas en Mercociudades, Redcisur, la Red del Foro de Autoridades Locales de Periferias por Metrópolis Solidarias (FALP), Frente Nacional de Prefeitos de Brasil (FNP), Asociación Chilena de Municipalidades y Asociación Brasileira de Municipios - ABM - presentes en el "Diálogo Latinoamericano de Ciudades" realizado en Bogotá, los días 3 y 4 de junio de 2015, vemos este escenario como una gran oportunidad para aunar y articular las voces e iniciativas de los gobiernos locales, las autoridades locales, las redes y asociaciones de ciudades presentes en la región. Lo anterior, nos conducirá indefectiblemente a aportar e incidir de manera conjunta al proceso de formulación de la Agenda Global del Desarrollo Post 2015 y de la Agenda Urbana Mundial, al diseño de respuestas ante los retos anteriormente señalados, y a garantizar una presencia plural en el CGLU y en los diferentes escenarios internacionales.

Las voces de Locales hacia CGLU

En estos años, Mercociudades, FLACMA, las diversas Asociaciones de Municipios de América Latina y más recientemente REDCISUR, han tenido presencia - de una u otra manera en la región - y han tejido lazos de relacionamiento y articulación con CGLU. También los gobiernos locales de la región y las Asociaciones Municipales han

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO VIII – Documento de Formação do Grupo Aberto de Trabalho Permanente

ensayado distintos caminos para fortalecer su participación en este organismo, bien sea a través de su participación en algunas de sus comisiones temáticas, la afiliación directa en la red mundial o por medio de otras redes.

Al respecto, es preciso anotar que cada una de estas redes y asociaciones de municipios representan sólo una parte del múltiple entramado de representaciones de ciudades con relación a la dimensión de las mismas (grandes capitales, ciudades del "Sur", Asociaciones Municipales de diversos países, ciudades intermedias, ciudades periféricas, etc.). De allí, que se puede afirmar que ninguna red en particular representa la totalidad de los gobiernos locales y sus asociaciones en América Latina.

Por el contrario, la suma de la presencia de cada una de estas redes en la región, representa un potencial inmenso y diverso que es preciso incorporar y darle la representatividad necesaria en los diferentes escenarios internacionales y en el seno de CGLU. Ello, por cuanto la presencia en esta instancia, permitirá responder de manera coordinada y articulada, como voz representativa de América Latina ante los desafíos planteados por el proceso globalizador, e incidir de manera más activa en la hoja de ruta en sus próximos eventos dirigidos hacia la definición de los Objetivos de Desarrollo Sostenible, la COP 21, el V Congreso del CGLU y Hábitat III.

Al respecto, somos conscientes que cada una de las redes viene avanzando hacia el logro del anterior propósito. Mercociudades al trabajar conjuntamente con CGLU, en la campaña por la inclusión de un Objetivo Urbano en el marco de los ODS y participando activamente en los trabajos de la Global TaskForce. Asimismo, en la elaboración conceptual hacia la nueva agenda urbana mundial y en los temas de prioridad para los gobiernos de la región. Además de haber participado en la elaboración de los distintos informes GOLD y en varias Comisiones de CGLU.

De otra parte, Redcisur viene avanzando en la incorporación de propuestas de las ciudades de la región y de los miembros que la integran, particularmente en los temas de inclusión y equidad social, el cambio climático y el derecho a la ciudad. Para ello, también se han establecido niveles de relacionamiento con la Comisión de Inclusión Social, Democracia Participativa y Derechos Humanos de CGLU y se está en proceso de impulso de los temas de espacio público y descentralización. También entendemos que otras redes, como el foro de autoridades locales de periferia por metrópolis solidarias, las asociaciones municipalistas de la región y el proyecto AL-LAs, vienen avanzando en esta dirección y articulando acciones con CGLU para avanzar hacia el logro del anterior propósito.

Por las anteriores razones, las redes de ciudades y asociaciones de municipios presentes en este "Diálogo Latinoamericano de Ciudades" solicitamos a CGLU, la inclusión de esta pluralidad de instancias en la región, sabiendo que ellas representan una nueva realidad a tener en cuenta en la representatividad de los Gobiernos Locales y las Asociaciones Municipalistas en América Latina. Asimismo, nos constituimos en un Grupo abierto de Trabajo Permanente con el fin de unificar y articular nuestras voces

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO VIII – Documento de
Formação do Grupo Aberto
de Trabalho Permanente

en la región, contribuir a la definición de las agendas globales de las ciudades y tener una presencia común en los escenarios e instancias latinoamericanas.

La propuesta hacia CGLU

1. Reconocer formalmente el Grupo Abierto de Trabajo permanente de Ciudades, Gobiernos Locales, redes y Asociaciones Municipales de América Latina que construirá en conjunto con el Secretariado Mundial de CGLU la nueva estructura de representación regional de los Gobiernos Locales de América Latina ante CGLU y los demás actores del desarrollo.
2. El Grupo de Trabajo será abierto para que la mayor cantidad de actores contribuyan a la concreción de los objetivos.
3. El objetivo del Grupo de Trabajo será buscar el reconocimiento a la nueva estructura como una sección integrada de América Latina.
4. La Hoja de ruta del Grupo Abierto de trabajo será:
 - a. Constitución en Bogotá 4 de Junio de 2015 en el marco del Diálogo Latinoamericano de Ciudades.
 - b. II Encuentro: en el Bureau Ejecutivo en Porto Alegre. Presentación del Grupo al Bureau Mundial de CGLU.
 - c. III Encuentro: 13 y 14 Agosto de 2015 en Quito. Previo al MSUR del. Objetivo: Concreción y discusión del nuevo escenario Latinoamericano.
 - d. IV Encuentro. 9 al 11 de Noviembre XX Cumbre de Mercociudades. Sao paulo.
 - e. V Encuentro Consejo Mundial en Paris. Presentación de la nueva estructura regional y validación ante el Consejo Mundial.
 - f. VI Encuentro. I Trimestre de 2016. Puesta en marcha del nuevo mecanismo de articulación regional.
 - g. VII Encuentro. Lanzamiento Global del CGLU América Latina en el V Congreso Mundial de Ciudades y Gobiernos Locales Bogotá Octubre de 2016.

La interlocución del Grupo de Trabajo con CGLU.

El Grupo de Trabajo propugnará la mayor unidad incorporando activamente a las realidades locales de América Latina, y a los otros actores presentes en la región.

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO VIII – Documento de Formação do Grupo Aberto de Trabalho Permanente

Solicitamos el acompañamiento e impulso del Secretariado Mundial de CGLU a este proceso.

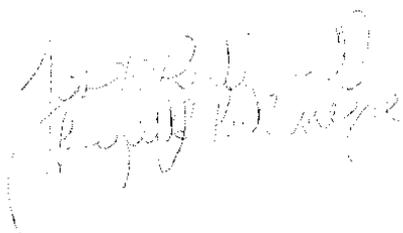
El Grupo de Trabajo designará una interlocución con CGLU, que llevará la representación de las instancias locales de la región, a partir de un trabajo participativo y abierto a la comunidad local de América Latina.

Teniendo en cuenta lo anterior, la hoja de ruta trazada por el grupo abierto de trabajo, busca garantizar la participación de todos los actores y que los cambios sean un proceso gradual, eficiente y coherente con la realidad de la región.

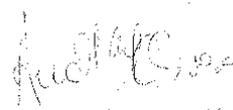
La transparencia, la democracia, la equidad, el trabajo en red, la horizontalidad de las decisiones, serán los valores orientadores del grupo en la región, para ejercer una representación en las instancias globales.

La consulta permanente y un trabajo mancomunado entre los actores locales de la región, serán el rasgo distintivo del Grupo de Trabajo.

Porto Alegre, 10 de Junio de 2015.



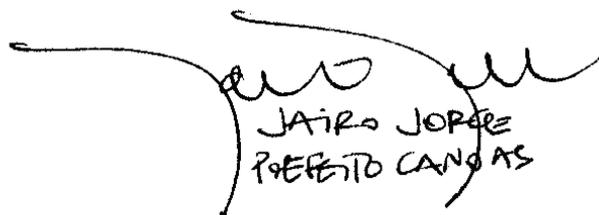
Mauricio A. Invernizzi
Prefeito B. Horizonte



ANA MARIA OLIVEIRA
ESTADADISTA MONTENEGRO



Nelsa Campari
Vice Prefeita de São Paulo



JAIRO JORJÉ
PREFEITO CANOAS

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO IX – Declaração de Montevideu, Conselho de Mercociudades, agosto 2015.



Intendencia
de Montevideo



Declaración de Montevideo Consejo de Mercociudades

“El futuro del planeta se juega en las ciudades”

Los/as prefeitos, prefeitas, intendentes, intendentas, alcaldes y alcaldesas, y representantes de ciudades integrantes del Consejo de Mercociudades, reunidos los días 27 y 28 de agosto de 2015 en la ciudad de Montevideo, Uruguay, reconocemos:

Que estamos en un escenario de creciente urbanización, basta ver las últimas décadas, para constatar que el mundo ha observado un rápido proceso de urbanización y, en algunos países y regiones, a un ritmo sin precedentes. En el año 2010, la población urbana superó a la población rural marcando así el advenimiento de un nuevo "milenio urbano". A mediados de este siglo se espera que siete de cada diez personas en el planeta viva en zonas urbanas. El siglo XXI por lo tanto, será conocido como el "siglo de la ciudad"

Que los años 2015 y 2016 serán determinantes para la definición de las agendas políticas que darán impulso a los procesos de desarrollo a escala global hasta 2030. La lucha contra la pobreza y la exclusión, la mitigación de los efectos del cambio climático, el acceso universal a los servicios básicos - salud, educación, agua, saneamiento, energía o la definición de una nueva agenda urbana, son algunos de los grandes desafíos a los que tiene que hacer frente el mundo.

Prueba de esto fue la participación de algunos intendentes e intendentas en el encuentro de 60 gobernantes locales del mundo, convocado por el Papa Francisco para tratar los temas vinculados al cambio climático y la nuevas formas de esclavitud. Otro punto importante de esta agenda es la aprobación de los ODS, en la asamblea general de la ONU, en setiembre, donde hay un objetivo específico ligado a las ciudades. La COP 21, que acontecerá en noviembre en París, será una oportunidad de repensar nuevos padrones de producción y consumo, que se expresan de manera decisiva en las ciudades. Hábitat III debe ser un horizonte para lo cual la red Mercociudades debe mirar con la intención de construir una nueva agenda urbana, basado en el fortalecimiento de los gobiernos locales.

Que en los 20 años de actuación se ha ido construyendo una comunidad de valores compartidos en la región que cimentan una propuesta de integración regional desde los gobiernos locales. Propuesta que pone en valor, la democracia, la solidaridad, la cooperación, la innovación, la participación ciudadana, el diálogo, la diversidad, el derecho a la ciudad y la apertura a la sociedad y su diversidad.

Atentos a los desafíos planteados, a la historia común con 20 años de construcción colectiva y de proyección hacia el futuro expresamos nuestro compromiso:

CAPÍTULO 10

Anexos

ANEXO IX – Declaração de Montevideu, Conselho de Mercocidades, agosto 2015.

Con la democracia como sistema de convivencia de nuestras sociedades, con la plena vigencia del estado de derecho y con sus autoridades legítimamente electas por la ciudadanía.

Con Mercociudades, la integración regional y el Mercosur como construcciones colectivas de nuestros pueblos, para labrar día a día un presente de oportunidades y un futuro de bienestar. Buscando una participación cada vez más intensa de nuestras grandes ciudades, en diálogo y articulación con la periferia reconociendo la poli centralidad de los territorios urbanos

Con las ciudadanas y los ciudadanos, promoviendo el concepto del derecho a la ciudad, como medio de apropiación colectiva y acceso a los espacios y servicios públicos, para combatir la desigualdad urbana, que vulnera los derechos esenciales de ciudadanía para gran parte de la población.

Con el territorio y sus actores, incorporando innovación en la gestión, construyendo ciudades inteligentes, impulsando la participación ciudadana, la articulación público-privada y el desarrollo de la cooperación Sur-Sur en la región.

Con el combate a la desigualdad en América Latina. Conscientes que es una situación que lastima, que es una flagrante negación de los derechos de los ciudadanos y las ciudadanas. Y por ello creemos que este es nuestro primer reto como gobiernos locales, construir ciudades equitativas, inclusivas, seguras, resilientes y sostenibles.

Con la construcción de ciudades más equitativas, con mayor justicia social y espacial a través del respeto, la protección y la realización plena de los derechos civiles, políticos, económicos, sociales, culturales y ambientales para las generaciones actuales y futuras.

Con el fortalecimiento de la democracia, la transparencia y la participación social como eje vertebrador de la garantía de derechos, y de la sostenibilidad y eficacia de las políticas públicas.

Finalmente queremos afirmar:

- El rol y el papel político de los gobiernos locales de la región en la formación de la nueva agenda urbana mundial basado en desarrollo sustentable.
- El compromiso que los gobiernos locales tenemos con la definición de los temas de esta nueva agenda, porque estamos involucrados en el día a día con ellos, pero principalmente tenemos expectativas de que sea útil desde varias perspectivas. Que sea útil, desde lo práctico, que contemple la cooperación necesaria, la incidencia política, que facilite el trabajo local a través de experiencias de otros, de financiación, de articulación de esfuerzos.

CAPÍTULO 10

Anexos

- Que los gobiernos locales de América Latina, tenemos historia, tenemos compromiso, tenemos demandas y tenemos propuestas.

Por ello luchamos para que la Comunidad Internacional reconozca a los gobiernos locales como actores principales del desarrollo urbano sostenible desde el concepto de derecho a la ciudad, que es desde donde podremos construir ciudades para la vida.

ANEXO IX - Declaração de Montevideu, Conselho de Mercocidades, agosto 2015.

DANIELA STANINCE

YAMANDU OAS

Sergio Bernis

CARLOS MOREIRA

Alfonso

FRANCISCO ESTRELLER

Tomás Kober

Nadia Camps

Arturo Soto

Arturo Soto

Manoel Lanzetta

LUIS CARLOS ESTRELLER

JOÃO PAULO DE OLIVEIRA

Luciano Jaconetti

OSASCO (BA)

Alan Fontana

(Municipalidad de Zorillo)

Simon Gonzalez

Coord. Agencia de Coop. Int. y Plan. Urb. Est. Santa Fe

Rafaela

(Prefeitura Ponta Alegre)

Nicolini Marcos

JEFE DE CABINETE MUNICIPALIDAD DE TANDIL.

www.mercocidades.org

Secretaría Ejecutiva de
Mercocidades 2014 – 2015
Municipalidad de Rosario
Tel: (54 341) 480 2273 / 74 / 77
e-mail: rrii@rosario.gov.ar

Secretaría Técnica Permanente de
Mercocidades
Intendencia de Montevideo
Tel: (598 2) 413 6625
e-mail: comunicastpm@gmail.com



MERCOCIDADES



MUNICIPALIDAD
DE ROSARIO



**Intendencia
de Montevideo**